



Número: **0823859-34.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO (AUTOR)		THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
LUCIANO JOSE LIRA MENDES (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30068881	22/04/2020 16:56	Petição Inicial	Petição Inicial
30068894	22/04/2020 16:56	EXORDIAL-DELMIR BARBOSA MAXIMIANO	Documento de Comprovação
30068897	22/04/2020 16:56	Procuração	Documento de Comprovação
30069599	22/04/2020 16:56	Documento pessoal - comprovante de residência	Documento de Comprovação
30069600	22/04/2020 16:56	Declaração pobreza	Documento de Comprovação
30069602	22/04/2020 16:56	GuiaCustas (9)	Documento de Comprovação
30069604	22/04/2020 16:56	RECLAMAÇÃO DA SEGURADORA LIDER DPVAT TELA I	Documento de Comprovação
30069605	22/04/2020 16:56	CONTINUAÇÃO DA RECLAMAÇÃO DA SEGURADORA LIDER TELA II	Documento de Comprovação
30069607	22/04/2020 16:56	CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SEGURADORA LIDER	Documento de Comprovação
30069611	22/04/2020 16:56	1_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30069613	22/04/2020 16:56	21_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30069615	22/04/2020 16:56	38_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30109073	23/04/2020 17:53	Decisão	Decisão
30906233	22/05/2020 17:16	Petição	Petição
30906715	22/05/2020 17:16	INFORMAÇÃO DO AGRAVO	Documento de Comprovação
30906718	22/05/2020 17:16	1_PDFsam_Agravo e documentos - 0806641-79.2020.8.15.0000	Documento de Comprovação
30906721	22/05/2020 17:16	34_PDFsam_Agravo e documentos - 0806641-79.2020.8.15.0000	Documento de Comprovação
30906725	22/05/2020 17:16	65_PDFsam_Agravo e documentos - 0806641-79.2020.8.15.0000	Documento de Comprovação

31348 424	08/06/2020 16:16	Despacho	Despacho
32201 047	09/07/2020 16:10	Certidão	Certidão
32201 336	09/07/2020 16:10	Decisão A. Inst. 0806641-79.2020.8.15.0000 ref. Proc. 0823859-34.2020.815.2001	Comunicações
32201 346	09/07/2020 16:11	Certidão/Cls	Certidão
32202 216	09/07/2020 16:55	Despacho	Despacho
32226 760	10/07/2020 11:36	Carta	Carta
32226 784	10/07/2020 11:39	Certidão	Certidão
32227 206	10/07/2020 11:41	Carta	Carta
32591 593	23/07/2020 12:52	Contestação	Contestação
32591 597	23/07/2020 12:52	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
32591 851	23/07/2020 12:52	2737071_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
32591 853	23/07/2020 12:52	2737071_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
32599 047	23/07/2020 15:47	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
33030 479	07/08/2020 18:39	Comunicações	Comunicações
33030 482	07/08/2020 18:39	082.3859-34.2020.815.2001.Decisão de agravo	Outros Documentos
39629 348	18/02/2021 14:51	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
40213 090	04/03/2021 12:43	Petição	Petição
40213 091	04/03/2021 12:43	2737071_PETICAO_DE_PROVAS_01	Outros Documentos
40919 230	22/03/2021 11:00	Petição	Petição
40919 244	22/03/2021 11:00	Impugnação a Contestação revisão dpvat	Documento de Comprovação
40919 658	22/03/2021 11:00	produção de provas	Documento de Comprovação
41000 183	23/03/2021 19:45	Decisão	Decisão
41024 628	24/03/2021 07:05	Certidão	Certidão
42722 042	05/05/2021 21:15	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
42722 649	05/05/2021 21:17	Mandado	Mandado
42738 552	06/05/2021 09:56	Diligência	Diligência
43116 071	14/05/2021 10:45	Diligência	Diligência
43116 094	14/05/2021 10:45	Delmir Barbosa Maximiano	Devolução de Mandado
43494 540	22/05/2021 21:24	LAUDO PERICIAL	Petição (3º Interessado)
43683 112	26/05/2021 20:46	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
43907 607	01/06/2021 10:50	Petição	Petição
43907 608	01/06/2021 10:50	2737071_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02	Outros Documentos
43907 610	01/06/2021 10:50	2737071_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos
44131 708	06/06/2021 17:16	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

44291 873	09/06/2021 13:49	Petição	Petição
44291 874	09/06/2021 13:49	2737071_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
44291 877	09/06/2021 13:49	2737071_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
44513 824	15/06/2021 08:18	Certidão	Certidão
44536 781	15/06/2021 18:29	Sentença	Sentença
45193 960	01/07/2021 11:32	Apelação	Apelação
45193 964	01/07/2021 11:32	2737071_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02	Outros Documentos
45193 966	01/07/2021 11:32	2737071_RECURSO_DE_APELACAO_01	Outros Documentos
45298 253	05/07/2021 00:45	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
40919 666	09/08/2021 12:12	Petição	Petição
46816 272	09/08/2021 12:12	contrarrrazoes a apelação	Documento de Comprovação
46901 311	10/08/2021 15:42	Certidão	Informação
56171 485	11/08/2021 06:45	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
56171 486	12/08/2021 10:41	Despacho	Despacho
56171 487	16/08/2021 12:02	Certidão	Certidão
56171 488	16/12/2021 08:40	Despacho	Despacho
56171 489	13/01/2022 22:49	Despacho	Despacho
56171 490	21/01/2022 11:05	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
56171 491	21/01/2022 11:22	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
56171 492	21/01/2022 11:40	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
56171 493	14/02/2022 19:40	Certidão de julgamento	Certidão
56171 494	21/02/2022 10:02	Acórdão	Acórdão
56171 495	21/02/2022 10:02	Ementa	Ementa
56171 496	21/02/2022 10:02	Relatório	Relatório
56171 497	21/02/2022 10:02	Voto do Magistrado	Voto
56171 498	21/02/2022 11:57	Expediente	Expediente
56172 399	25/03/2022 11:37	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
58140 072	09/05/2022 14:37	Petição	Petição
58140 075	09/05/2022 14:37	2737071_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_03	Outros Documentos
58140 082	09/05/2022 14:37	2737071_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_02	Outros Documentos
58140 086	09/05/2022 14:37	2737071_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_01	Outros Documentos

Em anexo.



Menezes & Associados Rodrigues

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – PB.

REQUERIMENTO PRELIMINAR:

- a) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML ou perito indicado pelo juízo pelo convenio do TJPB com a seguradora líder, para exame pericial.

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, regularmente inscrito (a) no CPF sob o nº 064.963.594-90, com RG de nº 2981221 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Matheus, João Pessoa – PB, CEP 58090-232, vem por intermédio de seu advogado e procurador, adiante assinado, com escritório profissional na Rua Ana Gama e Melo, 163A, Mangabeira I, nesta Capital – PB, com instrumento procuratório em anexo, onde recebe as intimações e notificações de estilo que o caso requer, com endereço eletrônico: thiago.jurista@gmail.com, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com supedâneo nas leis 6.194/74 e 8.441/92 ajuizar a presente

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Rua Senador Dantas, nº 74 5º e 6º andar, Centro CEP 20031205 Rio de Janeiro - RJ o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados:

I. DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer que seja deferido o benefício da Justiça Gratuita, por não possuir, o requerente, condições de arcar com ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometimento do seu sustento, com base na Lei 1.060/50 (nova redação pela lei 7.510/86).

Não tendo condições de dispor de qualquer importância, para recolher custas, despesas processuais e honorários advocatícios e demais emolumentos.

II. DOS FATOS



Menezes & Associados Rodrigues

O autor foi vítima de acidente de motocicleta ocorrido no dia 02 de dezembro de 2019, por volta das 08:40h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/XRE 190 COR VERMELHA, 2018/2019 de Placa QSM1040/PB, na Av. Gal Aurélio de Lira Tavares, no Bairro Juracy Palhano, quando segundo Boletim de Ocorrência da BPTran “ao tentar retornar para a faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente pra evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta.” documentos anexados a presente.

O autor fora conduzido pelo SAMU ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena e em seguida encaminhado ao Hospital da UNIMED, vindo por ocasião do acidente a sofrer fratura **CID10 S72** (Fratura do fêmur), **CID10 S82** (Fratura da perna incluindo o tornozelo), conforme Laudo Médico, descrito por Dr. José Gutemberg C. de Lima, com CRM/1738, e demais documentos que instruem a exordial.

A partir de então, o promovente procurou munir-se da documentação necessária para fazer valer seus direitos, no caso Seguro Obrigatório DPVAT.

INGRESSOU COM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PORÉM, NÃO OBTVEU RESPOSTA DA ORA RÉ, CONTINUANDO EM ANÁLISE APÓS 90 DIAS DO SEU PROTOCOLO DE REQUERIMENTO, OBRIGANDO O POSTULANTE A RECORRER NA VIA JUDICIAL INEXISTINDO QUALQUER RESULTADO DA INDENIZAÇÃO DA SEGURADORA, EMBORA ESTEJA PATENTE A LESÃO DEFINITIVA CONFORME LAUDO MÉDICO.

Com efeito, assegura a Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 11.482/2007, o percebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Pois bem. O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa, haja vista sua natureza social.

Destarte, é direito da parte autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao danos causados a sua saúde decorrente do acidente de trânsito supra-referido.

Estes, em suma, são os fatos havidos.

III. DAS PRELIMINARES

É praxe das Seguradoras, em Contestação, aguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

a) ***Illegitimidade passiva:*** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se



Menezes & Associados Rodrigues

obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consórcio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.”

b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir**: A parte Autora não está obrigado a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “*O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculariza o ingresso em juízo...*”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo III abaixo, a ré foi buscada e não atendeu *in toto* o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens “3” e “4”.

c) **Documentos Indispensáveis**: Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico Pericial, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”.

d) **Prescrição**: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”. No presente caso o prazo foi interrompido no início do mês de novembro, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, **consideradas impugnadas** na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a **rejeição** de todas.

III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, **a parte autora buscou na via administrativa** a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face da negativa TOTAL,



Menezes & Associados Rodrigues

embora esteja claro sua sequela, sendo que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente, que se entende ser o caso da Parte Demandante.

Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que não fez o referido pagamento. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexos causal e direito da Parte Autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder do Consórcio a que a Demandada está vinculada.

DA DEMORA INJUSTIFICADA NA APRECIACÃO DO PEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É de fácil análise a apreciação do pleito em questão, notadamente por ter efetivado o requerimento junto à ora ré e até o presente momento, não tenha havido qualquer resposta, portanto há justa possibilidade do aviamento da presente demanda junto ao judiciário, posto ser inquestionável o interesse de agir da requerente, nesse mesmo sentindo são os julgados dos nossos mais altos pretórios:

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a seguinte decisão: "1. Trata-se de pedido liminar em mandado de segurança consistente na ordem para que a autoridade impetrada analise o recurso administrativo interposto contra a decisão que indeferiu pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. O impetrante sustentou ter protocolado recurso administrativo, em 24/04/2017, contra o indeferimento do seu pedido (Evento 1, INIC1, p. 2) e que, até a data do ajuizamento do mandamus (25/07/2017), não havia sido apreciado. Juntou documentos. Na decisão do Evento 3, foi postergada a análise do pedido liminar para momento posterior às informações da autoridade impetrada. O INSS se manifestou no Evento 8, informando que se houve o envio pelo INSS do recurso administrativo à Junta de Recursos da Previdência Social, a autoridade coatora é ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. Cópia do recurso administrativo no Evento 10 e do expediente administrativo no Evento 12. Devidamente notificada, a autoridade prestou informações no Evento 13, alegando que "o requerimento administrativo formulado pelo impetrante se encontra com análise administrativa e que, tão logo seja concluído o processo, ele será notificado". É o relatório. Decido. 2. A liminar merece ser deferida. Com efeito, restou ultrapassado o prazo fixado na legislação para a decisão do recurso no processo administrativo, mesmo o de natureza previdenciária, que é de 30 dias a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, admitida uma prorrogação por igual prazo, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 59 da Lei nº 9.784/1999: Art. 59. (...) § 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente. § 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita. No presente caso, nada indica que a demora na análise do



pedido seja imputável ao requerente e a autoridade impetrada, devidamente intimada, não apresentou qualquer justificativa para a demora na análise do recurso do impetrante. Reconhece-se que as tarefas da Administração Pública na decisão dos pedidos dos particulares assemelham-se às tarefas do Poder Judiciário no julgamento dos processos que lhe são submetidos. E que o volume das demandas, aliado ao permanente conflito entre o interesse das partes pela rápida solução dos litígios e as condições materiais do Estado para se desincumbir dessa missão, são comuns tanto ao processo judicial quanto ao administrativo. Entretanto, ambas essas esferas têm o dever de resolver as suas respectivas demandas em tempo razoável, que é um direito fundamental, previsto no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição da República. Uma vez que esse tempo já foi excedido, conforme acima explicado, restou evidenciada a ilegalidade, o que também tem sido afirmado na jurisprudência do TRF da 4ª Região: PREVIDENCIÁRIO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRAZO DECISÃO. DESCUMPRIMENTO. CF. LEI 9.784/99. LEI 8.213/91. 1. A Administração Pública tem o dever de obediência aos princípios da legalidade e da eficiência, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, devendo ainda observar o postulado do due process of law estabelecido no inciso LV do artigo 5º da Carta Política. Por outro lado, desde o advento da EC 45/04 são assegurados a todos pelo inciso LXXVIII do artigo 5º a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. 2. A prática de atos processuais administrativos e respectiva decisão em matéria previdenciária encontram limites nas disposições dos artigos 1º, 2º, 24, 48 e 49 Lei 9.784/99, e 41, § 6º, da Lei 8.213/91. 3. Deixando a Administração de se manifestar sobre pretensão, mesmo decorridos vários meses de sua apresentação, resta caracterizada ilegalidade, ainda que a inércia não decorra de voluntária omissão dos agentes públicos competentes, mas de problemas estruturais ou mesmo conjunturais da máquina estatal. (TRF4 5039744-51.2013.404.7100, Quinta Turma, Relator p/ Acórdão Ricardo Teixeira do Valle Pereira, juntado aos autos em 10/06/2014) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO CONSUMADO. PEDIDO DE DETERMINAÇÃO À AUTORIDADE PARA QUE CONCLUA O EXAME DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DEVER DE EFICIÊNCIA. DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. 1. Não incide na espécie o fato consumado pois sequer houve pedido de liminar. 2. A excessiva demora na análise de requerimentos administrativos ofende os princípios da eficiência bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (CF/88, art. 5º, inciso LXXVIII; art. (art. 37, caput). 3. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada (Lei nº 9.784/1999, art. art. 49), o que não ocorreu no caso. (TRF4 5005575-05.2013.404.7208, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão João Batista Pinto Silveira, juntado aos autos em 09/05/2014) No tocante à alegação de ilegitimidade da autoridade coatora (Evento 8), saliento que não houve qualquer comprovação de que o recurso já tenha sido encaminhado à Junta de Recursos da Previdência Social. Veja-se que o documento anexado no Evento 10 (recurso



administrativo) não contém registro de protocolo e o processo administrativo do Evento 12 termina com a primeira decisão de indeferimento do benefício, além de um termo de responsabilidade do impetrante pela carga do processo em 07/03/2017. Assim, indefiro o requerimento do Evento 8 e mantenho o Gerente Executivo do INSS de Porto Alegre como autoridade coatora da presente ação.

3. Ante o exposto, DEFIRO A LIMINAR, determinando à autoridade impetrada que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua intimação, seja analisado o recurso administrativo protocolado pelo impetrante em 24/04/2017.

4. Intimem-se, inclusive o MPF. 5. Após, venham os autos conclusos para sentença." Refere o agravante que a situação do presente caso é distinta daquelas comumente apresentadas perante o Poder Judiciário, em que é determino que decida administrativamente, pois isso já ocorreu, razão pela qual o Gerente-Executivo da Agência da Previdência Social não é autoridade coatora, porquanto não tem competência para analisar o recurso administrativo interposto pelo segurado, afigurando-se, assim, inócua uma decisão prolatada contra quem não tem condições de cumpri-la. Informa que o exame dos recursos contra as decisões administrativas do INSS são da competência da Junta de Recursos da Previdência Social, órgão integrante do Ministério da Previdência Social, integrante da Administração Direta Federal. Aduz que não detém, bem como qualquer de seus servidores, poder de determinar à Junta de Recursos da Previdência Social que analise recurso administrativo. Portanto, sustenta, trata-se de ilegitimidade passiva para o presente writ, que deveria ter como autoridade impetrada o Presidente da Junta de Recursos da Previdência Social. Por fim, como decorrência, o órgão de representação judicial deve ser corretamente intimado, qual seja, a Procuradoria-Geral da União (Advogados da União), nos termos do art. 9º, caput, da LC 73/93. Requer, por fim, seja dado provimento ao agravo de instrumento, para que seja cassada a decisão agravada. Decido Nota-se que o recurso administrativo interposto pelo segurado Carlos de Santis, em 24/04/2017, foi cadastrado no sistema e-Recursos (processo eletrônico do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS) sob o nº 44233.080972/2017-68, situação apta ao encaminhamento para análise por uma Junta de Recursos da Previdência Social. Neste passo, conforme dispõe o parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei 72/66, na redação dada pela Lei 5.890/73, o Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS julgador integra a estrutura do Ministério da Previdência Social, órgão da União Federal, o que está regulamentado no art. 303 do Decreto 3.048/99, in verbis: Art. 303. O Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, colegiado integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, é órgão de controle jurisdicional das decisões do INSS, nos processos referentes a benefícios a cargo desta Autarquia. Dessarte, a apreciação do recurso pelo CRPS não se insere na competência jurídica do INSS, sendo ilegítima a autoridade coatora eleita no writ (Gerente-Executivo do INSS) para responder em relação à apreciação do recurso endereçado à Junta de Recursos do CRPS. Nesta perspectiva, pois, não é aplicável a Teoria da Encampação, permitindo que o mandado de segurança, nos casos de indicação incorreta da autoridade coatora, seja julgado normalmente desde que: (a) haja vínculo hierárquico entre a autoridade erroneamente apontada e aquela que efetivamente praticou o ato ilegal; (b) a



extensão da legitimidade não modificar regra constitucional de competência; (c) for razoável a dúvida quanto à indicação na impetração; e (d) a autoridade impetrada tenha defendido a legalidade do ato impugnado, ingressando no mérito da ação de segurança. Outrossim, inviável processualmente a simples retificação do pólo passivo, pois a autoridade coatora (servidor do INSS) erroneamente indicada não pertence à mesma pessoa jurídica da autoridade de fato coatora (servidor da União). Então, a priori, o processo da ação mandamental originária deve ser extinto, sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva da autoridade coatora apontada na exordial. Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo. Comunique-se. Intime-se a parte agravada para resposta.

(TRF-4 - AG: 50587912920174040000 5058791-29.2017.4.04.0000, Relator: ARTUR CÉSAR DE SOUZA, Data de Julgamento: 17/01/2018, SEXTA TURMA)

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO PARA ANÁLISE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. As demandas processadas no âmbito da Administração Federal, direta e indireta, são regulamentadas pela Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que também prevê a razoabilidade e a eficiência da atuação administrativa, nos termos do art. 2º, caput. 2. A Lei n. 9.784/99 dispõe, acerca das regras que tencionam controlar a duração razoável do processo administrativo, conforme o art. 49, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada. 3. Há infringência ao ordenamento jurídico uma vez que não constou dos autos qualquer justificativa por parte da autoridade coatora para a demora na apreciação dos pedidos dos impetrantes. (TRF4 5002593-08.2014.4.04.7200, QUARTA TURMA, Relator LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, juntado aos autos em 17/06/2014)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA NA DECISÃO. ART. 49 DA LEI N. 9.874/99. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E À CELERIDADE DE SUA TRAMITAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, dispôs, em seu art. 49, um prazo de trinta dias para a decisão dos requerimentos veiculados pelos administrados, prazo esse prorrogável por igual período mediante motivação expressa. 2. Não se desconhece o acúmulo de serviço a que são submetidos os servidores do INSS, impossibilitando, muitas vezes, o atendimento do prazo determinado pela Lei n. 9.784/99. Não obstante, o transcurso de longo tempo entre a última movimentação do processo e a impetração do mandamus, sem qualquer decisão administrativa, ofende os princípios da eficiência (art. 37, caput, da CF) e da razoabilidade (art. 2º, caput, da Lei do Processo Administrativo Federal) a que a Administração está jungida, bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF). 3. Mantida a sentença que determinou à Autarquia Previdenciária a emissão de decisão no processo da



impetrante. (TRF4, REOAC 2009.71.07.003465-1, SEXTA TURMA, Relator CELSO KIPPER, D.E. 04/03/2010)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DEMORA NA DECISÃO. ART. 49 DA LEI N. 9.784/99. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E À CELERIDADE DE SUA TRAMITAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, dispôs, em seu art. 49, um prazo de trinta dias para a decisão dos requerimentos veiculados pelos administrados, prazo esse prorrogável por igual período mediante motivação expressa. 2. Não se desconhece o acúmulo de serviço a que são submetidos os servidores do INSS, impossibilitando, muitas vezes, o atendimento do prazo determinado pela Lei n. 9.784/99. Não obstante, mas o transcurso de longo tempo entre a última movimentação do processo e a impetração do mandamus, sem qualquer decisão administrativa, ofende os princípios da eficiência (art. 37, caput, da CF) e da razoabilidade (art. 2º, caput, da Lei do Processo Administrativo Federal) a que a Administração está jungida, bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF). 3. Mantida a sentença que determinou à Autarquia Previdenciária a emissão de decisão no processo da impetrante. (TRF4, REOAC 2009.72.00.002088-4, SEXTA TURMA, Relator CELSO KIPPER, D.E. 09/09/2009)

0500626-26.2016.4.05.8309

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. RURAL. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA INJUSTIFICADA NA APRECIACÃO DO PEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

Trata-se de recurso nominado contra sentença que julgou procedente o pedido de concessão de auxílio-doença - trabalhador rural.

Alega o INSS, em seu recurso, que a parte autora provocou desnecessariamente o Poder Judiciário, pleiteando direito que poderia ter sido satisfeito no âmbito administrativo, razão pela qual careceria de interesse de agir.

Não deve prosperar a alegação de falta de interesse de agir, em face da ausência de requerimento administrativo para concessão do aludido benefício previdenciário.

Atente-se para o seguinte trecho da sentença, a qual invoco como razão de decidir deste voto: *"Inicialmente, não merece guarida a preliminar de falta de interesse de agir levantada pelo INSS. Não se desconhece que, em regra, o segurado somente possa propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário se anteriormente formulou requerimento administrativo ao INSS e este foi negado. Contudo, em situações excepcionais, admite-se o acesso direto ao Poder Judiciário, a exemplo dos casos em que o interessado requereu administrativamente o benefício, porém o INSS não proferiu decisão no prazo de 45 dias. Eis o caso dos autos. Nesse sentido já decidiram o Plenário do STF,*



no RE 631240/MG, Relator Ministro Roberto Barroso, julgado em 27/08/2014 (repercussão geral), publicado no Informativo 756, e a 1ª Seção do STJ, REsp 1.369.834-SP, Relator Ministro Benedito Gonçalves, julgado em 24/09/2014 (recurso repetitivo), divulgado no Informativo 553. Afastada a preliminar".

No mesmo sentido, invoco o seguinte precedente da TNU:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO, COM EFEITOS RETROATIVOS, DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. EXISTÊNCIA DE DIVERSOS REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO PRÉVIO OU DA JUNTADA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA NATUREZA DA ATIVIDADE. PROCESSO EXTINTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. I - A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, vem adotando o entendimento de que é necessária a prévia caracterização da lide para atender à condição da ação relativa ao interesse de agir, o que se dá, no âmbito da concessão de benefícios previdenciários, com o prévio requerimento administrativo, em que haja indeferimento expresso do pedido ou demora injustificável para sua apreciação. Precedentes. II - O acórdão recorrido não analisou a situação de concessão, mas a de revisão de benefício concedido em 1999, após a realização de três pedidos administrativos sucessivos. III - A pretensão de reconhecimento e conversão de suposto tempo de serviço especial em comum, com efeitos retroativos, jamais foi realizada em qualquer dos processos administrativos ou tampouco apresentada documentação hábil, da qual não poderia se desincumbir a interessada sem justificativa, levando à extinção do feito, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir. IV - A não configuração de divergência jurisprudencial, além do caráter processual da pretensão formulada, inviabiliza a pretensão formulada. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 200470950069512, JUIZ FEDERAL VALTER ANTONIASSI MACCARONE, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 08/09/2008.) Recurso do INSS improvido. Sentença mantida. Ônus sucumbenciais arbitrados em 10% do valor da condenação, observada a súmula nº. 111 do STJ. ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Joaquim Lustosa Filho Juiz Federal Relator

Assim resta demonstrada a resistência da pomovida por intermédio da não apreciação do requerimento e/ou demora demasiada e injustificada da mesma.

IV- DO DANO MATERIAL:

Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:



“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.

V- DO DIREITO

Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”

V- DO PEDIDO:

*PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea “II” da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (na forma exposta no retro § “1”) adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo, ainda, o seguinte:*

- a. *Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);
- b. Citação da Promovida através do sistema de processo eletrônico preferencialmente de acordo com o Art. 246, V, §1º, ou por AR (Correios - Art. 246, inciso I do NCPC) no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de acordo e/ou contestação;
- c. Que seja agendado perícia médica indicada pelo juízo processante, levando em consideração o convenio do TJPB com seguradora Líder.
- d. Com contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea “c” e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há



Menezes & Associados Rodrigues

de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, **na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela NÃO REALIZAÇÃO de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeito fiscal.

Nestes Termos,
Pede e Espera deferimento.

João Pessoa, 22 de abril de 2020.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19496

Thais Emmanuelle Menezes Cardoso
Estagiária OAB/PB 11.619-E



Menezes & Rodrigues

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, inscrito no CPF nº 064.963.594-90 e RG 2981221 SSP/PB residente e domiciliado (a) na Rua Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Melo, 133, Alto do Mateus, CEP 58090-232, João Pessoa – PB.

OUTORGADO: THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB 19.496, **Thais Emmanuelle Menezes Cardoso**, brasileira, divorciada, Estagiária inscrita na OAB/PB 11.619- E, inscrita no CPF 056.331.454-02 e ambos com endereço profissional na Rua Ana Gama e Melo, 163A, Mangabeira I, CEP 58055-510, FONE/FAX (83) 3566-0339, João Pessoa/PB, onde receberá as notificações e intimações de estilo.

PODERES:

Poderes da cláusula “ad judicium et extra”, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro geral, conforme estabelecido no art. 105 do CPC, e os especiais para requerer assistência judiciária gratuita, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, renunciar ao teto delimitador dos juizados especiais federais, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais.

Em remuneração aos serviços profissionais supracitados, pagarei aos advogados outorgados, ou a quem legalmente os substituir, quantia equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor apurado na condenação, sendo devido somente no caso de procedência da ação, ou realização de acordo judicial ou extrajudicial, ficando desde logo autorizada a retenção na ocasião do pagamento, mediante dedução da quantia que vier a receber ou for depositada em conta do outorgante, em favor dos advogados contratados (art. 22, Parágrafo 4º da Lei 8.906/94), ficando ainda, esclarecido ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertence exclusivamente ao advogado.

João Pessoa, 11 de março de 2020.


OUTORGANTE

ADVOCACIA E CONSULTORIA

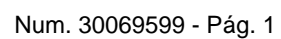
Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1660674602

PROIBIDO PLASTIFICAR
1660674602



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.015-870 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,

INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133

ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090-232

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
V16N070453	01/10/2016	EXT MUI OBLIGADO	LIGADO				
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS		PRÓXIMA LEITURA		
291	298	7	30		11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT./ QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
NOV/2019	10	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
OUT/2019	8	TURBIDEZ	268	288	279		
SET/2019	8	CLORO	268	288	288		
AGO/2019	9	COL.TERMOT	0	0	0		
JUL/2019	9	COR	73	145	139		
JUN/2019	8	COL.TOTAIS	268	288	274		
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

7 M3

37,91

ESGOTO

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ESGOTO

7 M3

30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

04/01/2020

Total a Pagar:

R\$ 68,24



Menezes & Rodrigues

DECLARAÇÃO DE POBREZA

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, inscrito no CPF nº 064.963.594-90 e RG 2981221 SSP/PB residente e domiciliado (a) na Rua Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Melo, 133, Alto do Mateus, CEP 58090-232- PB, **declara que é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50**, não tendo condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo da sua subsistência.

João Pessoa, 11 de março de 2020.



Delmir Barbosa Maximiano


ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 386509283183 520200430202 062026915017 			Valor final: R\$ 1.238,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.238,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 386509283183 520200430202 062026915017 			Valor final: R\$ 1.238,65





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.626915

Data Vencimento: 30/04/2020

Data Emissão: 22/04/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.034,80

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.237,30

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



(*) os campos marcados são de preenchimento obrigatório.

Nome completo:	DELMIR BARBOSA MAXIMIANO *
CPF/CNPJ:	06496359490 *
E-mail:	thiago.jurista@gmail.com *
UF do Proprietário:	PB * Cidade: João Pessoa *
Telefone:	83 * 988729070 *
Opções Selecionadas:	Pedido de indenização > Outra dúvida *
Mensagem:	Bom dia gostaria de requerer o resultado do pedido de indenização por invalidez de nº 3200042885, do beneficiário DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, inscrito no CPF 064.963.594-90, pois encontra-se sem resposta a mais de 90 dias, desta maneira venho através desta pedir a conclusão deste processo administrativo. *

ACESSIBILIDADE



NOTÍCIAS

Saiba como pedir a restituição do Seguro DPVAT

Informações sobre o pagamento do Seguro DPVAT 2020

Mais notícias

NEWSLETTERS

COVID-19: Pedidos do Seguro DPVAT podem ser feitos por telefone

COVID-19: Tire suas dúvidas sobre o

usar





Sua mensagem foi enviada com sucesso.

Nossa equipe responderá sua mensagem em até 15 dias úteis. Caso não receba nossa resposta nesse prazo, por favor, verifique a disponibilidade de sua caixa de entrada e as configurações de seu serviço de anti-spam. A Seguradora Líder-DPVAT agradece o seu contato.

ACESSIBILIDADE



NOTÍCIAS

Saiba como pedir a restituição do Seguro DPVAT

Informações sobre o pagamento do Seguro DPVAT 2020

Mais notícias

usar



COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO



Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200042885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF/CNPJ: 06496359490

Posição em 22-04-2020 12:14:42

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

usar



POR
PTB2




PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: brasileira **ESTADO CIVIL:** casado
PROFISSÃO: detentista distribuidor **Nº DO RG:** 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 28/08/2018
Nº CPF: 064 963 594-90 **ENDEREÇO:** Desempenhador Manoel
Paigy Casimiro Mello Filho, 133, Alto do Mateus, CEP: 58090-230
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thiago Emmanuel Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: brasileira **ESTADO CIVIL:** divorçada
PROFISSÃO: estudante **Nº DO RG:** 2831164/59P/PB - 04279615
ORGÃO EMISSOR: João Pessoa/PB **DATA DE EMISSÃO:** 05/01/2018 71
Nº CPF: 056 374 154-02 **ENDEREÇO:** Rua Luzia, Pedreira
nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de junho de 20 20
 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1140 - Bairro Dom João - João Pessoa/PB - CEP 58020-000 - Tel: (33) 3344-0444 - Fax: (33) 3344-0444

Reconhecimento por Autenticidade a assinatura de
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
a qual confere com o padrão registrado nessa serventia, dou fé
João Pessoa, nove de Janeiro de dois mil e vinte
Em Teor da verdade.
Dianillo Pinho Oliveira da Alencar, Escrevente - (Qtd: 1, Total: 13 08)
Selo Digital de Fiscalização Tipo AJP26600-9CC9
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
AUTOMOBILÍSTICO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: DRIMIR BARBOSA MAXIMIANO

DOC. IDENTIDADE / C.R.C. ANEXO DE: 2901221 **SRP** **PB**

CPF: 064.963.594-90 **DATA NASCIMENTO:** 02/01/1987

FUNÇÃO:
DALVANI BARBOSA
MAXIMIANO
JOSETE DE MORAIS
MAXIMIANO

RESIDÊNCIA: **CC:** **CADENA:**
AB

1º REGISTRO: 05542464300 **VALIDADE:** 25/01/2022 **1ª EMISSÃO:** 18/07/2012

OBSERVAÇÕES:

Dr. Dr. Maximiliano
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: JOAO PESSOA, PB **DATA EMISSÃO:** 28/06/2018

João
ASSINATURA DO EMISSOR

00946561515
F0037451901

PARAIBA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1660674602

PROIBIDO PLASTIFICAR
1660674602



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.016-870 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DEZ/2019

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090-232

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y16S020453	01/10/2016	EXT MUA OLIGADO	LIGADO			
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
291	298	7	30	11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR.	LEIT.	QUALID.	ÁGUA-ANEXO 20	PORT. 05/2017	MS.	
NOV/2019	10		PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
OUT/2019	8		TURBIDEZ	268	288	279
SET/2019	8		CLORO	268	288	288
AGO/2019	9		COL. TERMOF	0	0	0
JUL/2019	9		COR	73	145	139
JUN/2019	8		COL. TOTAIS	268	288	274
MEDIA(M)	8		DADOS REFERENTES A:	OUT/2019		

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 04/01/2020

Total a Pagar:

R\$ 68,24



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emmanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário: Delmir Barbosa Maximiano inscrito
(a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima
Delmir Barbosa Maximiano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Lider-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Luzia Pedreira</u>		Número <u>1500</u>	Complemento
Bairro <u>Custo Redentor</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58071-530</u>
Email <u>thabetica096@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular(DDD) <u>(83)98842-9070</u>

João Pessoa, 24 de junho de 2020
Local e Data

Thais Emmanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante



Recibo do Sacado 9055408101000138216160101



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência - Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF/CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções

Intermediado por:

ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.					Vencimento 30/01/2020
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ					Agência - Código Beneficiário 3962-4 / 0554081
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Espécie doc. DM	Aceite N	Data processamento 10/01/2020	Nosso número 010001382161 6
Carteira 101	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento		(=) Valor documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Intermediado por: ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20 Ref. Mensalidade 01/2020 Após o vencimento cobrar: Juros de 1% ao mês. Multa de 2%					(-) Desconto
					(-) Outras deduções / Abatimentos
					(-) Mora / Multa / Juros
					(+) Outros
					(=) Valor Pago
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA. RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402					
Sacador Avalista					Cod. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>

Número do documento: 20042216531310500000028909045



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 064963.594-90 3 - CPF da vítima: 064963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 9 - Número: 133 10 - Complemento:
11 - Bairro: Alto de Matheus 12 - Cidade: Jataí - GO 13 - Estado: GO 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83)98872-9040 16 - Telefone: (83)98872-9040

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 0108 CONTA: 0058928

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Peço motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou resíduo hereditário? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não
Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte a aqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Assinatura e
depois da
vítima ou
beneficiário
não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)





Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJP
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alo Bradesco
SAC - Servico de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamacoes e Informacoes
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horario de Brasilia.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





CLIENTE: Sr.(a)

Deleu Barbosa Alexi -
uniao.

Ats. L. CID 572
582
Paciente vítima de acidente
no trabalho. Sobretudo fratura
dos ossos do fêmur direito
no seu 1/3 superior comunit.
e 1/3 inferior do fêmur esq.
comunidade em 02/12/2019
sendo operado o fêmur esq.
e depois a fratura do fêmur
com haste intramedular
femoral (Eva) e placa e
parafusos no fêmur. Apo.

Obs.: Voltando a consulta
quarta trazer esta receita
CID: 582

Dr. José Guatibuleti C. de Lillo
Especialista Artroplastia Total
de Joelho e Quadril
CRM - 1738

ANS Nº 32104-4

REC. APC 096.1

CLIENTE: Sr.(a)

Sent. neuropático do
fêmur dt e se mova-
te de apt. em seu
reafirmação seu coe-
dicos de se desloca-
di esse processo
pericce metáfis. pro-
este infusss. S.P. T.O.
de ampar por pessoal
de O.R.T. / mesa e
partir de fratura de coxa
J R 02/12/2019

Obs.: Voltando a consulta
quarta trazer esta receita
CID: 582

Dr. José Guatibuleti C. de Lillo
Especialista Artroplastia Total
de Joelho e Quadril
CRM - 1738

ANS Nº 32104-4

REC. APC 096.1



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares	Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 02/12/2019	Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vítima (QT) Com / 01
Tipo de Acidente Col.Traseira	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego Pista Dupla

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 – Pau Brasil - São José do Mipibú / RN– Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. RN
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)	Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 31/07/2023	Usava cinto Sim
Destino do Condutor Liberado no Local		Usava Capacete -	

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n º 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB – Tel.(083)98811 8076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado	Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 25/01/2022	Usava cinto -
Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma		Usava Capacete -	

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma das faixas. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando a ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a colisão com a motocicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva – RG 3595587.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019

VÍTIMA 01

Nome	Sexo	Nascimento	Viajava no Veículo Nº
Delmir Barbosa Maximiano	Masculino	02/01/1987	02
Endereço			
Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n º 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítima	Conduzida Para	Usava Cinto	Usava Capacete
Condutor	Hospital de Trauma	-	-

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mh/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTTran para complemento do BOAT.

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINATURA


JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

AMARRAÇÕES

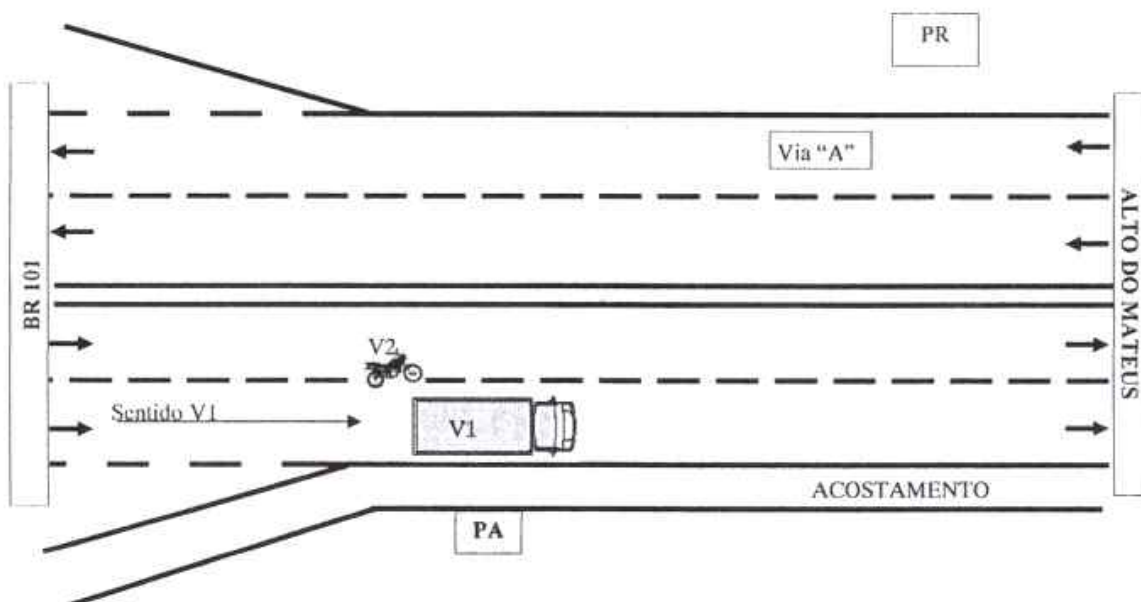
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00 metros

PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)



DISENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS



V1



V2

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINATURA

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: VW / 24. 250 CLC	Placa: OJR 7936 / RN	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
--	--------------------------------	--	----------------------------

CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE

AVARIAS NO ACIDENTE

tem	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
02	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
03	Para choque traseiro danificado.	M		X	
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G		X	
16	Air Bags (se existir)	M		X	

M: Item que individualmente implica em Dano de Média Monta.

G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Monta.

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Monta: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"
Dano de Média Monta: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M
Dano de Grande Monta: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V2

Marca/Modelo: HONDA / XRE 190	Placa: QSM 1040	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
---	---------------------------	--	----------------------------

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item		Avaliação			Item		Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (tríciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)		00		

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0	-> DANO DE PEQUENA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4	-> DANO DE MÉDIA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4	-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



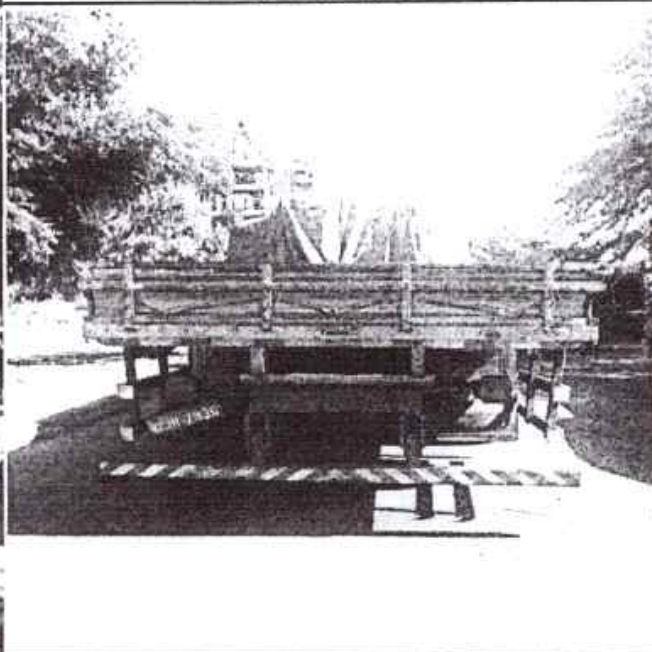
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR.I / CPR.III)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT

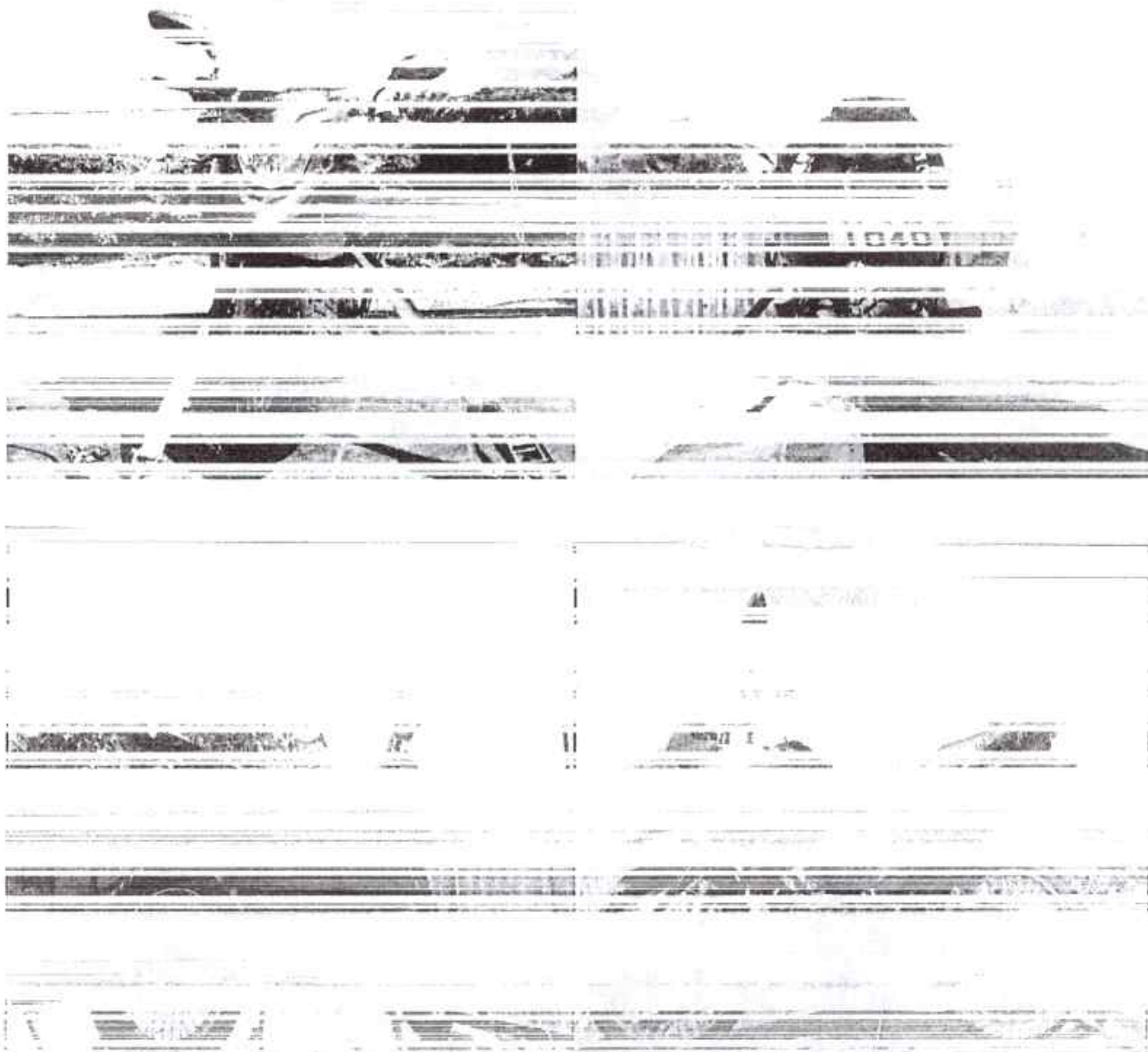


BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 08471/2019

FOTOS DO V2

IDENTE (V2)

TRABALHADA (V2)



Jonas Paulo de S. Santos Cb. 044





Dr. Antônio Gualberto Chianca
CRM 1182 - R. 1431 - Torre: 01P-58040-580
João Pessoa - PB
08/12/1996-0216

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Severino Ramos Nascimento

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 18:22:45
N. Acesso....: 777916

EXAME: RX PERNA DIREITA

- Aumento de densidades de partes moles.
- Importante fratura do terço proximal da tíbia.

Dr. Antonio Gualberto Chianca
CRM. 1182



Cooperativa sem fins lucrativos para o desenvolvimento e a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade.



COD 000545



RAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916



DIR



BAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916

DIR





Av. Alameda da Paraíba, 1000 - Jd. Alameda
João Pessoa - PB (CEP: 58040-300)
Fone: (31) 3210-0210
Fax: (31) 3210-0210


CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso...: 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.


Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Cooperativismo: caminho para o desenvolvimento e a paz
Roberto Rodrigues

ANS - nº 32104-4

COD 300646








CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:17:38
N. Acesso....: 780193

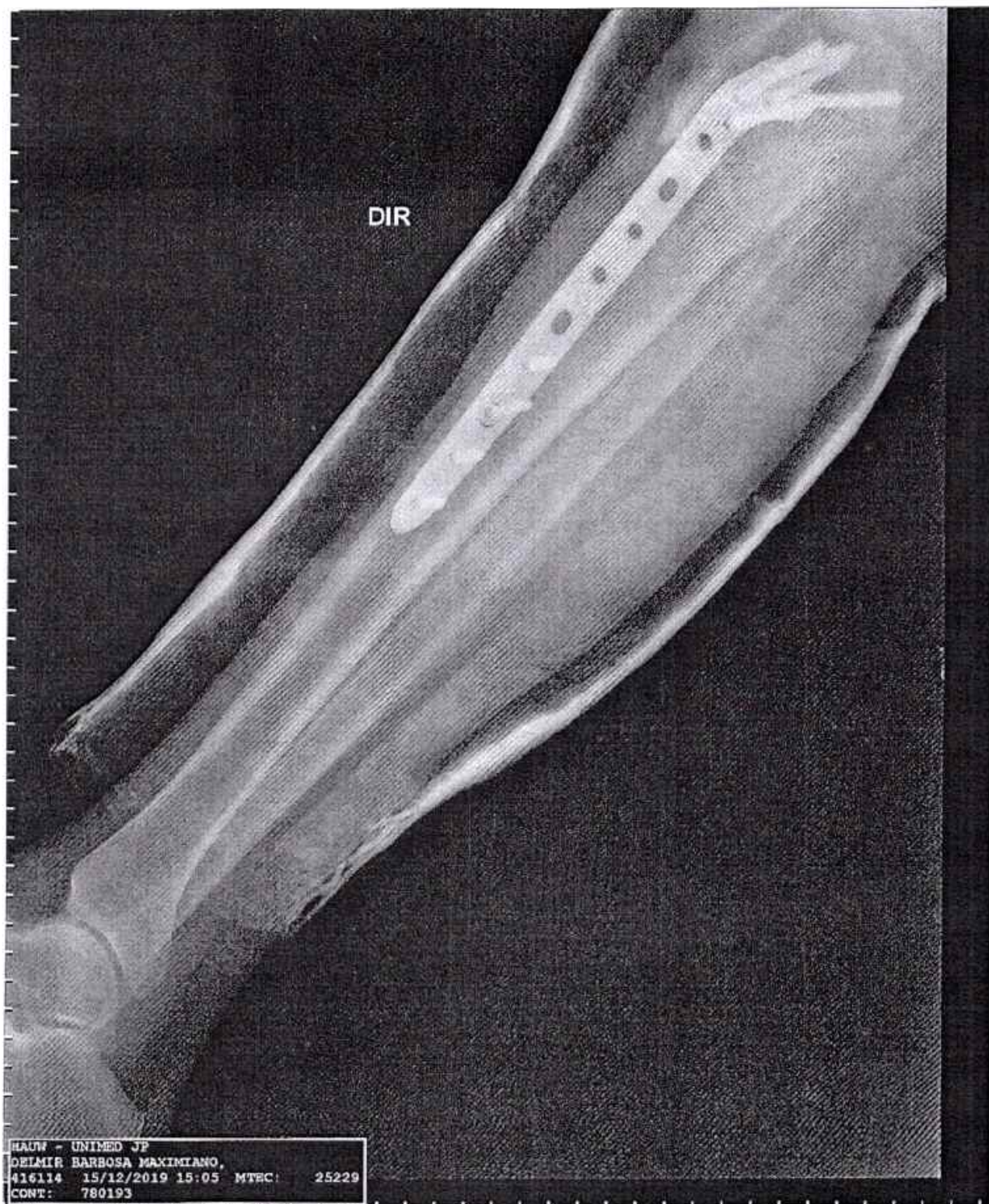
EXAME: RX joelho direito

- 1- Estrutura óssea normal.
- 2- Controle de redução cirurgica de fratura complexa na tibia proximal.


Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469









Unimed João Pessoa é uma das filiais da Unimed
do Estado da Paraíba - UNIMED-PA
Unimed-PA é uma das filiais da Unimed
do Brasil - UNIMED-BRASIL

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA


Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Marcio Gomes Ferreira

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 16:08:33
N. Acesso...: 777868

EXAME: RX FÊMUR ESQUERDO

- Fratura do terço inferior do fêmur esquerdo.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo Médico Radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda (A.G.V.C.).


Dr Antonio Gualberto Chianca
CRM: 1182



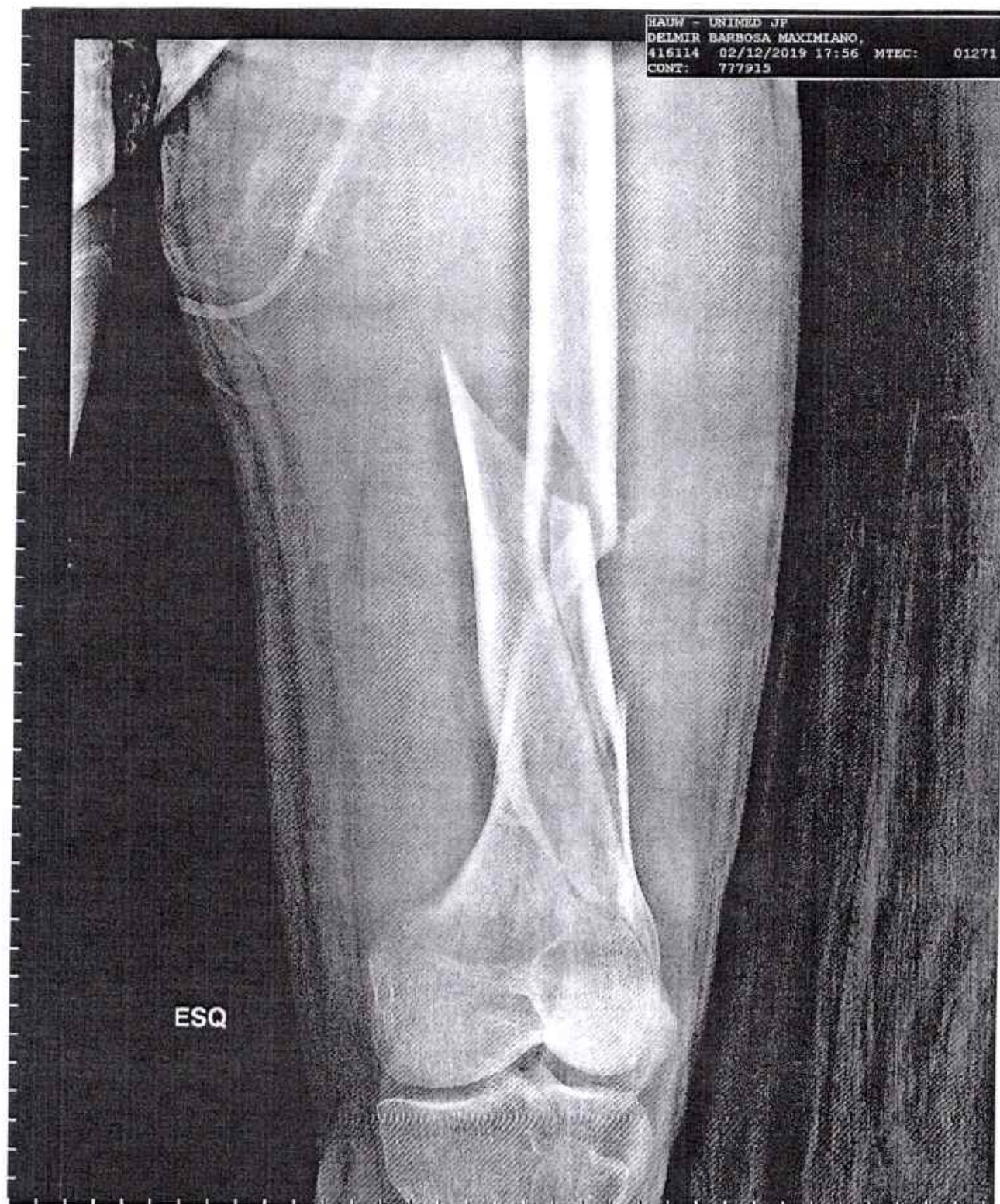
Membro da Aliança
Cooperativa Internacional

Cooperativa sem fins lucrativos e sem finalidade econômica
Instituição Beneficente

ANS - nº 32104-4

COD: 9D0545

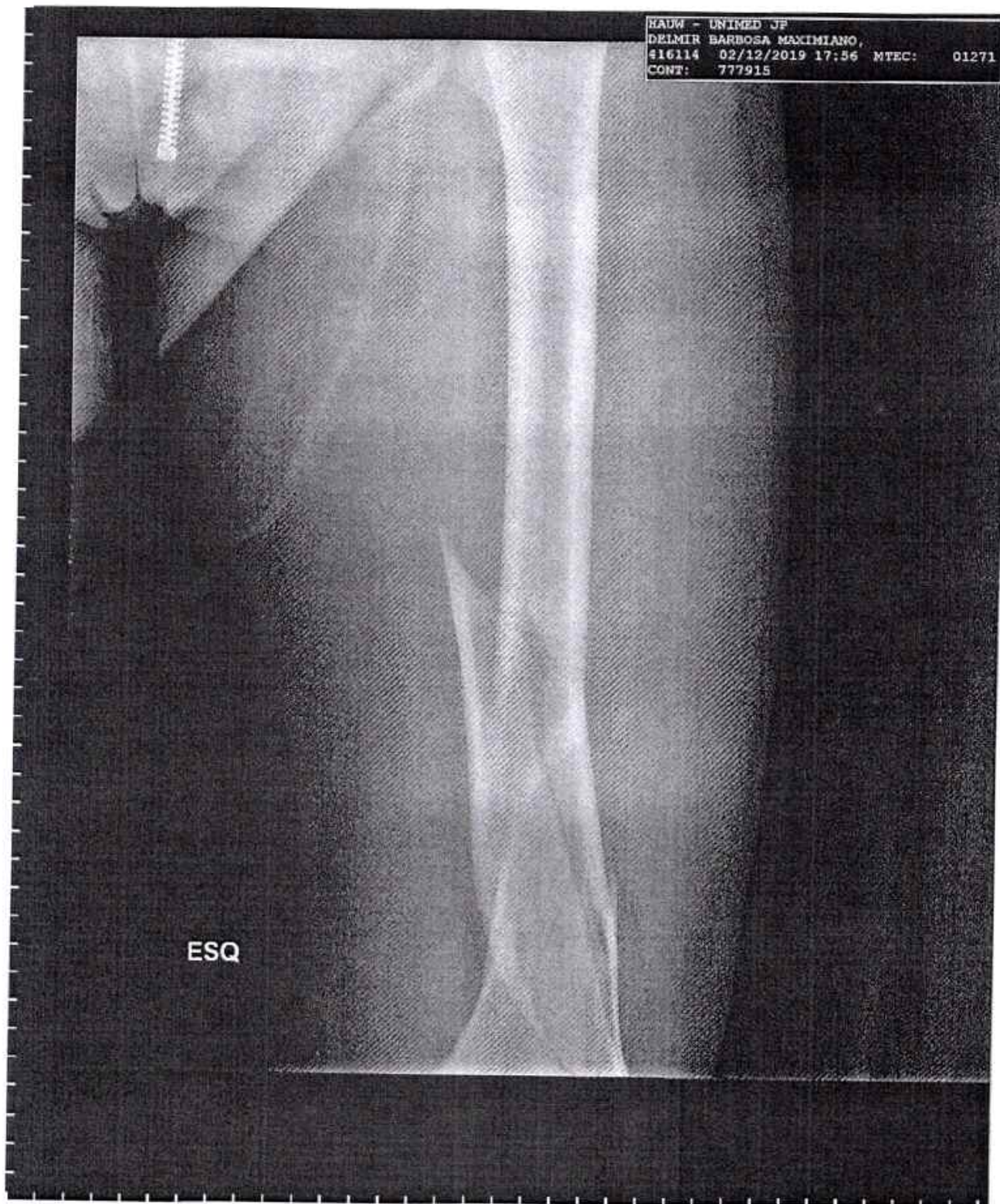




HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ







Unimed João Pessoa
Rua 72, Centro, João Pessoa, PB 54060-000
Fone: (31) 3315-5400
Fax: (31) 3315-5400
www.unimedjp.com.br


**CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA**

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: José Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:19:49
N. Acesso...: 780192

EXAME: RX PERNA DIREITA

- 1- Estrutura óssea normal.
- 2- CONTROLE de redução cirúrgica de fratura da tibia proximal direita mostrou procedimento Adequado
Aumento de partes moles.


Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469

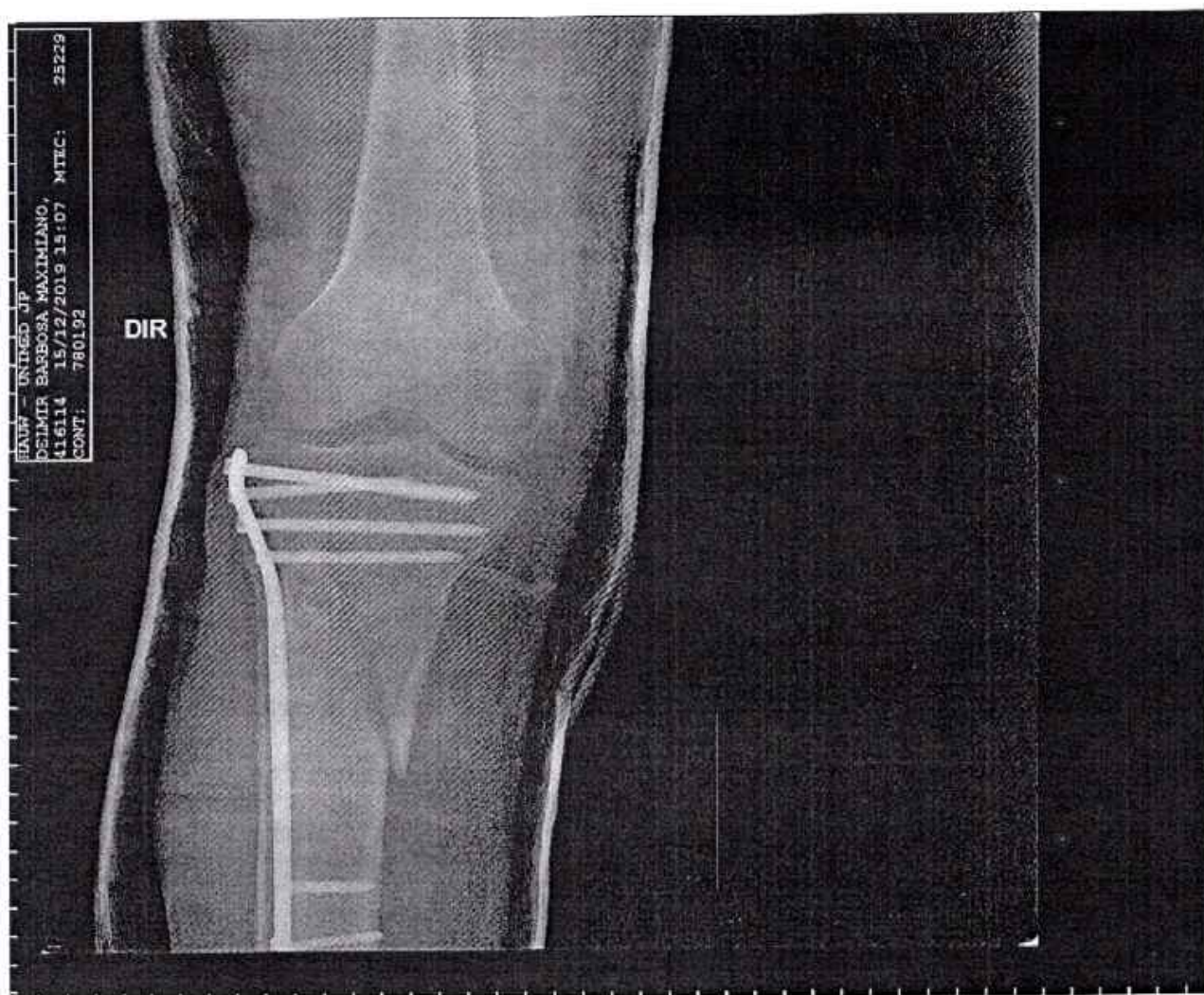


Unimed João Pessoa é uma entidade sem fins lucrativos
Membro da Aliança Cooperativa Internacional



COD: JUC545









Av. Ministro João Américo de Aguiar, 1450 - Torre CEP 58040-300
João Pessoa - PB
(83) 2106-0310

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso....: 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469

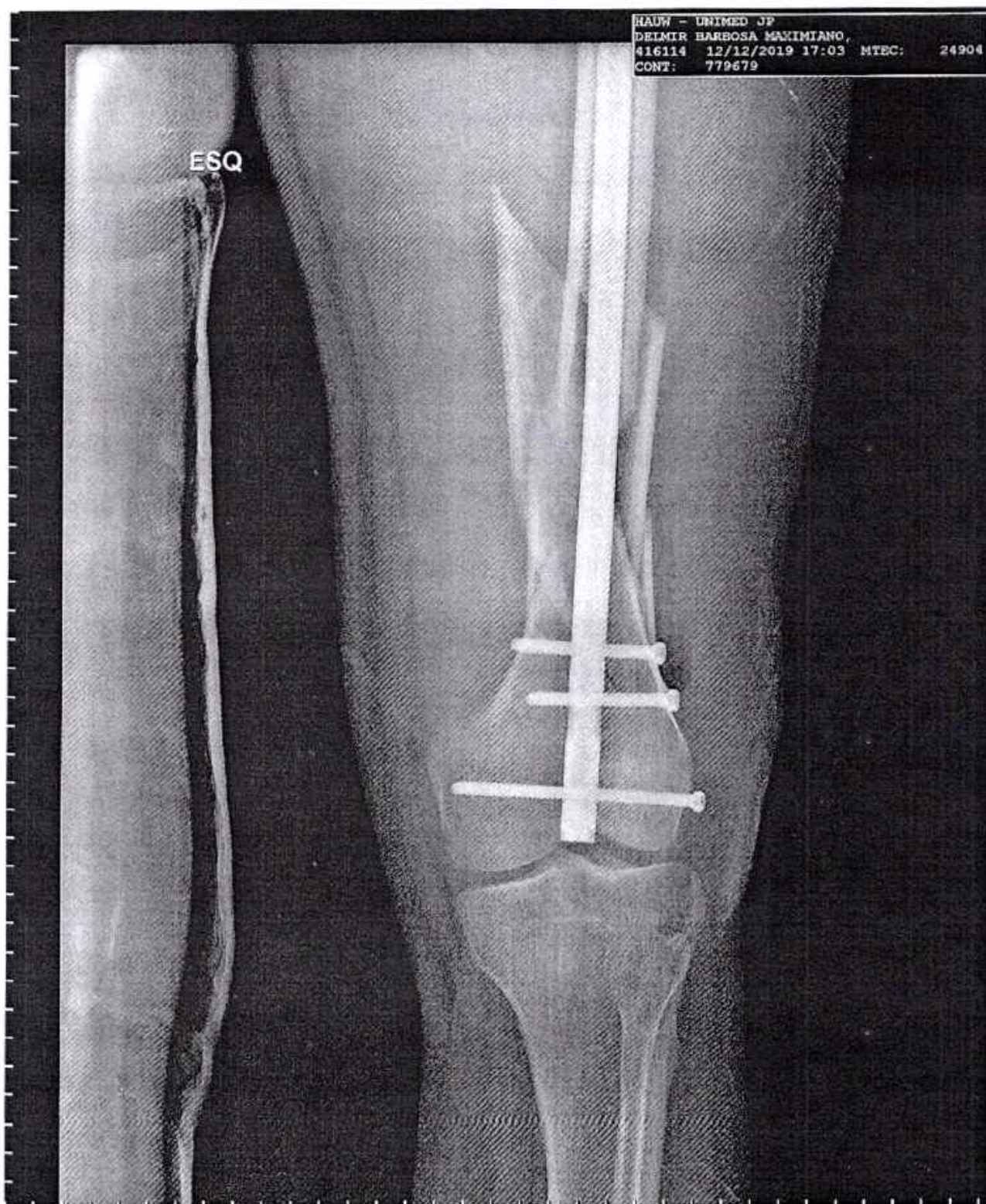


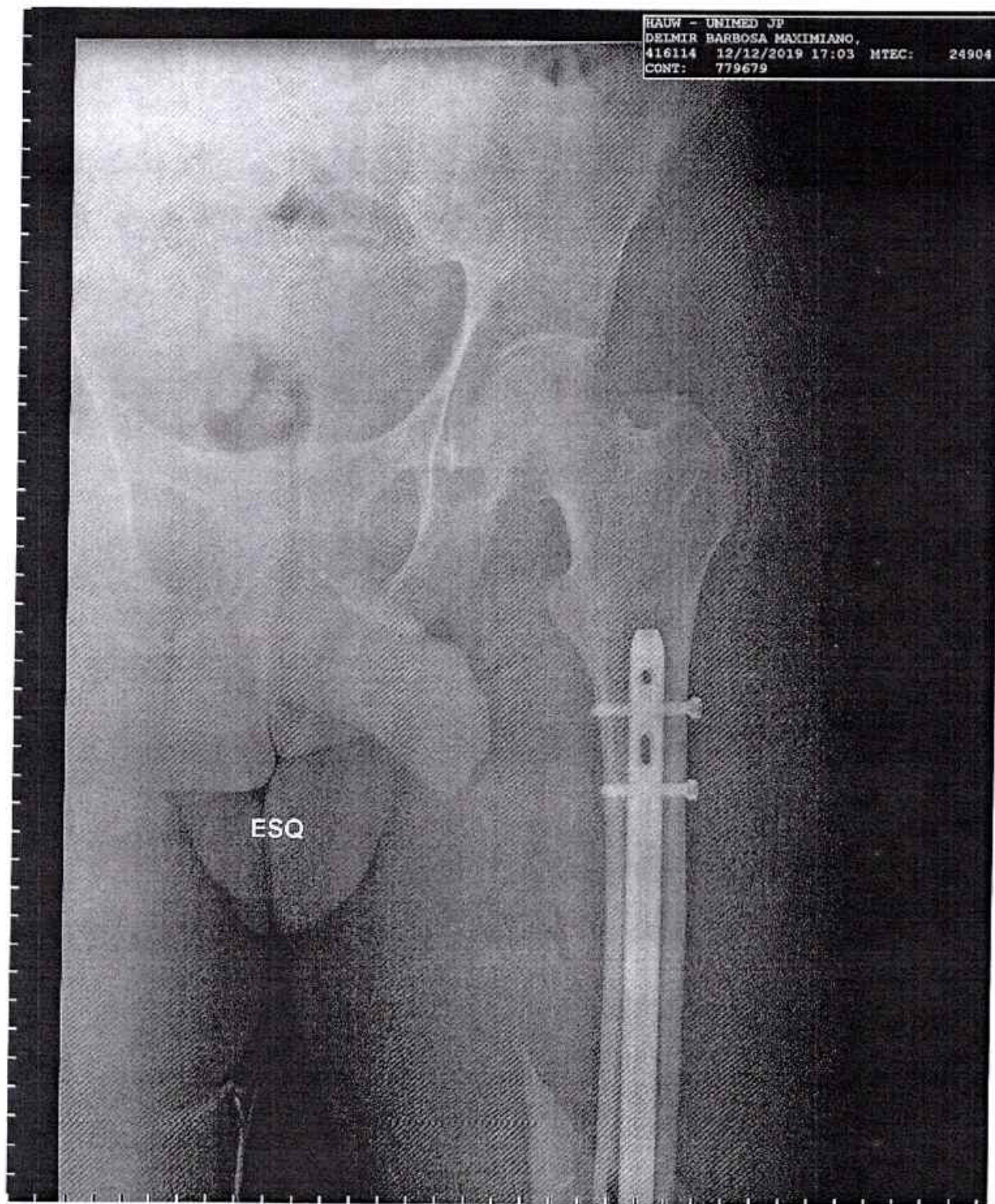
Cooperativismo: caminho para o desenvolvimento e a paz
Resolução 102/96

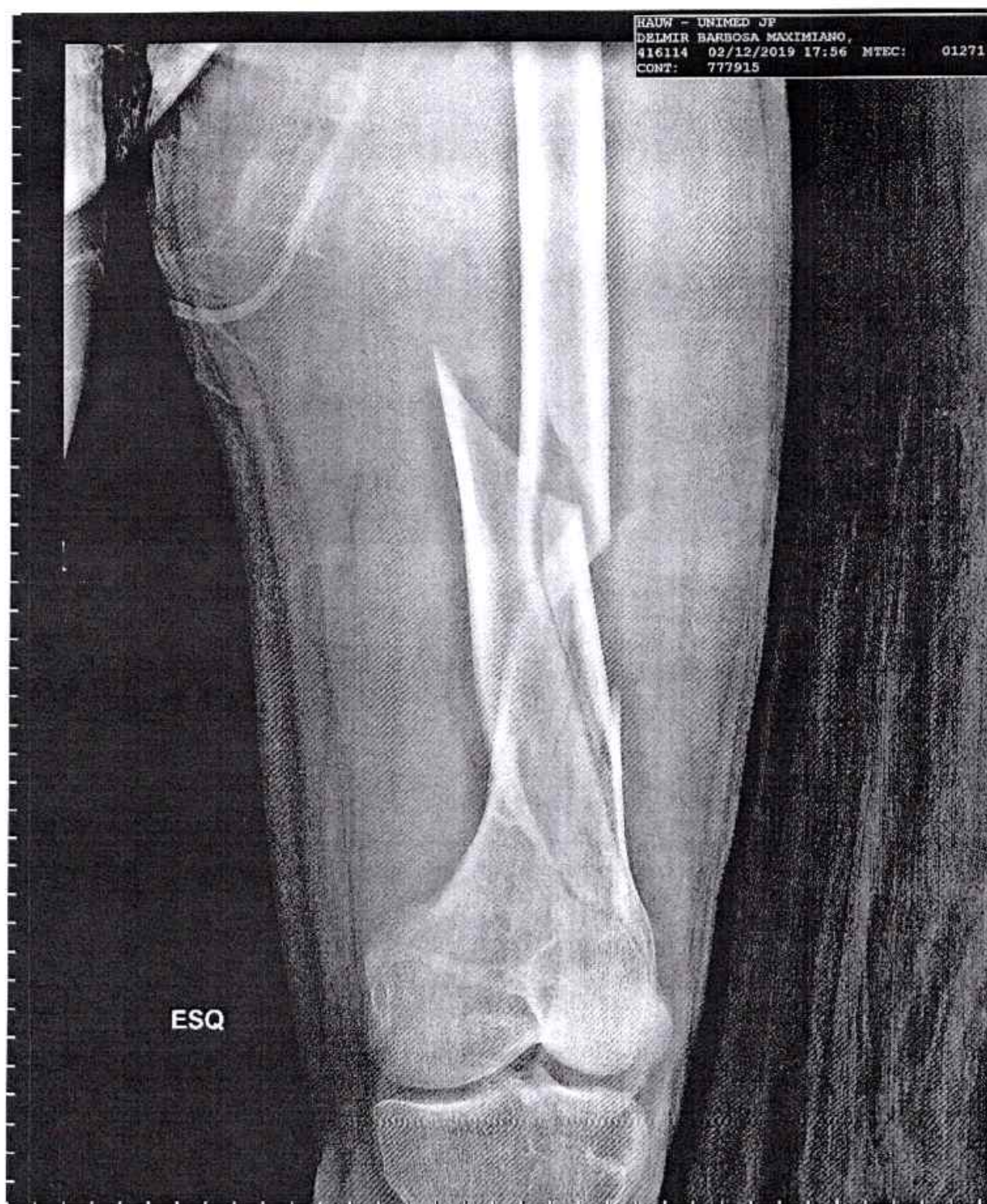


COD 000545









Hospital Alberto
Urquiza Wanderley

Unimed 
João Pessoa

HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ



HADW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



ESQ





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

O novo CPC de 2015 trouxe novidade para aqueles cujo pagamento integral das custas processuais pode se revelar excessivamente oneroso e, assim, criar hipótese de restrição de acesso à Justiça. Diz o art.98 do Código de processo Civil atual:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Além do parcelamento, da concessão com referência a determinados atos, poderá, ainda, ser reduzido o percentual a ser antecipado do valor total devido, como mencionado no § 5º do art. 98 do CPC.

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família, haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), CONCEDO PARCIALMENTE A JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original.

Permito ainda à parte, caso assim solicite, a possibilidade de parcelamento do valor em até 3 (três) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015), devendo comprovar o pagamento da primeira parcela em 5 dias.



Informo que no PJE a Guia, em valor inferior ao mínimo, poderá ser retirada junto ao Distribuidor ou através do sistema na área destinada à “Custas Finais”, haja vista limitação do sistema.

Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão para o juízo. Registro, inclusive, que os valores pagos poderão ser objeto de ressarcimento caso a parte autora obtenha sucesso (art. 82, §2º do CPC/2015).

Desse modo, determino à parte autora o recolhimento das custas processuais e diligência iniciais reduzidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (artigo 290, CPC/2015).

Providências pelo Cartório, para retificação no sistema. Após, certifique-se o valor das custas conforme os parâmetros fixados nessa decisão, emitindo-se a Guia de Recolhimento.

Diligências e intimações necessárias. Cumpra-se.

João Pessoa, 23 de abril de 2020

Juiz(a) de Direito



Informação de agravo em anexo.



Menezes & Associados Rodrigues

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA
CIVIL DA COMARCA DA CAPITAL – PB.**

Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**, que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, também já devidamente qualificado, vem por intermédio de seu bastante procurador e advogado assinado “in fine” a presença de Vossa Excelência, expor e finalmente requerer o seguinte:

Culto magistrado vem o postulante nesta oportunidade requerer a juntada de cópia do Agravo de Instrumento, consoante preconiza o art. 1.018 do CPC, bem como informar a relação de documentos acostados ao referido agravo, quais sejam: contracheque, faturas diversas, conforme cópia juntada do agravo e seus documentos.

Assim acreditando ter cumprido tempestivamente a norma processual, requer que fique acostado a presente cópia do agravo de instrumento e do seu comprovante de distribuição, por ser tudo de direito e de justiça.

João Pessoa, 22 de maio de 2020.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





22/05/2020

Número: **0806641-79.2020.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Luiz Sílvia Ramalho Júnior**

Última distribuição : **22/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0823859-34.2020.8.15.2001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO (AGRAVANTE)		THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6375205	22/05/2020 16:55	Petição Inicial	Petição Inicial
6375209	22/05/2020 16:55	Agravo - justiça gratuita	Documento de Comprovação
6375210	22/05/2020 16:55	0823859-34.2020.8.15.2001 - Tribunal de Justiça da Paraíba - expediente	Documento de Comprovação
6375212	22/05/2020 16:55	CONTA DA TIM	Documento de Comprovação
6375214	22/05/2020 16:55	Conta de internet	Documento de Comprovação
6375215	22/05/2020 16:55	Conta de luz e agua	Documento de Comprovação
6375216	22/05/2020 16:55	Hiper 2020-05 MAIO	Documento de Comprovação
6375368	22/05/2020 16:55	historico-creditos INSS	Documento de Comprovação
6375369	22/05/2020 16:55	1_PDFsam_0823859-34.2020.8.15.2001 - processo judicial completo	Documento de Comprovação
6375370	22/05/2020 16:55	23_PDFsam_0823859-34.2020.8.15.2001 - processo judicial completo	Documento de Comprovação
6375371	22/05/2020 16:55	49_PDFsam_0823859-34.2020.8.15.2001 - processo judicial completo	Documento de Comprovação



Em anexo.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:26
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542654500000006351855>
Número do documento: 20052216542654500000006351855

Num. 6375205 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 2

Menezes & Associados Rodrigues

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, regularmente inscrito (a) no CPF sob o nº 064.963.594-90, com RG de nº 2981221 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Matheus, João Pessoa – PB, CEP 58090-232.

PROCURADORES DO AGRAVANTE: Thiago José Menezes Cardoso, OAB/PB nº 19496, com endereço profissional a Rua Ana Gama e Melo, 163A, Mangabeira I, nesta Capital - PB CEP 58055-510, Fone/Fax: (83) 3566-0339, onde recebe intimações e notificações de estilo, com endereço eletrônico: thiago.jurista@gmail.com.

PROCESSO DE ORIGEM: **ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**, processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001, proposta pelo Agravante, a qual tramita junto à 4ª Vara Cível da Comarca da Capital – PB.

O Agravante inconformada com a decisão interlocutória proferida no processo acima identificado, vem respeitosamente à presença de V. Exa., apresentar o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, com base nos artigos 1.015 e ss. do NCPC, de acordo com a exposição dos fatos, do direito e das razões do pedido de reforma da decisão que seguem em peça anexa.

O Agravante deixa de efetuar o preparo tendo em vista ser o cerne do presente recurso a discussão dos benefícios da Assistência à Justiça Gratuita.

Para instruir o pedido, cópia integral de todas as peças processuais, por se tratar de processo eletrônico, consoante se pode verificar.

O Agravante anexa expediente para demonstrar de intimação, tendo registro em 04/05/2020, e data limite para a interposição do presente em 25/05/2020, consoante se pode verificar dos documentos anexados a presente.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 3

Menezes & Associados Rodrigues

Expediente
(4499801)

THIAGO JOSE
MENEZES
CARDOSO

Expedição eletrônica

(24/04/2020

07:45:48)

O sistema registrou
ciência em

04/05/2020 23:59:59

Prazo: 15 dias

25/05/2020 23:59:59

(para manifestação)

 (/PJE/PAINEL/PAINEL_USUARIO/POI

Declaração de Autenticidade: Os advogados do agravante declaram que as cópias que instruem o presente agravo de instrumento são autênticas.

Obrigatórias:

Doc. 01 Processo eletrônico completo

Isto Posto, Requer:

- a) Seja o presente recurso recebido e distribuído incontinenti;
- b) Seja a decisão do MM. Juiz *a quo* reformada, nos termos das razões ora apresentadas, concedendo-se o benefício da Assistência a Justiça Gratuita ao Agravante;
- c) Trata-se de agravo de instrumento, pois a decisão agravada é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa, 22 de maio de 2020.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19.496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 4

Menezes & Associados Rodrigues

RAZÕES DO AGRAVO

Agravante DELMIR BARBOSA MAXIMIANO.

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DO PEDIDO DE CONTINUIDADE DO FEITO

Nobre Relator, encontra-se o agravante, atualmente, atravessando sérias dificuldades financeiras e, portanto, há manifesta dificuldade do mesmo cumprir o pagamento das custas processuais e outros emolumentos de sua defesa, além de tudo, a situação que passa toda a população brasileira, abalou ainda mais as finanças do agravante, que inclusive está recebendo benefício de incapacidade junto ao INSS no valor de R\$ 1.19707, consoante documento que por ora se anexa.

Registre-se que o agravante tem passado por situação vexante, tendo em vista a necessidade de ajuda de terceiros, bem como alimentação diferenciada e medicação diária, pois ainda mantém-se incapacitado e sentindo muitas dores, tudo conforme se pode verificar no bojo do processo eletrônico.

Assim, com base a Lei 1060/50, como ficou dito, sem condições de arcar com custas e outras despesas processuais do recurso, no momento aviado, mesmo porque, estando desempregado, apenas fazendo “bicos” com os valores que recebe, não sobra o suficiente ao enfrentamento das despesas processuais, face ao que percebe em sua função pouco dá para sustentar sua família.

Com efeito, a Lei 1060/50, em plena vigência, não impossibilita aos advogados particulares o patrocínio dos necessitados, portanto, não sendo exclusividade dos abnegados defensores públicos, que têm a árdua tarefa de representar os humildes perante o nosso aparelho judiciário.

Assim sendo, espera que Vossa Excelência, conceda o benefício da gratuidade prevista na Lei 1060/50, ficando os causídicos signatários com a incumbência de acompanhar o recurso, neste grau de jurisdição.

DA DECISÃO

Entendeu o Douto juízo *a quo*, não ser o AGRAVANTE destinatário do benefício da gratuidade de justiça, baseando-se simplesmente na tese de que:

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 5

Menezes & Associados Rodrigues

“PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

O novo CPC de 2015 trouxe novidade para aqueles cujo pagamento integral das custas processuais pode se revelar excessivamente oneroso e, assim, criar hipótese de restrição de acesso à Justiça. Diz o art.98 do Código de processo Civil atual:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Além do parcelamento, da concessão com referência a determinados atos, poderá, ainda, ser reduzido o percentual a ser antecipado do valor total devido, como mencionado no § 5º do art. 98 do CPC.

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família, haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), CONCEDO PARCIALMENTE A JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original.

Permito ainda à parte, caso assim solicite, a possibilidade de parcelamento do valor em até 3 (três) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015), devendo comprovar o pagamento da primeira parcela em 5 dias.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 6

Menezes & Associados Rodrigues

Informo que no PJE a Guia, em valor inferior ao mínimo, poderá ser retirada junto ao Distribuidor ou através do sistema na área destinada à “Custas Finais”, haja vista limitação do sistema.

Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão para o juízo. Registro, inclusive, que os valores pagos poderão ser objeto de ressarcimento caso a parte autora obtenha sucesso (art. 82, §2º do CPC/2015).

Desse modo, determino à parte autora o recolhimento das custas processuais e diligência iniciais reduzidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (artigo 290, CPC/2015).

Providências pelo Cartório, para retificação no sistema. Após, certifique-se o valor das custas conforme os parâmetros fixados nessa decisão, emitindo-se a Guia de Recolhimento.

Diligências e intimações necessárias. Cumpra-se.

João Pessoa, 23 de abril de 2020

Juiz(a) de Direito.”

DAS RAZÕES PARA MODIFICAR A DECISÃO

Ao contrário do entendimento do Juízo a *quo* a Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, assegura o acesso à justiça a todos os que comprovarem insuficiência de recursos. Há que se realizar uma análise teleológica de tal garantia, consubstanciada no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III da CRFB), buscando atender ao objetivo constitucional de erradicação das desigualdades sociais (art. 3º, III), e, *in casu*, ainda as garantias insculpidas nos incisos X (reparação), e XXXII (defesa do consumidor), do art. 5º da CRFB.

Tal análise deve ser norteadada pelo Princípio da Igualdade Substancial, devendo buscar o aplicador da norma atingir um estado tal, que o menos favorecido não se prive de bens necessários a seu sustento ou de sua família para poder arcar com as despesas processuais, pois caso contrário, não existirá a desejada igualdade, e este já ingressará na lide como perdedor, visto que privado de bens essenciais, ou mesmo, como ocorre muitas vezes, acreditar-se-á preterido pela Justiça, que não pode ser pensada e aplicada somente para os mais favorecidos.

Observa-se, inicialmente, que o fato da gratuidade de justiça ser concedida à parte não adentra o mérito da ação, podendo inclusive ser considerada como uma preliminar.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 7

Menezes & Associados Rodrigues

Neste sentido, a lei nº 1.060/50 que trata a respeito da assistência judiciária, determina a concessão do benefício da gratuidade de justiça à “todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”.

Pelos termos da decisão acima transcrita, o emérito juízo *a quo* apreciou precipitada e equivocadamente os fatos à luz da lei n. 1.060/50, ao afirmar que tão somente pelo valor das custas, após reduzidas as custas para o percentual de 5%, não chegarem possivelmente a abalar as finanças do autor e ajudariam a custear o poder público, esta não estaria sob o pálio do benefício da gratuidade, presumindo assim que o mesmo supostamente tenha condições financeiras de arcar com as custas processuais.

Todavia, a lei é clara ao estabelecer que há presunção em favor daquele que declara sua hipossuficiência: A Lei de Assistência Judiciária, em seu Art. 4º é clara ao prelecionar que: “*A parte gozará dos Benefícios da Assistência Judiciária, mediante simples petição de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família*” ou através de declaração que constitui presunção *júris tantum* de que o beneficiário é hipossuficiente, e isto está devidamente comprovado nos autos.

Fato é que o AGRAVANTE não possui recursos materiais para arcar **com as custas processuais sem prejudicar o seu sustento e de sua família**, pois já tem sua renda bastante comprometida, conforme documentos anexados aos autos e a este recurso, uma vez que vive atualmente de benefício previdenciário por conta do acidente, arcando, além de todas as despesas mensais naturais de uma casa,, com o plus das medicações.

Seria injusto exigir o pagamento delas do ora AGRAVANTE, pois este cumpre suas obrigações com dificuldades, embora não deixa de **pagar suas contas**, alimentar sua família e **lutar em juízo por seus direitos**, pois fere o princípio da isonomia, haja vista que somente seria exigível o pagamento das custas àqueles os quais se apresentam como mais abastados.

No sentido da ação de conhecimento ajuizada pelo AGRAVANTE, releva mencionar que, inclusive o CDC traz ditames legais consoantes à pretensão da AGRAVANTE, garantindo ainda o acesso aos órgãos judiciários, bem como a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados (art. 6º, VII).

Dentro dessa percepção, entende-se que, para o deferimento da assistência judiciária gratuita, basta, de regra, que o beneficiário assegure não ter condições de suportar as despesas processuais sem prejuízo da manutenção própria, bem como de sua família.

Todo o ordenamento jurídico se encontra a favor da concessão de gratuidade a AGRAVANTE, demonstrada, portanto, a injustiça da decisão.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 8

Menezes & Associados Rodrigues

Noutro lado, não é o julgador quem compete impugnar a condição de pobreza, em primeiro plano, cabe à parte contrária apresentar prova robusta, cabal e inequívoca em sentido contrário, assumindo o ônus de alegar que a AGRAVANTE eventualmente possuiria condições para tanto.

Como então demonstrado supra, não há elementos no feito, ou qualquer prova, capazes de afastar a veracidade da declaração do benefício da justiça gratuita, o que ocorreria somente após a prova da inexistência ou do desaparecimento do estado de pobreza declarado.

Portanto, razão não assiste, com a devida vênia, ao julgador *a quo*, não existindo razões para não concessão gratuidade pleiteada, vindo a obstar o acesso à justiça da AGRAVANTE.

DA JURISPRUDÊNCIA

No sentido de concessão do benefício, colaciona-se os seguintes julgados:

2008.002.0097962AGI DF – ACORDÃO 337205. DES. JOÃO BATISTA TEIXEIRA - Julgamento: 15/10/2008 – 1ª TURMA CÍVEL. Gratuidade de Justiça. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO. NECESSIDADE DE PROVA CABAL DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO NÃO AFASTADA. BENEFÍCIO DEFERIDO.

1. AO DEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, PREVISTOS NA LEI Nº 1.060/50, BASTA SIMPLES ALEGAÇÃO DA PARTE REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO POSSUIR CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS (LATO SENSU). 2. EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES AO PLEITO DE GRATUIDADE DEVEM VIR EMBASADAS EM PROVA CONCRETA DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DAQUELE QUE PRETENDE LITIGAR SOB O AMPARO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NÃO BASTANDO SIMPLES ALEGAÇÕES CONTRÁRIAS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

2008.002.0140194AGI - ACORDÃO 336308, DES. CRUZ MACEDO - Julgamento: 19/11/2008 - QUARTA TURMA CÍVEL. Gratuidade de Justiça. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. SIMPLES DECLARAÇÃO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. DEPÓSITO DOS VALORES INCONTROVERSOS EM JUÍZO. 1. DE ACORDO COM O ART. 4º DA

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 9

Menezes & Associados Rodrigues

LEI 1.060/50, A SIMPLES DECLARAÇÃO DE POBREZA FEITA PELA PARTE É SUFICIENTE PARA O DEFERIMENTO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. 2. ADMITE-SE O DEPÓSITO DOS VALORES QUE O AUTOR ENTENDE DEVIDOS, À MÍNGUA DE PREJUÍZO IMPUTÁVEL À INSTITUIÇÃO RÉ, RESSALVANDO-SE, TODAVIA, QUE TAL NÃO DESCONSTITUI A MORA, NEM IMPEDE A ADOÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS CONTRA O DEPOSITANTE. 3. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

2008.002.0167923AGI DF - ACORDÃO 335066, DES. NÍDIA CORRÊA LIMA - Julgamento: 03/12/2008 – TERCEIRA TURMA CÍVEL. **Gratuidade de Justiça.** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE. AUSÊNCIA DE PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. 1. BASTA A SIMPLES AFIRMAÇÃO DA PARTE DE QUE NÃO POSSUI CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DE SEU SUSTENTO OU DE SUA FAMÍLIA PARA QUE O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA LHE SEJA CONCEDIDO. 2. APENAS PROVA CONTRÁRIA À AFIRMATIVA DE HIPOSSUFICIÊNCIA É CAPAZ DE CONDUZIR AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. 3. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.

Esperando o acolhimento do presente pleito, passa a recorrente a desenvolver a relevante questão de admissibilidade recursal.

DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO INSTRUMENTO RECURSAL

Nobre Relator, não há dúvida acerca da possibilidade da fluência do instrumento de agravo aforado, sobretudo por estar o mesmo ajuizado dentro do prazo legal, sendo o instrumento recursal ao enfrentamento de decisão interlocutória do naipe da ora agravada.

Provado está, portanto, o cabimento do presente instrumento de retratação.

Respeitante a tempestividade, igualmente, não há que se cogitar na impossibilidade do aforamento do presente agravo, pois, encontra-se ajuizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, do conhecimento da decisão que atingiu o direito do recorrente.

Com efeito, há atualmente a possibilidade de exame do instrumento recursal de retratação, como é o caso do momento aviado encontrando-se apto ao exame pelo juízo “ad-quem”, órgão jurisdicional que, hodiernamente, processa e dirime às dúvidas carreadas

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654269160000006351859>
Número do documento: 2005221654269160000006351859

Num. 6375209 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 10

Menezes & Associados Rodrigues

pelo instrumento de retratação, mormente quando há o “periculum in mora” ao redor do “fumus boni iuris”.

É, igualmente, inquestionável o cabimento do recurso, pleiteado no presente instrumento recursal, sobretudo quando há demonstração de violação de direito dos agravantes, e, principalmente, tratando-se a decisão liminar alvejada, daquelas suscetíveis de retratação através da via recursal à disposição do ora agravante.

Estão, também, como foi dito, conjuminados os requisitos do “*fumus boni iuris*” e o “*periculum in mora*”, e ainda o dano iminente ou de difícil e incerta reparação, facultando e autorizando do ora agravante, interpor o recurso interposto com o pedido de liminar.

DA TUTELA ANTECIPADA

Faz-se necessária a concessão da tutela antecipatória, a fim de reformar a decisão interlocutória, determinando a continuidade do feito, com fulcro no art. 1.019 do Código de Processo Civil, sem a concessão de tal medida, o prosseguimento do feito ocorrerá podendo ser irreversível, assim causando grave prejuízo a parte recorrente.

Portanto, diante da presença inequívoca da *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, os agravantes fazem jus a tutela antecipada e, por óbvio, o prosseguimento do feito de forma imediata.

DIANTE DO EXPOSTO, VEM REQUERER AO EMÉRITO RELATOR:

I – A concessão da tutela antecipatória, a fim de reformar a decisão agravada, determinando a continuidade do feito, por ser o agravante/autor pobre na forma da Lei e não dispor atualmente de numerário para custear as custas processuais.

II – Ao final, seja confirmada a tutela antecipada, a fim de reformar totalmente a decisão agravada (ID 30109073), no que diz respeito a suspensão do processo dando continuidade ao mesmo, e julgar o mérito da demanda.

Diante de todo exposto os agravantes requerem:

I) A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita;

II) O recebimento do presente Agravo de Instrumento recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, sustando-se a eficácia da decisão agravada até julgamento final do presente recurso (concessão da tutela antecipada), oficiando-se o Juízo a *quo* dessa suspensão;

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 11

Menezes & Associados Rodrigues

III) Seja o presente Agravo de Instrumento provido, com a cassação, em definitivo, da decisão hostilizada, reconhecendo-se equivocada a decisão daquele Juízo, e determinando esse Egrégio Tribunal, àquele Juízo, que proceda processamento do feito, a fim de reformar totalmente a decisão interlocutória (ID 30109073), no que tange ao indeferimento parcial da justiça gratuita, e julgar o mérito da demanda, sendo julgado procedente todos os pedidos do presente agravo de instrumento;

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 22 de maio de 2020.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19.496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542691600000006351859>
Número do documento: 20052216542691600000006351859

Num. 6375209 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 12

Expedientes

Partes

Ato de comunicação Data limite prevista para ciência ou manifestação Documentos

Expediente

(4499801)

THIAGO JOSE
MENEZES
CARDOSO

Expedição eletrônica

(24/04/2020

07:45:48)

O sistema registrou

ciência em

04/05/2020 23:59:59

Prazo: 15 dias

25/05/2020 23:59:59

(para manifestação)

 (/PJE/PAINEL/PAINEL_USUARIO/POI



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542715000000006351860>

Número do documento: 20052216542715000000006351860

22/05/2020 16:19

Num. 6375210 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>

Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 13

TIM S.A.
Rua Porfirio Costa,1553-Sala 01
Cruz das Almas - João Pessoa - PB
CNPJ: 02.421.421/0016-06 - I.E.: 16.126.110-8
CNPJ da Matriz: 02.421.421/0001-11



Página 1 de 2

R\$ 49,99

VENCIMENTO

15/05/2020

EMIÇÃO: 01/05/2020

POSTAGEM: 05/05/2020

FATURA: 4241111416

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
TARCISIO RIBEIRO DA COSTA, 02
ALTO DO MATEUS
58090-200 - JOAO PESSOA - PB

CLIENTE: 1.60834350

CPF/CNPJ: 06496359490

ACESSO: 83 99935-9288

DÉBITO AUTOMÁTICO: 00000000160834350017

IMPORTANTE PARA DELMIR

As faturas, com vencimento em 2019, estão quitadas. Esta declaração substitui as quitações mensais do ano estabelecido, dos anos anteriores (a partir de 2009) e não abrange serviços prestados por terceiros, cuja cobrança seja efetuada pela TIM, nem faturas em discussão judicial.

RESUMO DA SUA CONTA DE 25/MAR A 24/ABR

Serviços TIM S.A. VALOR



TIM Controle A Plus R\$ 49,99

VEJA ABAIXO O RESUMO DA SUA CONTA MENSALIDADES

Vantagens que seu plano oferece	FRANQUIA	CONSUMO	QUANTIDADE	Nº DIAS	PERÍODO	VALOR
TIM Controle A Plus: 83999359288 (088/PÓS/SMP)	-	-	1	-	-	49,99
TIM Backup 5GB	-	-	1	-	-	Incluído
TIM Banca Jornais	-	-	1	-	-	Incluído
Total de Mensalidades						49,99

MAIS DETALHES DA SUA CONTA

Você pode ver sua conta detalhada sempre que desejar, com toda a comodidade e segurança, no App Meu TIM. Para acessá-la, visite www.appmeutim.com.br do seu celular TIM. Central de Atendimento: 1056

IMPOSTO TIM S.A.	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	VALOR	FUST:	R\$ 0,22	Informações Complementares – Plano(s) e Serviços de Valor Adicionado (SVA)
ICMS	30%	R\$ 33,59	R\$ 10,08	FUNTEL:	R\$ 0,11	Incluídos no(s) Plano(s)
PIS/COFINS - Serviços Telecom	3,65%					Franquia(s) R\$ 33,59
PIS/COFINS - Serviços Não Telecom	9,25%					SVA R\$ 16,40
Em atendimento à Lei 12.741/2012						Desconto(s) Franquia(s) R\$ 0,00
As contribuições ao FUST [1%] e FUNTEL [0,5%] não são repassadas às tarifas						Desconto(s) SVA R\$ 0,00



Para sua comodidade e praticidade, cadastre sua conta agora mesmo em débito automático. Acesse o site ou app Meu TIM para ativação e mais informações: meutim.com.br

NOME DO CLIENTE
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	MÊS DE REFERÊNCIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
00000000160834350017	MAI/2020	01/05/2020	15/05/2020	R\$ 49,99

VIA BANCO

84640000000 - 2 49990109011 - 2 00424111141 - 0 60113771464 - 3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542731300000006351862>
Número do documento: 20052216542731300000006351862

Num. 6375212 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 14

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO: 003.364.700-BB

ENDEREÇO FISCAL

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
CPF/CNPJ: 06496359490
TARCISIO RIBEIRO DA COSTA, 02
ALTO DO MATEUS
58090-200 - JOAO PESSOA - PB

TIM S.A.
Rua Porfírio Costa, 1553 Sala 01 João Pessoa PB
CNPJ: 02.421.421/0016-06 - I.E.: 16.126.110-8

EMIÇÃO: 01/05/2020
REFERÊNCIA: MAI/2020
PERÍODO: 25/03/2020 A 24/04/2020
CFOP: 5.307

ITEM	QUANTIDADE	ICMS	PIS/COFINS	VALOR
1 TIM Controle A Plus	1	30%	3,65%	33,59
				TOTAL TIM S.A.: 33,59

ICMS Alíquota 30% Base de Cálculo R\$33,59 10,08
PIS/COFINS Serviço de Telecom Alíquota 3,65%

Reservado ao Fisco: 0DD9.D0E2.AF51.CA01.DB50.802C.F1D2.BA04

Deficientes Auditivos e da Fala ligue, 0800 741 2580 via telefone fixo com TDD
Atendimento ao cliente TIM: *144 ou 1056

Na hora de completar suas ligações de longa distância você precisa digitar o código de uma operadora que preste este serviço na sua região. Conheça todos e faça sua escolha:

- Todo o Brasil • *15 - Telefônica - Todo o Brasil • *21 - Claro - Todo o Brasil • *31 - Telemar - Todo o Brasil • *14 - Oi - SP, PR, SC, RS, MS, BA, SP, MG, GO, RJ • *75 - Vipway - Código nacional 43 • *12 - CTBC - Todo o Brasil • *91 - IP CORP - Todo o Brasil • *85 - Telecom 65 - Código nacional 65 • *49 - Cambridge - SP (setor 31) • *26 - IDT Brasil - SP, RJ, MG, PR, RS • *24 - Sercomtel - PR

Bancos Conveniados: BASA - Banco da Amazônia • Banco do Nordeste • BANESES - Banco do Estado do Espírito Santo • Santander • BANPARA - Banco do Estado do Pará • BANESE - Banco do Estado de Sergipe • BRB - Banco de Brasília • Banco INTER • IPRIME • CECRED • Bradesco • Itaú • Banco Mercantil • Banco Safra • Tribranco • BANSICRED • Bancoob • PagFácil • Banco do asil • Caixa Econômica Federal • Banrisul • Anatel 1331



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542731300000006351862>
Número do documento: 20052216542731300000006351862

Num. 6375212 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 15

BANCO DO BRASIL		001-9	Recibo Sacado
Parcela	Vencimento 15/06/2020		
Agência/ Código do Beneficiário	3394/ 2834429		
Nosso Número	28344290226066127		
Número do documento	226066127		
Espécie	R\$	Quantidade	
1 (+) Valor do documento	R\$ 59,90		
2 (-) Descontos/ Abatimentos			
3 (-) Outras deduções			
4 (+) Moral/ Multa			
5 (+) Outros acréscimos			
6 (=) Valor cobrado			
Pagador: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Beneficiário: Gerencianet CNPJ 09.089.356/0001			

Autenticação

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02834.429025 26066.127171 9 82870000005990	
Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO OU LOTÉRIA MESMO APÓS O VENCIMENTO				
Beneficiário Gerencianet CNPJ 09.089.356/0001-18 a serviço de CENTRALNET TELECOM			Vencimento 15/06/2020	
Data do documento 27/04/2020	Nº do documento 226066127	Espécie doc 26	Aceite 27/04/2020	Agência/ Código do Beneficiário 3394/ 2834429
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 28344290226066127
Instruções (texto de responsabilidade do sacador)			1(=) Valor documento 59,90	
APÓS VENCIMENTO COBRAR MULTA DE R\$ 1,20 E JUROS DE R\$ 0,02 AO DIA,			2(-) Desconto/Abatimentos	
			3(-) Outras deduções	
			4(+ Moral/ Multa	
			5(+ Outros acréscimos	
			6(=) Valor cobrado	
Pagador DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - CPF/CNPJ: 06496359490 RUA DES MANOEL T DE QUEIROZ MELO, 133, ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA, PB, CEP: 58090-200				
Sacador/ Avalista: LUIZ DOS SANTOS PEREIRA - ME - CNPJ 23.929.125/0001-04				
Autenticação mecânica - Ficha de compensação				



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654274460000006351864>
 Número do documento: 2005221654274460000006351864

Num. 6375214 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
 Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 16

CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA
1371681

REFERÊNCIA
ABR/2020

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DESBEN MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133 -
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090- 232

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000	000	1	0	0	0	

Hidrômetro: 16N090453 Data de Instalação: 01/10/2016 Localização: EXT MUROLIGADO Situação Água: LIGADO

Anterior	Atual	Consumo (M3)	Num de Dias	Proxima Leitura
322	330	8	32	11/05/2020

HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.

Mês	Consumo (M3)	Parâmetros Exig.	Análise	Conforme
MAR/2020	7	TURBIDEZ	268	253
FEV/2020	8	CLORO	268	253
JAN/2020	9	PH	0	0
DEZ/2019	7	COR	73	104
NOV/2019	10	COL.TOTAIS	268	253
OUT/2019	8			
MEDIA(M)	8			

DADOS REFERENTES A: FEV/2020

DATA DA IMPRESSÃO: 13/04/2020 HORA DA IMPRESSÃO: 10:04:32

Descrição	Consumo	Total (R\$)
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	8 M3	37,91
ESGOTO RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	8 M3	30,33

ALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 04/05/2020 Total a Pagar: R\$ 68,24

CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:
ENHORES USUÁRIOS, INFORMAMOS QUE DEVIDO A PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 (CORONAVÍRUS) ESTAMOS DIRECIONANDO TODO ATENDIMENTO AO PÚBLICO PARA OS CANAIS VIRTUAIS: CALL CENTER (115), REDES SOCIAIS AGENCIA VIRTUAL (CAGEPA.PB.GOV.BR)

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
1371681	ABR/2020	04/05/2020	R\$ 68,24

82690000000 9 68240010001 7 00137168101 4 04202080003 5

energisa

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DESBEN MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO, 133 / Q 131 L 47 - ALT
JOAO PESSOA / PB CEP: 58000-000 (AG. 1)

CPF/CNPJ/RANI: 084.983.594-90

Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES NTC B1 / Subclasse: RESIDENCIAL
Ligação: MONOFÁSICO
Roteiro: 8-1-398-400 Nº Medidor: 00008025785

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
5/813391-0

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00008133910

VALOR DA FATURA
R\$ 230,43

VENCIMENTO
11/05/2020

REFERÊNCIA
Abr / 2020

CONSUMO
271 kWh
8.47 kWh MÉDIA DIÁRIA
LEITURA CONFIRMADA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

CCI	Descrição	Quant.	Tarifa de Tributos	Valor Base Calc.	Alíq. ICMS	ICMS Base Calc.	PIS(R\$) Confins(R\$)	Total
0601	Consumo em kWh	271	0,819690	220,51	220,51	27	59,53	220,51
0807	LANÇAMENTO DE SERVIÇOS CONTRIB SERV LUM PÚBLICA			9,92	0,00	0	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item: 0.545400 TOTAL: 230,43 220,51 59,53 220,51 2,34 10,82

RESERVADO AO FISCO b7f8.b56b.9022.4729.cf69.8539.9728.d606.

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO
<p>LEITURAS</p> <p>Anterior 13/03/20 2695</p> <p>Atual 14/04/20 3158</p> <p>Consumo 271 kWh</p> <p>Período 32 dias</p> <p>Constante do medidor 1</p> <p>PRÓXIMA LEITURA 14/05/2020</p>	<p>Descrição</p> <p>Serviço de Dist. da Energisa/PB 72,39 31,42</p> <p>Compra de Energia 8,63 3,75</p> <p>Serviço de Transmissão 8,74 3,79</p> <p>Encargos Setoriais 82,81 35,85</p> <p>Impostos Diretos e Encargos 0,00 0,00</p> <p>Outros Serviços 0,00 0,00</p> <p>Total 230,43 100,00</p> <p>Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 2/2020) R\$ 81,23</p>

* Faturamento pela Média/Mínimo

INDICADORES DE QUALIDADE (REFERÊNCIA 02/2020 - Conjunto Itha do Bapo)

MÉTA	MENSAL	APURADO TRIMEST.	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)
Horas que o cliente ficou sem energia - DIO	4,83	7,55	9,87	18,34
Veze que o cliente ficou sem energia - FIC	3,17	9,00	8,35	12,70
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC	2,89			
Duração da interrupção individual em dia crítico - DICRI	12,22			

ATENÇÃO

Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para te atender pelos canais virtuais: site, App Energisa On e Whatsapp (83) 99135-5540.

Leitura confirmada

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa - PB - CEP 58071-680
CNPJ: 09.095.183/0001-40 - Ins. Est. 19.015.623-0 - Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 041.962.289 - Emissão: 14/04/2020

Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA fica disponível para consulta e pagamento a partir de 14/04/2020

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03150.244006 09274.421172 2 82520000023043

PAGADOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - CPF/CNPJ: 084.983.594-90
RUA DESBEN MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO, 133 / Q 131 L 47 - ALTO DO MATEUS
JOAO PESSOA / PB CEP: 58000-000

Nosso Nr	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440009274421	000813391202004	11/05/2020	R\$ 230,43	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ: 09.095.183/0001-40
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa - PB - CEP 58071-680
Agência / Código do beneficiário: 3064-3/2447-3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654277180000006351865
Número do documento: 2005221654277180000006351865

Num. 6375215 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 17



PC-00

ANIELY GOMES MEIRELES
R VICENTE CELESTINO 25
ALTO DO MATEUS
58090-640 JOAO PESSOA - PB

290420

Fechamento próxima fatura: 30/05/2020

Postagem: 29/04/2020
Vencimento: 13/05/2020
Emissão: 29/04/2020

Titular **ANIELY GOMES MEIRELES**
Cartão **6062.XXXX.XXXX.8258**

Resumo da fatura em R\$

Total da fatura anterior	256,61
Pagamento efetuado em 07/04/2020	- 256,61
Saldo financiado	0,00
Lançamentos atuais	203,54
Total desta fatura	203,54

Atenção: em caso de pagamento inferior ao valor total, o consumidor deve arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

Pra que esperar a fatura impressa chegar em casa? Mude já para a Fatura Digital. Ligue: 3003-3030. É rapidinho!

vencimento

13/05/2020

A) pagamento total

203,54

B) pagamento mínimo

30,53

C) parcelas fixas

23,52
+23x 23,52

Veja outras opções na 2 folha

B) Pagamento mínimo: optando por pagar quantia entre o valor constante nesta opção e o total da fatura, você estará financiando a diferença pelo crédito rotativo. Se você efetuar um pagamento inferior ao pagamento mínimo, você estará em atraso, incorrendo em juros, multa e mora.

Limites de crédito R\$

Limite total de crédito	3.460,00
Limite utilizado no mês	203,54
Retirada de recursos País(saque)	170,00

Lançamentos: compras e saques**DELMIR B MAXIMIANO (final 5729)**

DATA	ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
12/02	AMERICANAS COM 03/10 RIO DE JANEIR	140,68
04/03	MercPag*ETCOMCOMER02/04 OSASCO	54,44
04/03	MercPag*ETCOMCOMER03/04 OSASCO	54,44
04/03	MercPag*ETCOMCOMER04/04 OSASCO	54,44
04/03	MercPag*ETCOMCOMERCIO OSASCO	- 217,76
09/03	NUTRIVET 02/03 JOAO PESSOA	62,30
04/04	EC*PLANETAPET 01/04	55,00

Lançamentos no cartão (final 5729) 203,54

Continua...

**Banco Itaú S.A. 341-7 34191.75355 60840.112043 00173.090002 7 000**

Número do Documento 00135608401/0023187
Nome do Pagador/CPF/CNPJ ANIELY GOMES MEIRELES - 065.718.464-03
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A - 03.012.230/0001-69
Endereço do Beneficiário PÇA ALFREDO EGYDIO DE S.ARAUJO, 10005 7 AJABAQUARA - SÃO PAULO - SP

Nosso Número 175/35608401-1
Valor do Documento R\$ 203,54
Vencimento 13/05/2020

recibo do pagador

Autenticação Mecânica

Banco Itaú S.A.	341-7	34191.75355 60840.112043 00173.090002 7 000
Local de Pagamento Pague sua fatura nos caixas do Grupo Big, ou em qualquer banco, mesmo após o vencimento. Prefira pagar sempre até o dia do vencimento para não gerar encargos e/ou rescisão contratual. Em caso de atraso, os encargos serão cobrados na próxima fatura.		Data de Vencimento 13/05/2020
Nome do Beneficiário/ CNPJ/CPF/Endereço HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A - 03.012.230/0001-69 PÇA ALFREDO EGYDIO DE S.ARAUJO, 10005 7 AJABAQUARA - SÃO PAULO - SP		Agência / Código Beneficiário 2040/01730-9
Data do Documento 13/05/2020	Número do Documento 00135608401/0023187	Espece DOC. FT
Uso do Banco	Carteira 175	Quantidade R\$
Instruções de responsabilidade do beneficiário. Indique o valor que deseja pagar no campo "Valor Pago". Dê preferência ao pagamento total. Não sendo possível, você terá as seguintes opções: (i) pagar quantia a partir do valor constante em Pagamento Mínimo, financiando o restante pelo crédito rotativo; (ii) optar por uma das opções de Parcelas Fixas, pagando o valor exato da parcela até a data do vencimento.		Nosso Número 175/35608401-1
		(=) Valor do Documento R\$ 203,54
		(-) Descontos / Abatimentos
		(+) Juros / Multa
		(=) Valor Pago
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP ANIELY GOMES MEIRELES - 065.718.464-03 R VICENTE CELESTINO 25 - 58090-640 JOAO PESSOA - PB - - ALTO DO MATEUS Sacador Avalista:		

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654278580000006351866>

Número do documento: 2005221654278580000006351866

Num. 6375216 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>

Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 18



Total dos lançamentos atuais 203,54

Compras parceladas - próximas faturas

DATA	ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
12/02	AMERICANAS COM 04/10	140,68
09/03	NUTRIVET 03/03	62,30
04/04	EC*PLANETAPET 02/04	55,00

Próxima fatura 257,98

Demais faturas 954,08

Total para próximas faturas 1.212,06

Encargos cobrados nesta fatura

Juros do rotativo	14,90 %	0,00
Juros de mora	1,01 % am	0,00
Multa por atraso	2,00 %	0,00
IOF de financiamento		0,00

Fique atento aos encargos para o próximo período (13/05 a 12/06)

Juros Máximos do contrato 15,40 % am 471,26 % aa

Pagamento mínimo desta fatura

Valor da fatura atual		203,54
Juros máximos do contrato	15,40 % am	471,26 % aa
Encargos em caso de pgto. mínimo (R\$)		26,64
CET do financiamento da fatura	15,40 % am	471,26 % aa

	Valor em R\$	% do total financiado
Valor total financiado	173,01	100,00 %
Valor total a pagar	199,65	

Parcelas fixas desta fatura

Valor da fatura atual		203,54
Juros do parcelamento	11,90 % am	292,73 % aa
CET do parcelamento	12,13 % am	302,67 % aa

	Valor em R\$	% do total financiado
Valor total financiado	203,54	100,00 %
Valor total a pagar	564,48	

Compras parc. c/ juros próximo período

Limite de crédito		3.460,00
Juros da compra parcelada	5,99 % am	102,95 % aa
CET da compra parcelada	5,99 % am	102,95 % aa

	Valor em R\$	% do total financiado
Valor total financiado	3.460,00	100,00 %
Valor total a pagar	6.610,32	

Demais Taxas de Juros próximo período

De retirada de recursos país	15,40 % am
------------------------------	------------

Devido ao atual momento, sua fatura pode demorar a chegar. Priorize o pagamento da fatura nos canais digitais Itaú ou do seu banco, utilizando o código de barras.



3003 3030 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 720 3030 (demais localidades, somente chamadas de telefone fixo)

De segunda a sábado, das 6h às 22h. Exceto feriados nacionais. Consultas, informações e serviços transacionais.

acesse
hipercard.com.br
ou utilize os
caixas eletrônicos

SAC 0800 724 4845

reclamações, cancelamentos e informações gerais. Todos os dias, 24h

Ouvidoria 0800 570 0011

se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria. Dias úteis, das 9h às 18h

Deficiente auditivo/fala 0800 724 4838

Todos os dias, 24h

Em atendimento à lei 12.007/09, declaramos que, com exceção dos débitos desta fatura e de despesas eventualmente contestadas, os valores lançados nas faturas anteriores estão quitados. Esta declaração substitui os comprovantes anteriores.

Você pode pagar a sua fatura em qualquer agência bancária, pelo app ou pelo Itaú na internet. Caso você não receba sua fatura antes do vencimento, consulte todas as informações e suas despesas nos nossos canais eletrônicos.

Escolha a melhor forma de pagar sua fatura:

Pagamento total: é sempre a melhor opção porque não há cobrança de juros.

Pagamento mínimo: você pode pagar o valor indicado no box ou um valor entre o valor indicado no box e o valor total da fatura e financiar o saldo restante pelo crédito rotativo. O saldo será cobrado na fatura seguinte com encargos (juros + IOF). Consulte a taxa aplicável e o CET antes da contratação.

Parcelas fixas: você pode parcelar sua fatura em parcelas fixas, conforme opções ofertadas. Para contratar, você precisa pagar o exato valor indicado até a data de vencimento da opção de parcelamento que você escolher. Este parcelamento inclui somente o valor total da fatura no momento da contratação e as demais transações serão lançadas normalmente nas faturas seguintes. As parcelas utilizarão o seu limite e vamos liberá-lo após o pagamento de cada parcela.

Atraso: se você não pagar a fatura, não contratar um parcelamento de parcelas fixas ou pagar um valor menor que o pagamento mínimo até a data de vencimento, você estará em atraso e vamos te cobrar juros e encargos como (i) juros remuneratórios indicados na fatura como "juros máximo de financiamento" + juros moratórios de 1% ao mês capitalizados diariamente computados desde a data do vencimento até a data do pagamento, (ii) multa de 2% sobre os valores em aberto e (iii) impostos.

Parcelamento do saldo do cartão: se disponível, você pode contratar este parcelamento que é composto pelo valor devedor da fatura atual (tarifas, compras, operações e encargos já lançados) mais

o valor total dos parcelamentos de fatura sem seguro realizados até o momento da contratação. As parcelas a vencer dos parcelamentos de fatura com seguro, crédito pessoal, compras parceladas, parcelamento de anuidade, mensalidade de título da capitalização, prêmios de seguro ou assistências, pagamento de contas automático já contratados não serão incluídos neste novo parcelamento e deverão ser pagos mensalmente nas próximas faturas, assim como os demais lançamentos realizados após a contratação.

IOF: se você contratar operações de crédito com a gente, será devido IOF sobre esses valores.

Atenção: se você precisar pagar sua fatura em atraso, ligue para central de atendimento e consulte o valor atualizado do saldo da sua fatura (com encargos e multa) antes de realizar o pagamento. Se você quiser pagar um valor inferior ao saldo atualizado, você irá financiar a diferença com encargos.

Importante: se você ficar em atraso e for correntista do Itaú Unibanco, para evitar acumular encargos e o bloqueio do seu cartão, poderemos debitar da sua conta o valor previsto no box pagamento mínimo. Se quiser cancelar essa autorização, procure a agência Itaú mais próximo até a data do vencimento.

Limite para saque (retirada de recurso): os limites informados são os valores máximos e estão sujeitos a análise de crédito no momento da solicitação.

Atenção! Sua senha é pessoal e intransferível. Não divulgue para terceiros. Se você perder ou roubar o seu cartão, ligue imediatamente para nossa central de atendimento e peça o bloqueio. Antes de contratar qualquer operação de crédito, consulte previamente o CET em sua fatura ou nos canais de contratação.

Se tiver qualquer dúvida, consulte as condições gerais do seu contrato no site www.itaucard.com.br.

HiperCard Banco Múltiplo S.A., CNPJ 03.012.230/0001-69, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 7º andar - Jabaquara, CEP 04344-902 - São Paulo - SP.

PC - 00 01150 VK030 29/04/2020 VKRPOF21 G1752 0054703



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654278580000006351866>

Número do documento: 2005221654278580000006351866

Num. 6375216 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>

Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 19

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

Página 1 de 1

02/04/2020 09:37:09

Identificação do Filiado

NIT: 206.11137.35-0 **CPF:** 064.963.594-90 **Data de Nascimento:** 02/01/1987
Nome: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
Nome da mãe: JOSETE DE MORAIS MAXIMIANO
Compet. Inicial: 03/2020 **Compet. Final:** 04/2020

Créditos do Benefício

NB: 6307207802
Espécie: 31 - AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO
APS: 13001050 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL JOÃO PESSOA - CENTRO
Data de Início do Benefício (DIB): 18/12/2019 **Data de Cessação do Benefício (DCB):** 31/05/2020
Data de Início do Pagamento (DIP): 18/12/2019 **MR:** R\$ 1.197,07

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2020	01/03/2020 a 31/03/2020	R\$ 1.197,07	CCF - CONTA-CORRENTE		07/04/2020		Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 617927 - URBANO AVENIDA CRUZ DAS ARMAS - BRADESCO Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 07/03/2020 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 07/04/2020 Fim: 29/05/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.197,07
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,45



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#!/autenticidade>
com o código 2004026SJZTV44

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654279920000006351868>
Número do documento: 2005221654279920000006351868

Num. 6375368 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 20



22/05/2020

Número: **0823859-34.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO (AUTOR)		THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30068881	22/04/2020 16:56	Petição Inicial	Petição Inicial
30068894	22/04/2020 16:56	EXORDIAL-DELMIR BARBOSA MAXIMIANO	Documento de Comprovação
30068897	22/04/2020 16:56	Procuração	Documento de Comprovação
30069599	22/04/2020 16:56	Documento pessoal - comprovante de residência	Documento de Comprovação
30069600	22/04/2020 16:56	Declaração pobreza	Documento de Comprovação
30069602	22/04/2020 16:56	GuiaCustas (9)	Documento de Comprovação
30069604	22/04/2020 16:56	RECLAMAÇÃO DA SEGURADORA LIDER DPVAT TELA I	Documento de Comprovação
30069605	22/04/2020 16:56	CONTINUAÇÃO DA RECLAMAÇÃO DA SEGURADORA LIDER TELA II	Documento de Comprovação
30069607	22/04/2020 16:56	CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SEGURADORA LIDER	Documento de Comprovação
30069611	22/04/2020 16:56	1_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30069613	22/04/2020 16:56	21_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30069615	22/04/2020 16:56	38_PDFsam_PROCESSO DPVAT- COMPLETO	Documento de Comprovação
30109073	23/04/2020 17:53	Decisão	Decisão



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 21

Em anexo.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653083550000028908366>
Número do documento: 2004221653083550000028908366

Num. 30068881 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 22

Menezes & Associados Rodrigues

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – PB.

REQUERIMENTO PRELIMINAR:

- a) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML ou perito indicado pelo juízo pelo convenio do TJPB com a seguradora líder, para exame pericial.

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, regularmente inscrito (a) no CPF sob o nº 064.963.594-90, com RG de nº 2981221 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Matheus, João Pessoa – PB, CEP 58090-232, vem por intermédio de seu advogado e procurador, adiante assinado, com escritório profissional na Rua Ana Gama e Melo, 163A, Mangabeira I, nesta Capital – PB, com instrumento procuratório em anexo, onde recebe as intimações e notificações de estilo que o caso requer, com endereço eletrônico: thiago.jurista@gmail.com, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com supedâneo nas leis 6.194/74 e 8.441/92 ajuizar a presente

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Rua Senador Dantas, nº 74 5º e 6º andar, Centro CEP 20031205 Rio de Janeiro - RJ o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados:

I. DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer que seja deferido o benefício da Justiça Gratuita, por não possuir, o requerente, condições de arcar com ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometimento do seu sustento, com base na Lei 1.060/50 (nova redação pela lei 7.510/86).

Não tendo condições de dispor de qualquer importância, para recolher custas, despesas processuais e honorários advocatícios e demais emolumentos.

II. DOS FATOS



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 23

Menezes & Associados Rodrigues

O autor foi vítima de acidente de motocicleta ocorrido no dia 02 de dezembro de 2019, por volta das 08:40h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/XRE 190 COR VERMELHA, 2018/2019 de Placa QSM1040/PB, na Av. Gal Aurélio de Lira Tavares, no Bairro Juracy Palhano, quando segundo Boletim de Ocorrência da BPTran “ao tentar retornar para a faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente pra evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta.” documentos anexados a presente.

O autor fora conduzido pelo SAMU ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena e em seguida encaminhado ao Hospital da UNIMED, vindo por ocasião do acidente a sofrer fratura **CID10 S72** (Fratura do fêmur), **CID10 S82** (Fratura da perna incluindo o tornozelo), conforme Laudo Médico, descrito por Dr. José Gutemberg C. de Lima, com CRM/1738, e demais documentos que instruem a exordial.

A partir de então, o promovente procurou munir-se da documentação necessária para fazer valer seus direitos, no caso Seguro Obrigatório DPVAT.

INGRESSOU COM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PORÉM, NÃO OBTVE RESPOSTA DA ORA RÉ, CONTINUANDO EM ANÁLISE APÓS 90 DIAS DO SEU PROTOCOLO DE REQUERIMENTO, OBRIGANDO O POSTULANTE A RECORRER NA VIA JUDICIAL INEXISTINDO QUALQUER RESULTADO DA INDENIZAÇÃO DA SEGURADORA, EMBORA ESTEJA PATENTE A LESÃO DEFINITIVA CONFORME LAUDO MÉDICO.

Com efeito, assegura a Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 11.482/2007, o percebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Pois bem. O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa, haja vista sua natureza social.

Destarte, é direito da parte autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao danos causados a sua saúde decorrente do acidente de trânsito supra-referido.

Estes, em suma, são os fatos havidos.

III. DAS PRELIMINARES

É praxe das Seguradoras, em Contestação, aguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

a) **Ilegitimidade passiva:** *Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se*



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 24

Menezes & Associados Rodrigues

obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consórcio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A.”

b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir:** A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstariza o ingresso em juízo...”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênica, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo III abaixo, a ré foi buscada e não atendeu *in toto* o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens “3” e “4”.

c) **Documentos Indispensáveis:** Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico Pericial, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”.

d) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”. No presente caso o prazo foi interrompido no início do mês de novembro, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, **consideradas impugnadas** na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a **rejeição** de todas.

III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, a **parte autora buscou na via administrativa** a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face da negativa TOTAL,



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 25

Menezes & Associados Rodrigues

embora esteja claro sua sequência, sendo que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente, que se entende ser o caso da Parte Demandante.

Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que não fez o referido pagamento. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexos causal e direito da Parte Autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder do Consórcio a que a Demandada está vinculada.

DA DEMORA INJUSTIFICADA NA APECIAÇÃO DO PEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É de fácil análise a apreciação do pleito em questão, notadamente por ter efetivado o requerimento junto à ora ré e até o presente momento, não tenha havido qualquer resposta, portanto há justa possibilidade do aviamento da presente demanda junto ao judiciário, posto ser inquestionável o interesse de agir da requerente, nesse mesmo sentido são os julgados dos nossos mais altos pretórios:

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a seguinte decisão: "1. Trata-se de pedido liminar em mandado de segurança consistente na ordem para que a autoridade impetrada analise o recurso administrativo interposto contra a decisão que indeferiu pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. O impetrante sustentou ter protocolado recurso administrativo, em 24/04/2017, contra o indeferimento do seu pedido (Evento 1, INIC1, p. 2) e que, até a data do ajuizamento do mandamus (25/07/2017), não havia sido apreciado. Juntou documentos. Na decisão do Evento 3, foi postergada a análise do pedido liminar para momento posterior às informações da autoridade impetrada. O INSS se manifestou no Evento 8, informando que se houve o envio pelo INSS do recurso administrativo à Junta de Recursos da Previdência Social, a autoridade coatora é ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. Cópia do recurso administrativo no Evento 10 e do expediente administrativo no Evento 12. Devidamente notificada, a autoridade prestou informações no Evento 13, alegando que "o requerimento administrativo formulado pelo impetrante se encontra com análise administrativa e que, tão logo seja concluído o processo, ele será notificado". É o relatório. Decido. 2. A liminar merece ser deferida. Com efeito, restou ultrapassado o prazo fixado na legislação para a decisão do recurso no processo administrativo, mesmo o de natureza previdenciária, que é de 30 dias a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, admitida uma prorrogação por igual prazo, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 59 da Lei nº 9.784/1999: Art. 59. (...) § 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente. § 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita. No presente caso, nada indica que a demora na análise do



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 26

pedido seja imputável ao requerente e a autoridade impetrada, devidamente intimada, não apresentou qualquer justificativa para a demora na análise do recurso do impetrante. Reconhece-se que as tarefas da Administração Pública na decisão dos pedidos dos particulares assemelham-se às tarefas do Poder Judiciário no julgamento dos processos que lhe são submetidos. E que o volume das demandas, aliado ao permanente conflito entre o interesse das partes pela rápida solução dos litígios e as condições materiais do Estado para se desincumbir dessa missão, são comuns tanto ao processo judicial quanto ao administrativo. Entretanto, ambas essas esferas têm o dever de resolver as suas respectivas demandas em tempo razoável, que é um direito fundamental, previsto no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição da República. Uma vez que esse tempo já foi excedido, conforme acima explicado, restou evidenciada a ilegalidade, o que também tem sido afirmado na jurisprudência do TRF da 4ª Região: PREVIDENCIÁRIO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRAZO DECISÃO. DESCUMPRIMENTO. CF. LEI 9.784/99. LEI 8.213/91. 1. A Administração Pública tem o dever de obediência aos princípios da legalidade e da eficiência, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, devendo ainda observar o postulado do due process of law estabelecido no inciso LV do artigo 5º da Carta Política. Por outro lado, desde o advento da EC 45/04 são assegurados a todos pelo inciso LXXVIII do artigo 5º a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. 2. A prática de atos processuais administrativos e respectiva decisão em matéria previdenciária encontram limites nas disposições dos artigos 1º, 2º, 24, 48 e 49 Lei 9.784/99, e 41, § 6º, da Lei 8.213/91. 3. Deixando a Administração de se manifestar sobre pretensão, mesmo decorridos vários meses de sua apresentação, resta caracterizada ilegalidade, ainda que a inércia não decorra de voluntária omissão dos agentes públicos competentes, mas de problemas estruturais ou mesmo conjunturais da máquina estatal. (TRF4 5039744-51.2013.404.7100, Quinta Turma, Relator p/ Acórdão Ricardo Teixeira do Valle Pereira, juntado aos autos em 10/06/2014) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO CONSUMADO. PEDIDO DE DETERMINAÇÃO À AUTORIDADE PARA QUE CONCLUA O EXAME DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DEVER DE EFICIÊNCIA. DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. 1. Não incide na espécie o fato consumado pois sequer houve pedido de liminar. 2. A excessiva demora na análise de requerimentos administrativos ofende os princípios da eficiência bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (CF/88, art. 5º, inciso LXXVIII; art. (art. 37, caput). 3. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada (Lei nº 9.784/1999, art. art. 49), o que não ocorreu no caso. (TRF4 5005575-05.2013.404.7208, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão João Batista Pinto Silveira, juntado aos autos em 09/05/2014) No tocante à alegação de ilegitimidade da autoridade coatora (Evento 8), saliento que não houve qualquer comprovação de que o recurso já tenha sido encaminhado à Junta de Recursos da Previdência Social. Veja-se que o documento anexado no Evento 10 (recurso



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 27

administrativo) não contém registro de protocolo e o processo administrativo do Evento 12 termina com a primeira decisão de indeferimento do benefício, além de um termo de responsabilidade do impetrante pela carga do processo em 07/03/2017. Assim, indefiro o requerimento do Evento 8 e mantenho o Gerente Executivo do INSS de Porto Alegre como autoridade coatora da presente ação.

3. Ante o exposto, DEFIRO A LIMINAR, determinando à autoridade impetrada que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua intimação, seja analisado o recurso administrativo protocolado pelo impetrante em 24/04/2017.

4. Intimem-se, inclusive o MPF. 5. Após, venham os autos conclusos para sentença." Refere o agravante que a situação do presente caso é distinta daquelas comumente apresentadas perante o Poder Judiciário, em que é determinado que decida administrativamente, pois isso já ocorreu, razão pela qual o Gerente-Executivo da Agência da Previdência Social não é autoridade coatora, porquanto não tem competência para analisar o recurso administrativo interposto pelo segurado, afigurando-se, assim, inócua uma decisão prolatada contra quem não tem condições de cumpri-la. Informa que o exame dos recursos contra as decisões administrativas do INSS são da competência da Junta de Recursos da Previdência Social, órgão integrante do Ministério da Previdência Social, integrante da Administração Direta Federal. Aduz que não detém, bem como qualquer de seus servidores, poder de determinar à Junta de Recursos da Previdência Social que analise recurso administrativo. Portanto, sustenta, trata-se de ilegitimidade passiva para o presente writ, que deveria ter como autoridade impetrada o Presidente da Junta de Recursos da Previdência Social. Por fim, como decorrência, o órgão de representação judicial deve ser corretamente intimado, qual seja, a Procuradoria-Geral da União (Advogados da União), nos termos do art. 9º, caput, da LC 73/93. Requer, por fim, seja dado provimento ao agravo de instrumento, para que seja cassada a decisão agravada. Decido Nota-se que o recurso administrativo interposto pelo segurado Carlos de Santis, em 24/04/2017, foi cadastrado no sistema e-Recursos (processo eletrônico do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS) sob o nº 44233.080972/2017-68, situação apta ao encaminhamento para análise por uma Junta de Recursos da Previdência Social. Neste passo, conforme dispõe o parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei 72/66, na redação dada pela Lei 5.890/73, o Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS julgador integra a estrutura do Ministério da Previdência Social, órgão da União Federal, o que está regulamentado no art. 303 do Decreto 3.048/99, in verbis: Art. 303. O Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, colegiado integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, é órgão de controle jurisdicional das decisões do INSS, nos processos referentes a benefícios a cargo desta Autarquia. Dessarte, a apreciação do recurso pelo CRPS não se insere na competência jurídica do INSS, sendo ilegítima a autoridade coatora eleita no writ (Gerente-Executivo do INSS) para responder em relação à apreciação do recurso endereçado à Junta de Recursos do CRPS. Nesta perspectiva, pois, não é aplicável a Teoria da Encampação, permitindo que o mandado de segurança, nos casos de indicação incorreta da autoridade coatora, seja julgado normalmente desde que: (a) haja vínculo hierárquico entre a autoridade erroneamente apontada e aquela que efetivamente praticou o ato ilegal; (b) a



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 28

extensão da legitimidade não modificar regra constitucional de competência; (c) for razoável a dúvida quanto à indicação na impetração; e (d) a autoridade impetrada tenha defendido a legalidade do ato impugnado, ingressando no mérito da ação de segurança. Outrossim, inviável processualmente a simples retificação do pólo passivo, pois a autoridade coatora (servidor do INSS) erroneamente indicada não pertence à mesma pessoa jurídica da autoridade de fato coatora (servidor da União). Então, a priori, o processo da ação mandamental originária deve ser extinto, sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva da autoridade coatora apontada na exordial. Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo. Comunique-se. Intime-se a parte agravada para resposta.

(TRF-4 - AG: 50587912920174040000 5058791-29.2017.4.04.0000, Relator: ARTUR CÉSAR DE SOUZA, Data de Julgamento: 17/01/2018, SEXTA TURMA)

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO PARA ANÁLISE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. As demandas processadas no âmbito da Administração Federal, direta e indireta, são regulamentadas pela Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que também prevê a razoabilidade e a eficiência da atuação administrativa, nos termos do art. 2º, caput. 2. A Lei n. 9.784/99 dispõe, acerca das regras que tencionam controlar a duração razoável do processo administrativo, conforme o art. 49, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada. 3. Há infringência ao ordenamento jurídico uma vez que não constou dos autos qualquer justificativa por parte da autoridade coatora para a demora na apreciação dos pedidos dos impetrantes. (TRF4 5002593-08.2014.4.04.7200, QUARTA TURMA, Relator LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, juntado aos autos em 17/06/2014)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA NA DECISÃO. ART. 49 DA LEI N. 9.874/99. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E À CELERIDADE DE SUA TRAMITAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, dispõe, em seu art. 49, um prazo de trinta dias para a decisão dos requerimentos veiculados pelos administrados, prazo esse prorrogável por igual período mediante motivação expressa. 2. Não se desconhece o acúmulo de serviço a que são submetidos os servidores do INSS, impossibilitando, muitas vezes, o atendimento do prazo determinado pela Lei n. 9.784/99. Não obstante, o transcurso de longo tempo entre a última movimentação do processo e a impetração do mandamus, sem qualquer decisão administrativa, ofende os princípios da eficiência (art. 37, caput, da CF) e da razoabilidade (art. 2º, caput, da Lei do Processo Administrativo Federal) a que a Administração está jungida, bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF). 3. Mantida a sentença que determinou à Autarquia Previdenciária a emissão de decisão no processo da



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 29

impetrante. (TRF4, REOAC 2009.71.07.003465-1, SEXTA TURMA, Relator CELSO KIPPER, D.E. 04/03/2010)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DEMORA NA DECISÃO. ART. 49 DA LEI N. 9.874/99. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E À CELERIDADE DE SUA TRAMITAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, dispôs, em seu art. 49, um prazo de trinta dias para a decisão dos requerimentos veiculados pelos administrados, prazo esse prorrogável por igual período mediante motivação expressa. 2. Não se desconhece o acúmulo de serviço a que são submetidos os servidores do INSS, impossibilitando, muitas vezes, o atendimento do prazo determinado pela Lei n. 9.784/99. Não obstante, mas o transcurso de longo tempo entre a última movimentação do processo e a impetração do mandamus, sem qualquer decisão administrativa, ofende os princípios da eficiência (art. 37, caput, da CF) e da razoabilidade (art. 2º, caput, da Lei do Processo Administrativo Federal) a que a Administração está jungida, bem como o direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF). 3. Mantida a sentença que determinou à Autarquia Previdenciária a emissão de decisão no processo da impetrante. (TRF4, REOAC 2009.72.00.002088-4, SEXTA TURMA, Relator CELSO KIPPER, D.E. 09/09/2009)

0500626-26.2016.4.05.8309

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. RURAL. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMORA INJUSTIFICADA NA APRECIÇÃO DO PEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

Trata-se de recurso inominado contra sentença que julgou procedente o pedido de concessão de auxílio-doença - trabalhador rural.

Alega o INSS, em seu recurso, que a parte autora provocou desnecessariamente o Poder Judiciário, pleiteando direito que poderia ter sido satisfeito no âmbito administrativo, razão pela qual careceria de interesse de agir.

Não deve prosperar a alegação de falta de interesse de agir, em face da ausência de requerimento administrativo para a concessão do aludido benefício previdenciário.

Atente-se para o seguinte trecho da sentença, a qual invoco como razão de decidir deste voto: *"Inicialmente, não merece guarida a preliminar de falta de interesse de agir levantada pelo INSS. Não se desconhece que, em regra, o segurado somente possa propor ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário se anteriormente formulou requerimento administrativo ao INSS e este foi negado. Contudo, em situações excepcionais, admite-se o acesso direto ao Poder Judiciário, a exemplo dos casos em que o interessado requereu administrativamente o benefício, porém o INSS não proferiu decisão no prazo de 45 dias. Eis o caso dos autos. Nesse sentido já decidiram o Plenário do STF,*



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 30

no RE 631240/MG, Relator Ministro Roberto Barroso, julgado em 27/08/2014 (repercussão geral), publicado no Informativo 756, e a 1ª Seção do STJ, REsp 1.369.834-SP, Relator Ministro Benedito Gonçalves, julgado em 24/09/2014 (recurso repetitivo), divulgado no Informativo 553. Afastada a preliminar".

No mesmo sentido, invoco o seguinte precedente da TNU:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO, COM EFEITOS RETROATIVOS, DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. EXISTÊNCIA DE DIVERSOS REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO PRÉVIO OU DA JUNTADA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA NATUREZA DA ATIVIDADE. PROCESSO EXTINTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. I - A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, vem adotando o entendimento de que é necessária a prévia caracterização da lide para atender à condição da ação relativa ao interesse de agir, o que se dá, no âmbito da concessão de benefícios previdenciários, com o prévio requerimento administrativo, em que haja indeferimento expresso do pedido ou demora injustificável para sua apreciação. Precedentes. II - O acórdão recorrido não analisou a situação de concessão, mas a de revisão de benefício concedido em 1999, após a realização de três pedidos administrativos sucessivos. III - A pretensão de reconhecimento e conversão de suposto tempo de serviço especial em comum, com efeitos retroativos, jamais foi realizada em qualquer dos processos administrativos ou tampouco apresentada documentação hábil, da qual não poderia se desincumbir a interessada sem justificativa, levando à extinção do feito, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir. IV - A não configuração de divergência jurisprudencial, além do caráter processual da pretensão formulada, inviabiliza a pretensão formulada. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 200470950069512, JUIZ FEDERAL VALTER ANTONIASSI MACCARONE, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 08/09/2008.) Recurso do INSS improvido. Sentença mantida. Ônus sucumbenciais arbitrados em 10% do valor da condenação, observada a súmula nº. 111 do STJ. ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Joaquim Lustosa Filho Juiz Federal Relator

Assim resta demonstrada a resistência da pomovida por intermédio da não apreciação do requerimento e/ou demora demasiada e injustificada da mesma.

IV- DO DANO MATERIAL:

Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 31

Menezes & Associados Rodrigues

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.

V- DO DIREITO

Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”

V- DO PEDIDO:

*PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea “II” da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (na forma exposta no retro § “I”) adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo, ainda, o seguinte:*

- Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);
- Citação da Promovida através do sistema de processo eletrônico preferencialmente de acordo com o Art. 246, V, §1º, ou por AR (Correios - Art. 246, inciso I do NCPC) no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de acordo e/ou contestação;
- Que seja agendado perícia médica indicada pelo juízo processante, levando em consideração o convenio do TJPB com seguradora Líder.
- Com contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea “c” e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 32

Menezes & Associados Rodrigues

de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela **NÃO REALIZAÇÃO** de audiência de conciliação ou mediação, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeito fiscal.

Nestes Termos,
Pede e Espera deferimento.

João Pessoa, 22 de abril de 2020.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19496

Thais Emmanuelle Menezes Cardoso
Estagiária OAB/PB 11.619-E



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530925700000028909028>
Número do documento: 20042216530925700000028909028

Num. 30068894 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:16
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161594200000029670078>
Número do documento: 20052217161594200000029670078

Num. 30906718 - Pág. 33

Menezes & Rodrigues

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, inscrito no CPF nº 064.963.594-90 e RG 2981221 SSP/PB residente e domiciliado (a) na Rua Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Melo, 133, Alto do Mateus, CEP 58090-232, João Pessoa – PB.

OUTORGADO: THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB 19.496, **Thais Emmanuelle Menezes Cardoso**, brasileira, divorciada, Estagiária inscrita na OAB/PB 11.619- E, inscrita no CPF 056.331.454-02 e ambos com endereço profissional na Rua Ana Gama e Melo, 163A, Mangabeira I, CEP 58055-510, FONE/FAX (83) 3566-0339, João Pessoa/PB, onde receberá as notificações e intimações de estilo.

PODERES:

Poderes da cláusula “ad judicium et extra”, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro geral, conforme estabelecido no art. 105 do CPC, e os especiais para requerer assistência judiciária gratuita, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, renunciar ao teto delimitador dos juizados especiais federais, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais.

Em remuneração aos serviços profissionais supracitados, pagarei aos advogados outorgados, ou a quem legalmente os substituir, quantia equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor apurado na condenação, sendo devido somente no caso de procedência da ação, ou realização de acordo judicial ou extrajudicial, ficando desde logo autorizada a retenção na ocasião do pagamento, mediante dedução da quantia que vier a receber ou for depositada em conta do outorgante, em favor dos advogados contratados (art. 22, Parágrafo 4º da Lei 8.906/94), ficando ainda, esclarecido ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertence exclusivamente ao advogado.

João Pessoa, 11 de março de 2020.


OUTORGANTE

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:10
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216530971700000028909031>
Número do documento: 20042216530971700000028909031

Num. 30068897 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 IDENTIDADE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**

Doc. Identidade / CNH / Registro IP: **2961221** SSP PB

CE: **054.953.594-90** DATA NASCIMENTO: **02/01/1967**

Função: **DALVAMCI BARBOSA MAXIMIANO**
JOSETE DE MORAIS MAXIMIANO

PERMISSÃO: **AB** ACC: **AB** CAME: **AB**

Nº REGISTRO: **05542464300** VALOR: **25/01/2022** 1ª EMISSÃO: **18/07/2012**

ASSINATURA: *Thiago J. Menezes Cardoso*

LOCAL: **JOÃO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO: **28/06/2018**

ASSINATURA DO EMISSOR: *João Pessoa* 00944561515
 PB037451901

PARAÍBA

NÚMERO DA FOTO: **1660674602**

PROIBIDO PLASTIFICAR



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:10
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531016300000028909033>
 Número do documento: 20042216531016300000028909033

Num. 30069599 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
 Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 2



CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-870 - CNPJ: 09.123.854/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEDA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA

1371681

REFERENCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090- 232

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y16S020453	01/10/2016	EXT MLO OBLIGADO	LIGADO			
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NÚM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
291	298	7	30	11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
NOV/2019	10	PARAMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES				
OUT/2019	8	TURBIDEZ	268	288	279	
SET/2019	8	COLOR	268	288	288	
AGO/2019	9	COL. TERMOF	0	0	0	
JUL/2019	9	COR	73	145	139	
JUN/2019	8	COL. TOTAL	268	288	274	
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019				

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019 HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E COFINS LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 04/01/2020 Total a Pagar: R\$ 68,24



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:10
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531016300000028909033>
Número do documento: 20042216531016300000028909033

Num. 30069599 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 3

Menezes & Rodrigues

DECLARAÇÃO DE POBREZA

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, brasileiro, casado, técnico de distribuição, inscrito no CPF nº 064.963.594-90 e RG 2981221 SSP/PB residente e domiciliado (a) na Rua Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Melo, 133, Alto do Mateus, CEP 58090-232- PB, **declara que é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50**, não tendo condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo da sua subsistência.

João Pessoa, 11 de março de 2020.

Delmir Barbosa Maximiano

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531058200000028909034>
Número do documento: 20042216531058200000028909034

Num. 30069600 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869


Num. 6375369 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 4

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 386509283183 520200430202 062026915017 			Valor final: R\$ 1.238,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.238,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.6.20.26915/01
			Data de emissão: 22/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626915 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.238,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 386509283183 520200430202 062026915017 			Valor final: R\$ 1.238,65



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653112500000028909036>
 Número do documento: 2004221653112500000028909036

Num. 30069602 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
 Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 5



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.626915 **Data Vencimento:** 30/04/2020 **Data Emissão:** 22/04/2020
Comarca: Joao Pessoa
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7
Promovente: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Valor da Causa: R\$ 13.500,00
Despesas Processuais: R\$ 0,00 **Custas:** R\$ 1.034,80 **Taxa:** R\$ 202,50
Total da Guia: R\$ 1.237,30

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653112500000028909036>
Número do documento: 2004221653112500000028909036

Num. 30069602 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 6

thaisleticia09@ x Seguradora Líder-DPVAT Dúvidas: x +

seguradoralider.com.br/Pages/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes.aspx

Dúvidas, Reclamações e Sugestões

(*) os campos marcados são de preenchimento obrigatório.

Nome completo: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO *

CPF/CNPJ: 06496359490 *

E-mail: thiago.jurista@gmail.com *

UF do Proprietário: PB Cidade: João Pessoa *

Deixe também o seu telefone para um eventual contato *

Telefone: 83 988729070 *

Opções Selecionadas: Pedido de indenização > Outra dúvida *

Mensagem: Bom dia gostaria de requerer o resultado do pedido de indenização por invalidez de nº 3200042885, do beneficiário DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, inscrito no CPF 064.963.594-90, pois encontra-se sem resposta a mais de 90 dias, desta maneira venho através desta pedir a conclusão deste processo administrativo. *

usar

ACESSIBILIDADE

NOTÍCIAS

Saiba como pedir a restituição do Seguro DPVAT

Informações sobre o pagamento do Seguro DPVAT 2020

Mais notícias

NEWSLETTERS

COVID-19: Pedidos do Seguro DPVAT podem ser feitos por telefone

COVID-19: Tire suas dúvidas sobre o



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531171000000028909038>
 Número do documento: 20042216531171000000028909038

Num. 30069604 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
 Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531221300000028909039>
Número do documento: 20042216531221300000028909039

Num. 30069605 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542812800000006351869>
Número do documento: 20052216542812800000006351869

Num. 6375369 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 8

thaisleticia09@ Seguradora Líder-DPVAT Acomp: +

seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200042885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB
BENEFICIÁRIO DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
CPF/CNPJ: 06496359490

Posição em 22-04-2020 12:14:42
Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653126850000028909041>
Número do documento: 2004221653126850000028909041

Num. 30069607 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654281280000006351869>
Número do documento: 2005221654281280000006351869

Num. 6375369 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081


Num. 30906721 - Pág. 9

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: brasileira ESTADO CIVIL: casado
PROFISSÃO: letricista distribuidor Nº DO RG: 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmiu/PB DATA DE EMISSÃO: 28/08/2018
Nº CPF: 064.963.594-90 ENDEREÇO: Desempregados Manoel
Paizy Quirino Mello Filho, 133, Alto do Mateus CEP: 58090-23
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thais Emmanuel Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: brasileira ESTADO CIVIL: divorciado
PROFISSÃO: estudante Nº DO RG: 2831164/59/PB - 04879615
ORGÃO EMISSOR: Delmiu/PB DATA DE EMISSÃO: 05/01/2018 71
Nº CPF: 056.371.654-02 ENDEREÇO: Rua Luzia Pedrosa
Nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de junho de 20 20
 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
INSTITUTO NACIONAL DE TRAFEGO

OKIMIR BARBOSA MAXIMIANO

DOC IDENTIFICAD / CNH DIRETOR DE 2501221 SSP PB

CNP 064.963.594-90 DATA MANEJO 02/01/1987

FUNÇÃO DALVANCEI BARBOSA MAXIMIANO JOSETE DE MORAIS MAXIMIANO

PROFISSIONAL 05582464900 VIGÊNCIA 25/01/2022 18/07/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1660674602

PROFISSIONAL 1660674602

LOCAL FOMD PESSOA, PB DATA EXPIRAÇÃO 28/06/2019

00946561515 FOMD 37451901

PARAIBA



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
 Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 2




Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 11



CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INDIQUE ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090-232

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industria	Pública	
001.011.410.0055.000	000	1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
V16N00453	01/10/2016	EXT.MUL.OBLIGADO	LIGADO	

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA
291	298	7	30	11/01/2020

HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.

DATA	CONSUMO (M3)	PARÂMETROS	EXIG.	ANÁLIS.	CONFORMES
NOV/2019	10	TURBIDEZ	268	288	279
OUT/2019	8	CLORO	268	288	288
SET/2019	8	COL. TERMOF	0	0	0
AGO/2019	9	COR	73	145	130
JUL/2019	9	COL. TOTAL	268	288	274
JUN/2019	8				
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019			

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	7 M3	37,91
CONSUMO DE ÁGUA		
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	7 M3	30,33
CONSUMO DE ESGOTO		

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 04/01/2020

Total a Pagar: R\$ 68,24



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
 Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 12



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emmanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário: Delmir Barbosa Marimano inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90 do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Delmir Barbosa Marimano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço	Número	Complemento
<u>Rua Luzia Pedrosa</u>	<u>1500</u>	
Bairro	Cidade	Estado
<u>Custo Redentor</u>	<u>João Pessoa</u>	<u>PB</u>
Email	Telefone comercial (DDD)	Telefone celular (DDD)
<u>thaileticia096@gmail.com</u>		<u>53071-530</u>
		<u>(83) 98872-9070</u>

João Pessoa, 24 de Março de 2020
Local e Data

Thais Emmanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante

nr nr: 001 V001/2017



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653131050000028909045>
Número do documento: 2004221653131050000028909045

Num. 30069611 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654284030000006351870>
Número do documento: 2005221654284030000006351870

Num. 6375370 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 14

Recibo do Sacado 9056408101000138216160101

Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF / CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções
Intermediado por:
ODONTOCOB SERVIÇOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.		Vencimento 30/01/2020	
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Espécie doc. DM	Acerte N
Data processamento 10/01/2020		Nosso número 010001382161 6	
Carreira 101	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente)		(=) Valor documento	
Intermediado por: ODONTOCOB SERVIÇOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20		(=) Desconto	
Ref. Mensalidade 01/2020		(=) Outras deduções / Abatimentos	
Após o vencimento cobrar:		(=) Mora / Multa / Juros	
Juros de 1% ao mês. Multa de 2%.		(=) Outros	
		(=) Valor Pago	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402			
Sacador Avalista		Autenticação mecânica - Ficha de Compensação	

Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
 Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 15



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:		<input type="checkbox"/> DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)		<input checked="" type="checkbox"/> INVALIDEZ PERMANENTE		<input type="checkbox"/> MORTE	
2 - Nº do sinistro ou ASL		3 - CPF da vítima		4 - Nome completo da vítima			
		064.963.594-90		Delmir Barbosa Maximiano			
REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012							
5 - Nome completo:							
Delmir Barbosa Maximiano							
6 - CPF:							
064.963.594-90							
7 - Profissão:							
recubou-be Rua Desembargador Manoel Taqui							
11 - Bairro:							
Alto do Matheus							
12 - Cidade:							
João Pessoa							
13 - Estado:							
PB							
14 - CEP:							
58090-232							
15 - E-mail:							
(33)98872-9040							
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR							
17 - Nome completo do Representante Legal:							
18 - CPF do Representante Legal:							
19 - Profissão do Representante Legal:							
Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).							
20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:							
<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> R\$1.000,00 A R\$1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00							
<input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$5.000,00							
21 - DADOS BANCÁRIOS:							
<input checked="" type="checkbox"/> BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO <input type="checkbox"/> REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)							
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção):							
<input type="checkbox"/> Bradesco (237) <input type="checkbox"/> Itaú (341)							
<input type="checkbox"/> Banco do Brasil (001) <input type="checkbox"/> Caixa Econômica Federal (104)							
AGÊNCIA: <input type="text"/> CONTA: <input type="text"/>							
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928							
Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.							
22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE							
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):							
<input type="checkbox"/> Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou							
<input type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou							
<input checked="" type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.							
Peço, neste ato, a suspensão do prazo de apresentação do laudo do IML, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei nº 194/74, art. 3º, §1º, decidindo que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discorde do seu conteúdo.							
DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE							
23 - Estado civil da vítima:							
<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado (no Civil) <input type="checkbox"/> Divorçado <input type="checkbox"/> Separado judicialmente <input type="checkbox"/> Viúvo							
24 - Data do óbito da vítima:							
25 - Grau de Parentesco com a vítima:							
26 - Vítima deixou companheira(a):							
27 - Se a vítima deixou companheira(a), informar o nome completo:							
28 - Vítima teve filhos?							
29 - Se tinha filhos, informar:							
30 - Vítima deixou resíduo hereditário?							
31 - Vítima teve irmãos?							
32 - Se tinha irmãos, informar:							
33 - Vítima deixou pais/avós vivos?							
Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.							
34 - (Assinatura da vítima ou do beneficiário, se alfabetizado)							
35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido							
36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido							
37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido							
38 - 1ª Nome:							
CPF:							
Assinatura da testemunha							
39 - 2ª Nome:							
CPF:							
Assinatura da testemunha							
40 - Local e Data:							
Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)							
Assinatura do Procurador (se houver)							



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653131050000028909045>
Número do documento: 2004221653131050000028909045

Num. 30069611 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654284030000006351870>
Número do documento: 2005221654284030000006351870

Num. 6375370 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 16



Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro
Banco: 237 Agência: 2340 Máquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468
Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJP
Conta: 0058928-4
Valor do depósito: 5,00
Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alo Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana
Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.
Horário de Brasília.
Obrigado
Tenha uma boa tarde



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 17



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS		Posto/Graduação: CB /PM	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares		Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano	Município: João Pessoa
Data da Ocorrência 02/12/2019		Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vitima (QT) Com / 01	Condições da Pista Seca
Tipo de Acidente Col.Traseira		Tipo de pavimento Asfalto		Condições do Tempo Bom
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos		Controle do tráfego Pista Dupla		

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 – Pau Brasil - São José do Mipibú / RN- Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. Ex.méd./Dia RN Sim
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)		Destino do Condutor Liberado no Local	

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por v outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultan assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n º 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB – Tel.(083)98811 8076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. Ex.méd./Dia PB Sim
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado		Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma	

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma c faixas. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitand ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente p evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a : cicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador ator Anderson Silvestre Alcântara da Silva – RG 3595587 .



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653131050000028909045>
 Número do documento: 2004221653131050000028909045

Num. 30069611 - Pág. 11





Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654284030000006351870>
 Número do documento: 2005221654284030000006351870

Num. 6375370 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 20

CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019			
VÍTIMA 01			
Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	Viajava no Veículo Nº 02
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros nº 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítila Condutor	Conduzida Para Hospital de Trauma	Usava Cinto -	Usava Capacete -
CONSTATADO			
<p>Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mh/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT.</p> <p>João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.</p> <div style="text-align: right;"> <p>BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO Cópia de Conformidade com o Original EM: <u>23/12/19</u> ASSINADO: </p> </div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM Responsável pelo Levantamento </div>			



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 12





Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

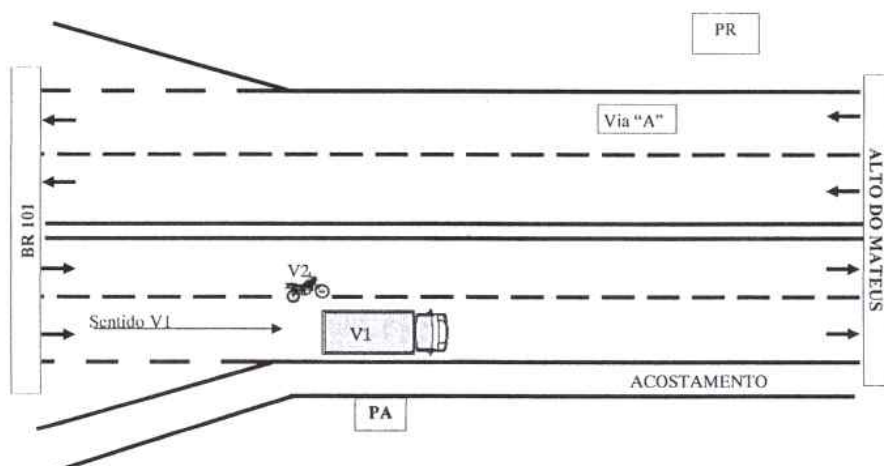
Num. 6375370 - Pág. 12





Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 21

	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II) BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT	
	CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019	
AMARRAÇÕES		
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00metros PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA) V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)		



<small>DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA</small>	
AVARIAS	
 V1	 V2
BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO Cópia de Conformidade com o Original EM: 23/12/19 ASSINATURA Jonas Paulo de S. Santos Cb PM Responsável pelo Levantamento	

1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 22

EM BRANCO



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 23



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo:	Placa:	Responsável pelo Preenchimento:	Data:
VW / 24. 250 CLC	OJR 7936 / RN	CB JONAS	02/12/2019
CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE			
AVARIAS NO ACIDENTE			
tem	Descrição do componente	Valor	Sim Não NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M	X
02	Carroceria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroceria com o chassi.	M	X
03	Para choque traseiro danificado.	M	X
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M	X
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M	X
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M	X
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M	X
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M	X
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M	X
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G	X
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G	X
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G	X
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M	X
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M	X
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G	X
16	Air Bags (se existir)	M	X
M: Item que individualmente implica em Dano de Média Montagem.			
G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Montagem.			
Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade			
Dano de Pequena Montagem: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"			
Dano de Média Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M			
Dano de Grande Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G			
Observações: DANO DE PEQUENA MONTAGEM			
Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM			
Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO			
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA			
SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)			

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINADO



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653131050000028909045>
Número do documento: 2004221653131050000028909045

Num. 30069611 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005221654284030000006351870>
Número do documento: 2005221654284030000006351870


Num. 6375370 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 24

CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019									
DANOS NO V2									
Marca/Modelo: HONDA / XRE 190		Placa: QSM 1040		Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS			Data: 02/12/2019		
MOTOCICLETA									
PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE									
		Avaliação					Avaliação		
Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA	Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (triciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)				
							00		
Observações: DANO DE PEQUENA MONTA									
AVALIAÇÃO POR DANO:									
Quantidade de peças estruturais danificadas = 0					-> DANO DE PEQUENA MONTA				
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4					-> DANO DE MÉDIA MONTA				
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4					-> DANO DE GRANDE MONTA				

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.
 JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM Responsável pelo Levantamento

ESTATAL DE TRÂNSITO DEBANDERADO
 Cópia de Conformidade com o Original
 EM: 23/12/19
 ASSINADO



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
 Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 25



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



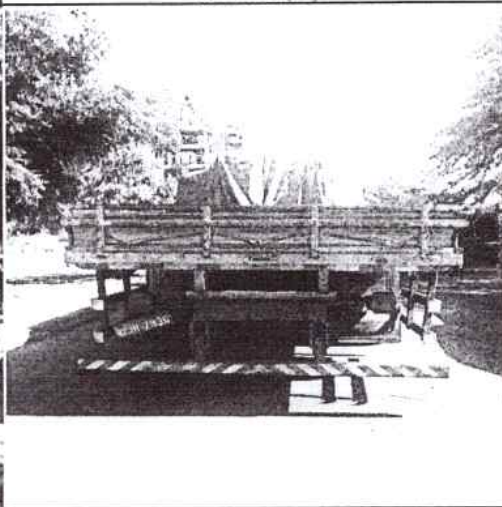
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 25/12/19 2

Jonas Paulo dos Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 17





Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

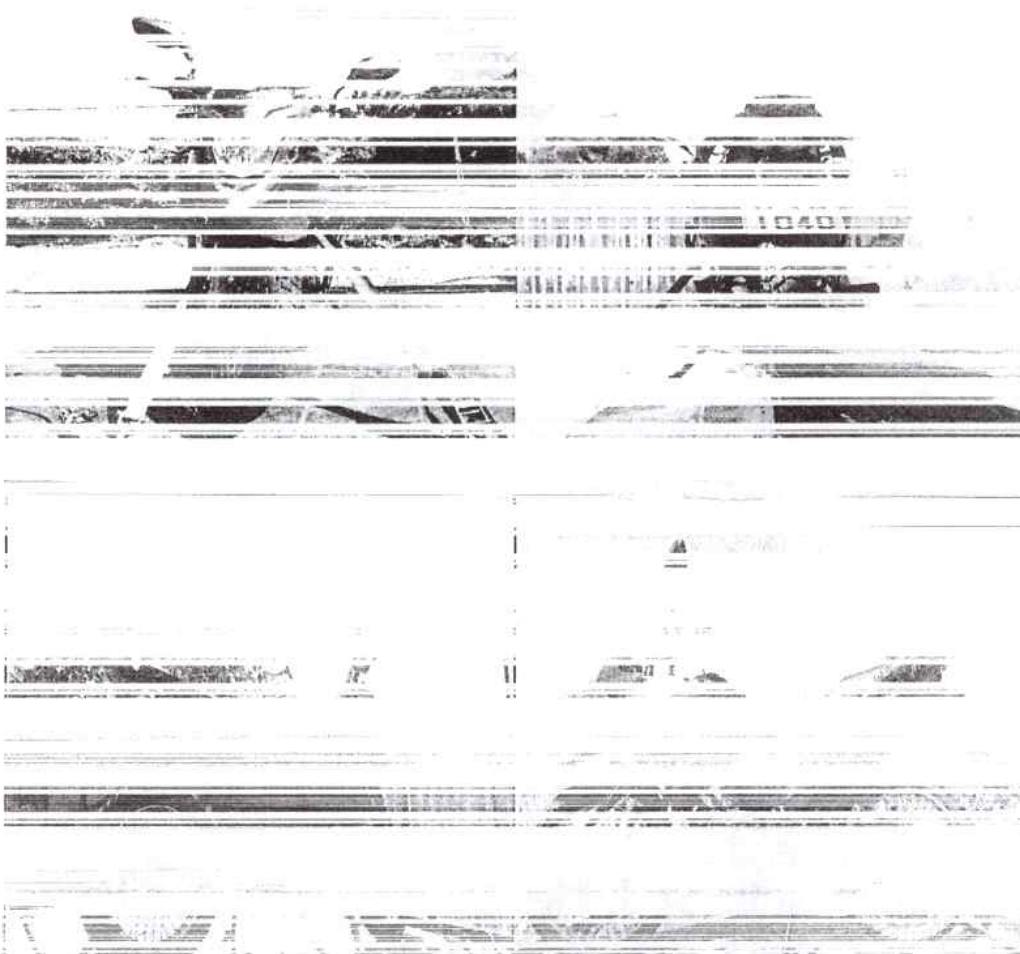
Num. 6375370 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 26

	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPRJ / CPRJII) BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - RÔAT	
	BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019	
FOTOS DO VE		
IDENTE (V2)	TRABEIRA (V2)	



Jonas Paulo de S. Santos C. B. P. M.



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
 Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 18



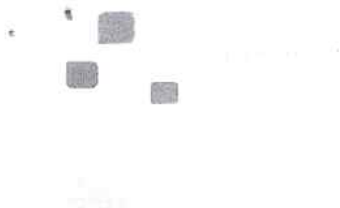
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
 Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 27



Unimed João Pessoa
Rua da Amizade, 1000
14.033 - Fone: (51) 35040-330
E-mail: unimed@joao.pessoa.pb.gov.br
Web: 2194-0216

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Severino Ramos Nascimento

Data Nasct.....: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 18:22:45
N. Acesso.....: 777916

EXAME: RX PERNA DIREITA

- Aumento de densidades de partes moles.
- Importante fratura do terço proximal da tibia.

Dr Antonio Gualberto Chianca
CRM. 1182



Cooperativa sem fins lucrativos para o desenvolvimento econômico e social
Roberto Rodrigues



COD 000545



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 28



HAUM - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916

DIR



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531310500000028909045>
Número do documento: 20042216531310500000028909045

Num. 30069611 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 29



HAUN - UNIED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916

DIR



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 30



Av. Alameda da Paraíba, 100 - 100
100 - 100 - João Pessoa - PB
CEP: 58040-300
Fone: (31) 3210-0216

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct.....: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso.....: 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde
Secretaria de Saúde



COD 300646



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 2



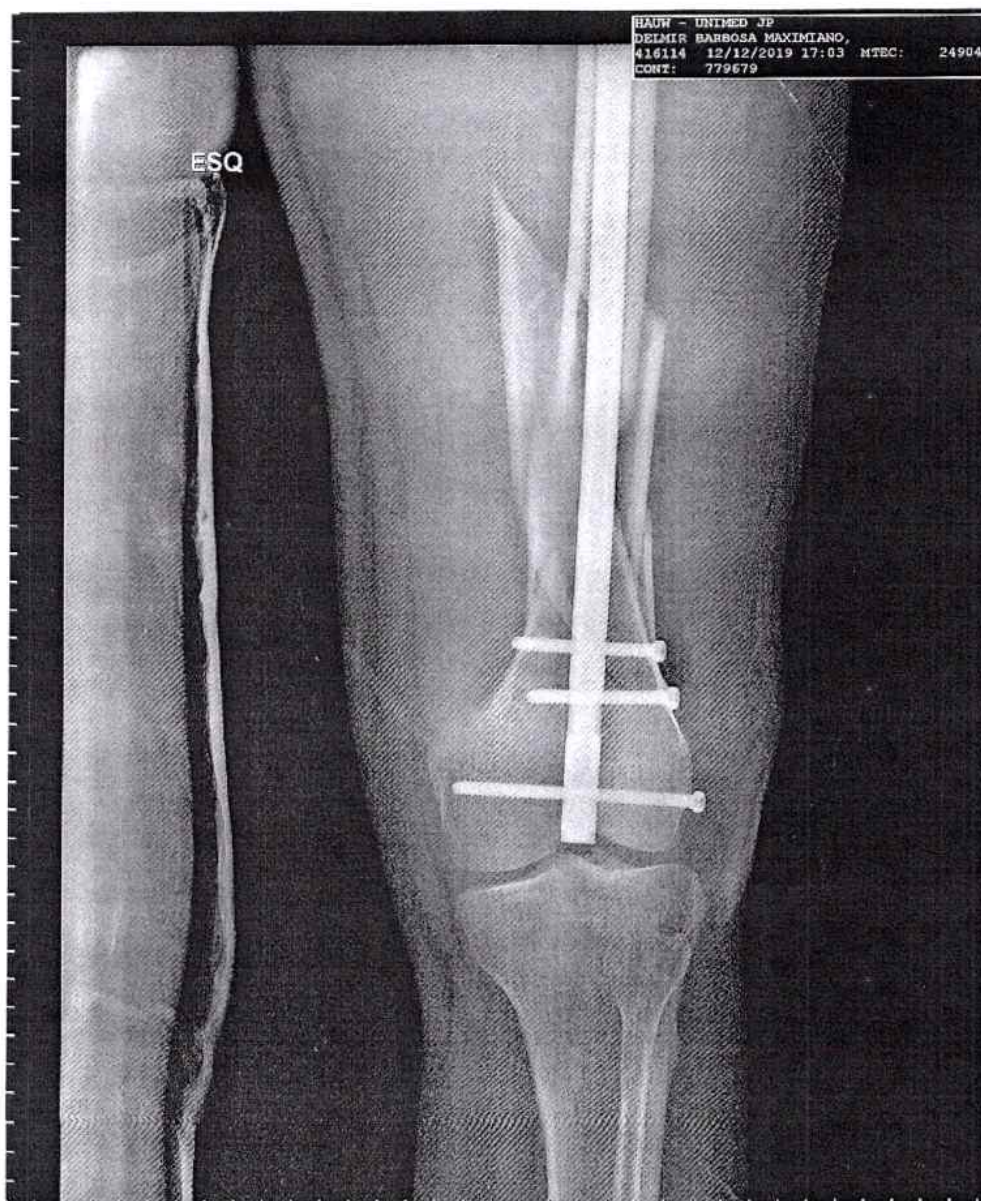
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161691800000029670081>
Número do documento: 20052217161691800000029670081

Num. 30906721 - Pág. 31



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 3



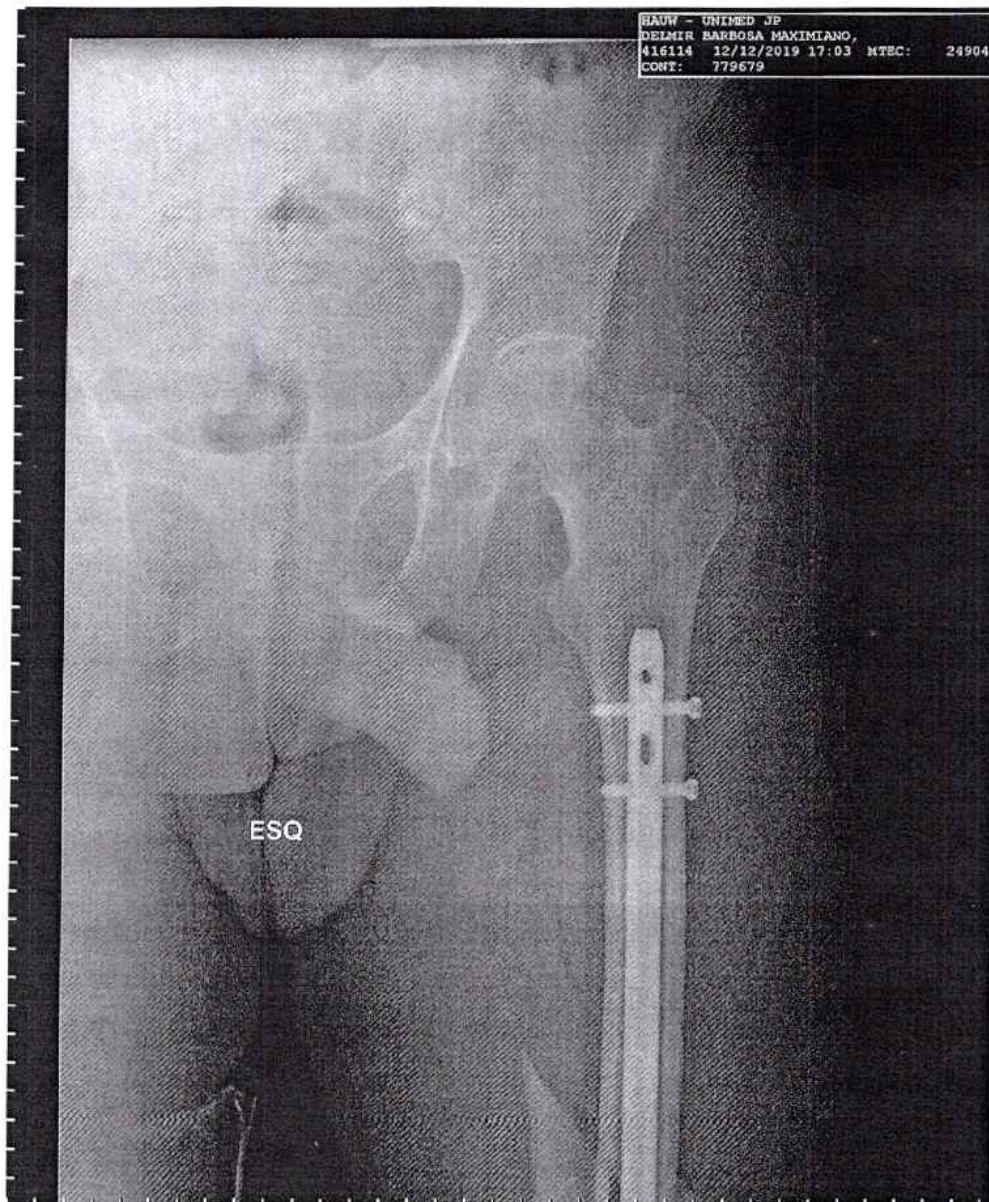
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 24



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 2



Rua Antônio Carlos Albuquerque de Almeida
n. 1117 - Torre: CEP 58040-800,
João Pessoa - PB
(31) 3208-0206

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA


Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:17:38
N. Acesso....: 780193

EXAME: RX joelho direito

1- Estrutura óssea normal.

2- Controle de redução cirúrgica de fratura complexa na tíbia proximal.


Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Cooper Cartaxo - Unidade João Pessoa - de Saúde e Apoio
Roberto Rodrigues

ANS - nº 32104-4

COD 00545



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 25



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
 Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542840300000006351870>
 Número do documento: 20052216542840300000006351870

Num. 6375370 - Pág. 26



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
 Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 5



Unimed João Pessoa
Rua...
CEP 53080-500
João Pessoa - PB
(31) 2100-0000

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Marcio Gomes Ferreira

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 16:08:33
N. Acesso.....: 777868

EXAME: RX FÊMUR ESQUERDO

- Fratura do terço inferior do fêmur esquerdo.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo Médico Radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda (A.G.V.C.).

Dr Antonio Gualberto Chianca
CRM 1182



Cooperativa de Saúde e Bem-Estar
Membro da Aliança
Cooperativa Internacional



COD. 920545



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 8



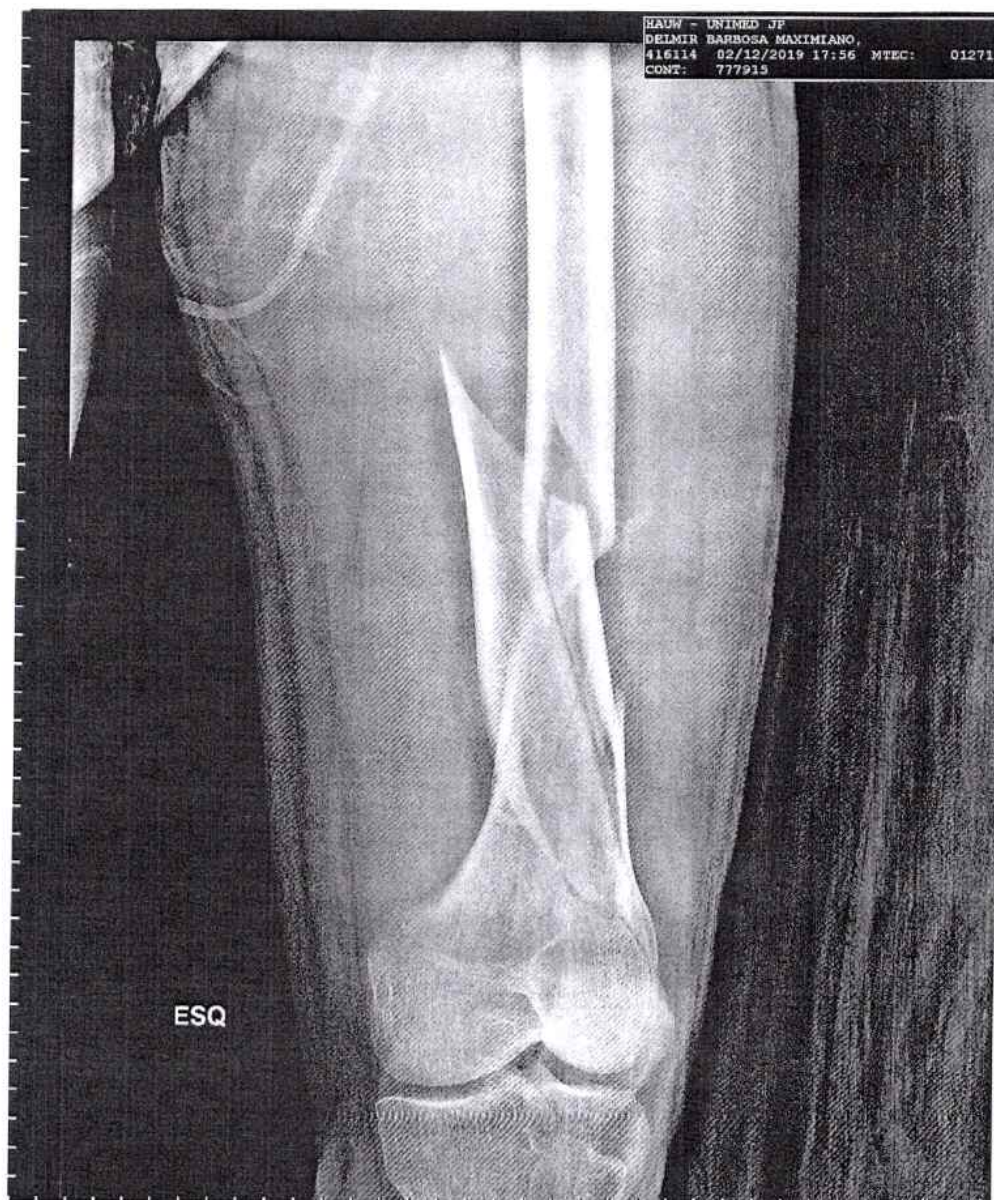
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 6



RAIM - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 9



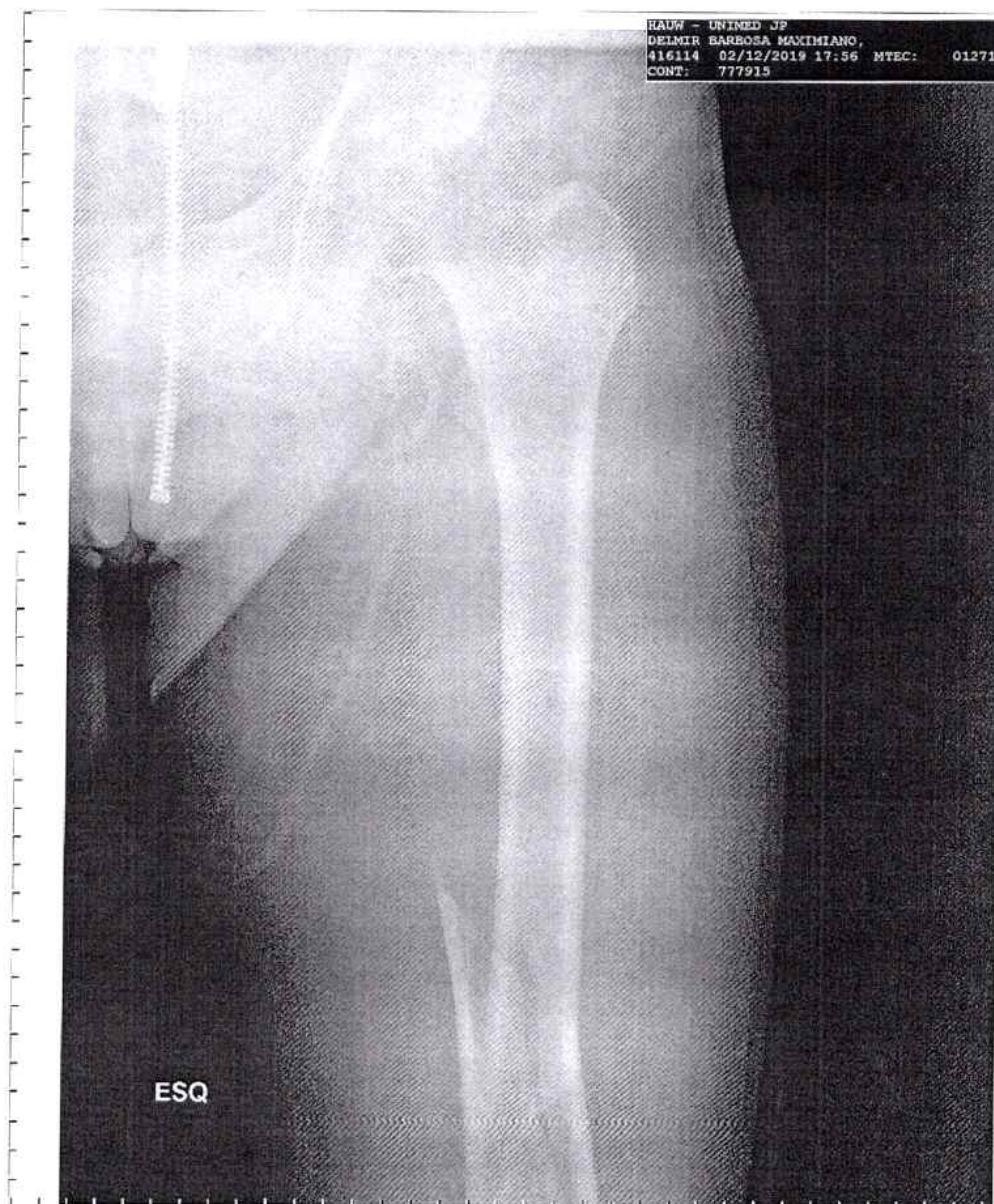
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 7



HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 10



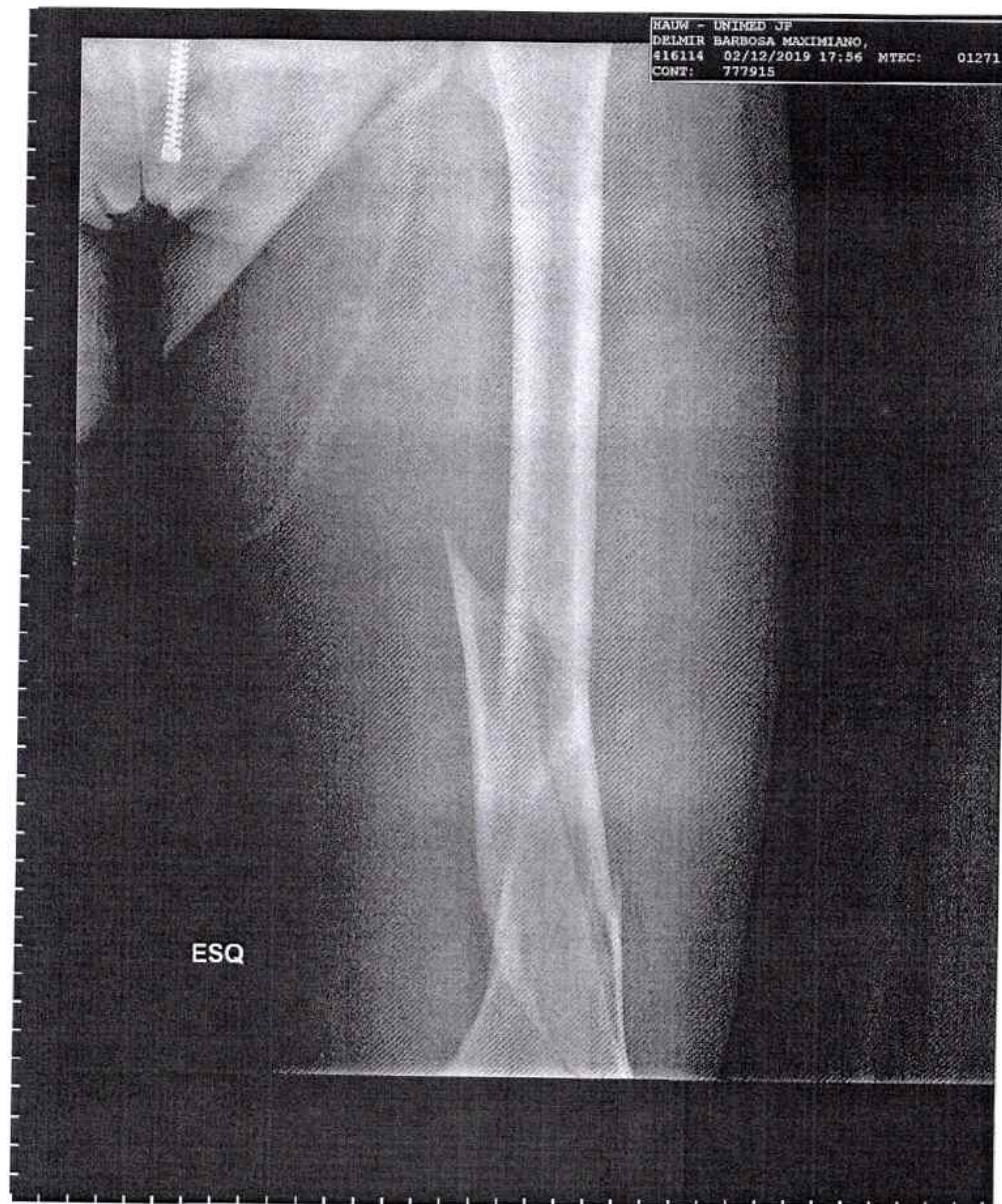
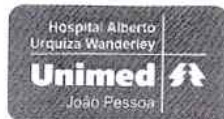
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 9



Dr. M. Castro, 1000 Avenida de Almeida
- 44-41 - Fone: 31150540-400
Rua: 44-41, 41
- 44-41 - Fone: 31150540-400

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA


Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:19:49
N. Acesso...: 780192

EXAME: RX PERNA DIREITA

1- Estrutura óssea normal.

2- CONTROLE de redução cirúrgica de fratura da tibia proximal direita mostrou procedimento Adequado
Aumento de partes moles.


Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Unimed João Pessoa é uma cooperativa de saúde sem fins lucrativos.
Membro da Aliança Cooperativa Internacional.

ANS - nº 32104-4

COD: 30069613



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 12



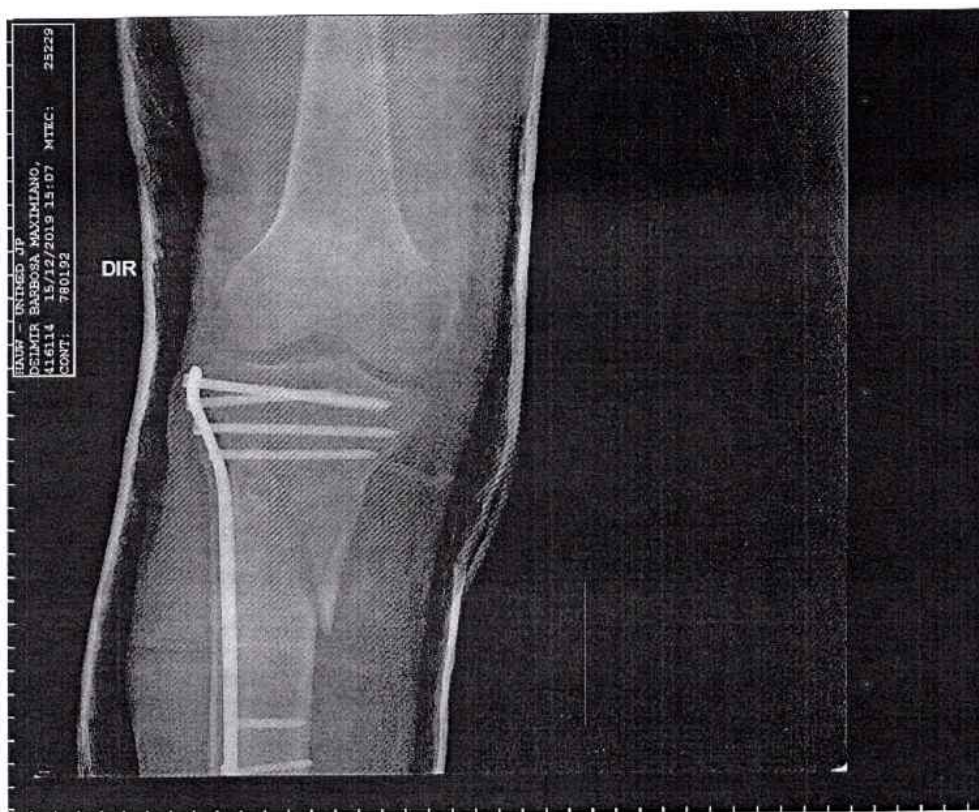
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 12



Av. Ministro José Américo de Almeida
nº 1450 - Torre - CEP 58040-300
João Pessoa - PB
(83) 2106-0210

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso....: 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Cooperativismo - caminho para o desenvolvimento
Resposta Rápida

ANS - nº 32104-4

COD 000546



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 15



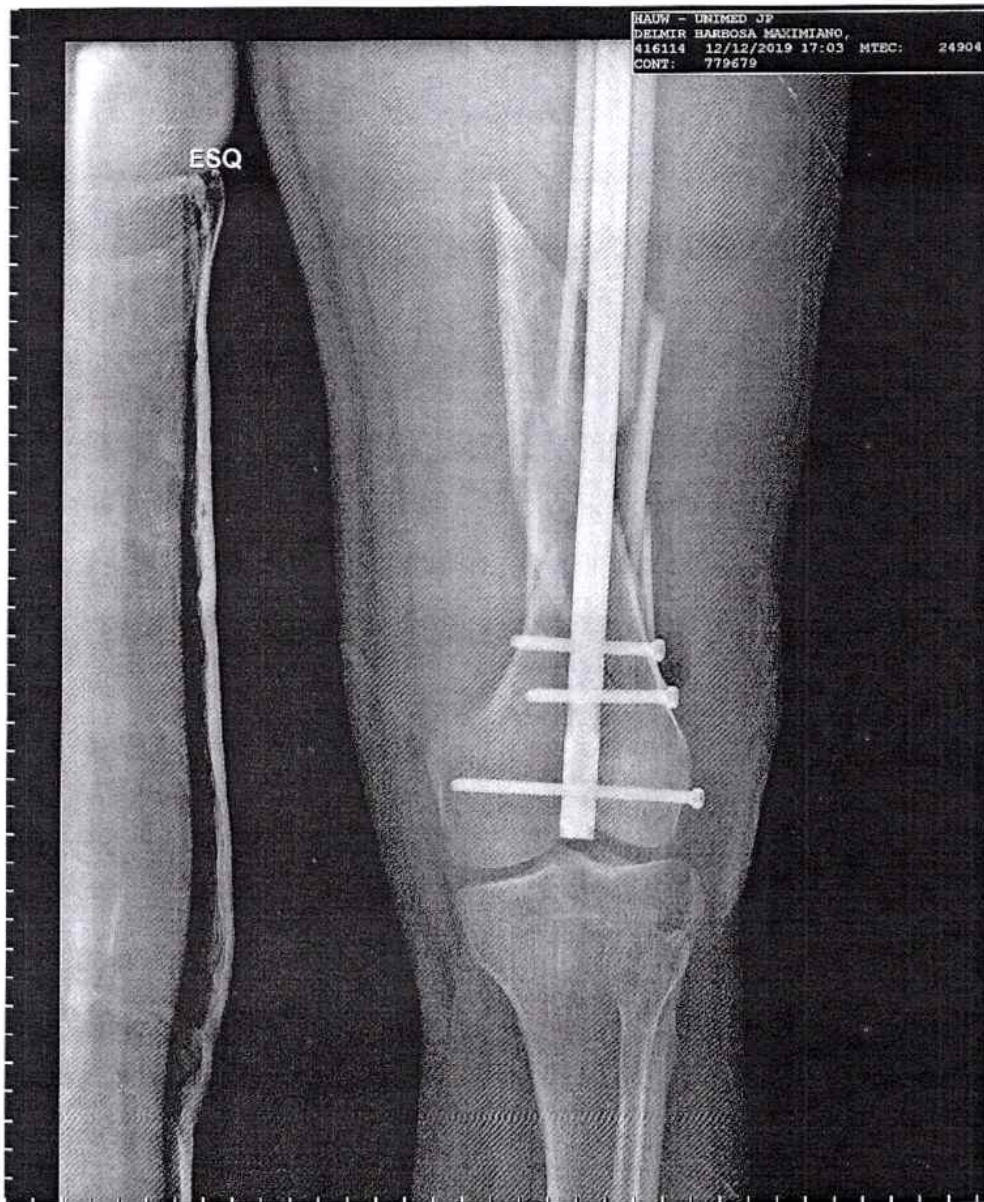
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
 Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 16



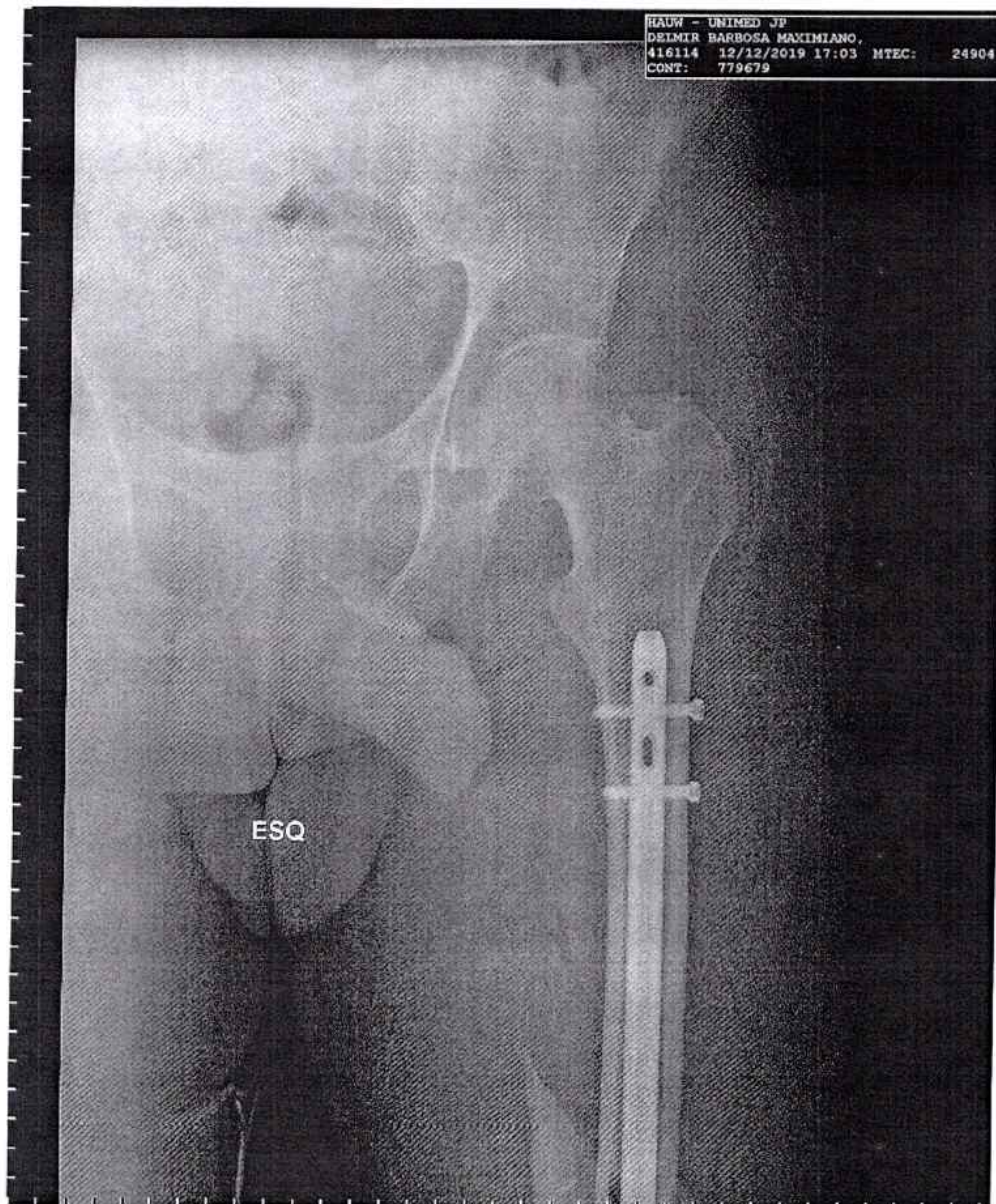
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
 Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
 Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042216531387500000028909047>
Número do documento: 20042216531387500000028909047

Num. 30069613 - Pág. 17



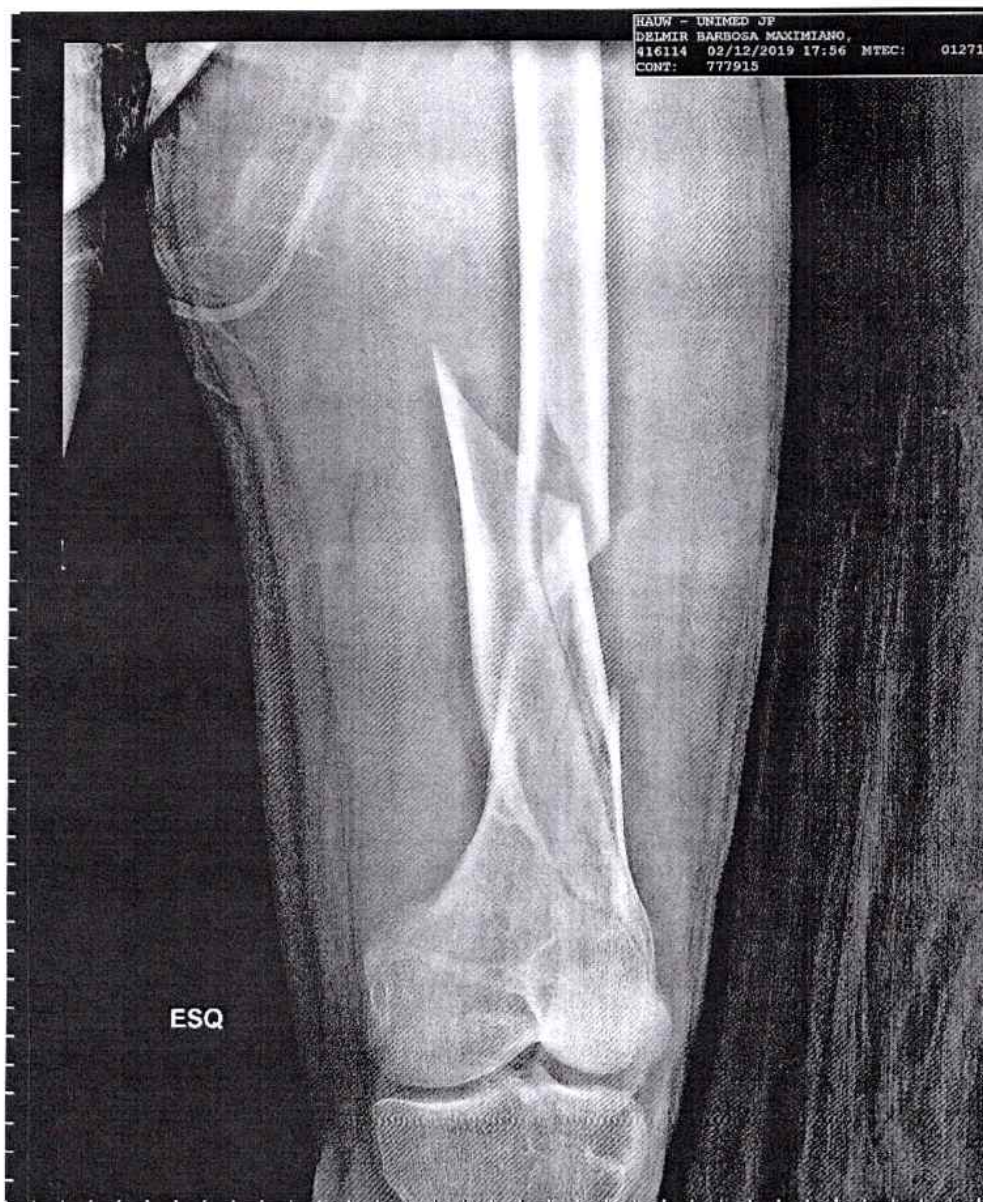
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653143690000028909049>
Número do documento: 2004221653143690000028909049

Num. 30069615 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 16



HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653143690000028909049>
Número do documento: 2004221653143690000028909049

Num. 30069615 - Pág. 2



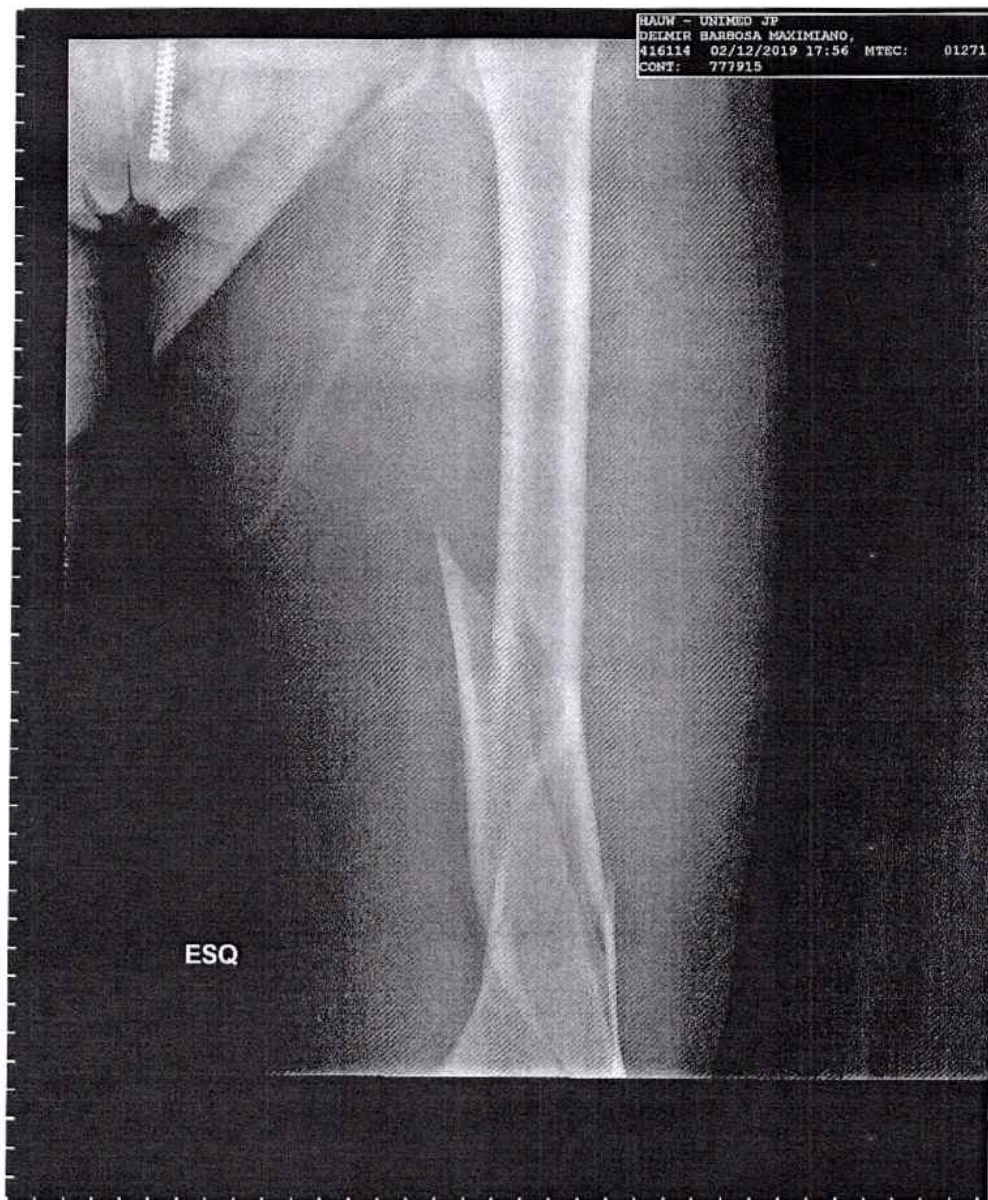
Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/04/2020 16:53:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004221653143690000028909049>
Número do documento: 2004221653143690000028909049

Num. 30069615 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 18



Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc. O novo CPC de 2015 trouxe novidade para aqueles cujo pagamento integral das custas processuais pode se revelar excessivamente oneroso e, assim, criar hipótese de restrição de acesso à Justiça. Diz o art.98 do Código de processo Civil atual:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.(...) § 5º **A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.** § 6º **Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.**

Além do parcelamento, da concessão com referência a determinados atos, poderá, ainda, ser reduzido o percentual a ser antecipado do valor total devido, como mencionado no § 5º do art. 98 do CPC. Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família, haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), **CONCEDO PARCIALMENTE A JUSTIÇA GRATUITA** em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original.

Permito ainda à parte, caso assim solicite, a possibilidade de parcelamento do valor em até 3 (três) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015), devendo comprovar o pagamento da primeira parcela em 5 dias. Informo que no PJE a Guia, em valor inferior ao mínimo, poderá ser retirada junto ao Distribuidor ou através do sistema na área destinada à "Custas Finais", haja vista limitação do sistema. Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão para o juízo. Registro, inclusive, que os valores pagos poderão ser objeto de ressarcimento caso a parte autora obtenha sucesso (art. 82, §2º do CPC/2015).

Desse modo, determino à parte autora o recolhimento das custas processuais e diligências iniciais reduzidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (artigo 290, CPC/2015). Providências pelo Cartório, para retificação no sistema. Após, certifique-se o valor das custas conforme os parâmetros fixados nessa decisão, emitindo-se a Guia de Recolhimento. Diligências e intimações necessárias. Cumpra-se. João Pessoa, 23 de abril de 2020 Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: SILVANA CARVALHO SOARES - 23/04/2020 17:53:43
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042317534301200000028944245>
Número do documento: 20042317534301200000028944245

Num. 30109073 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 16:54:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052216542865300000006352021>
Número do documento: 20052216542865300000006352021

Num. 6375371 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/05/2020 17:16:18
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052217161773700000029670085>
Número do documento: 20052217161773700000029670085

Num. 30906725 - Pág. 19

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

Juízo do(a) 4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Aguarde-se decisão do Agravo.

João Pessoa, 8 de junho de 2020

SILVANA CARVALHO SOARES

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo, malote digital referente ao agravo de instrumento.

O referido é verdade; dou fé.

João Pessoa, 9 de julho de 2020

ZENILDA DINIZ PEQUENO

Téc. Judiciário





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520203159376

Nome original: Decisão - 2020-07-06T203021.198.pdf

Data: 06/07/2020 20:29:56

Remetente:

Robson de Lima Cananea

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Em anexo, PARA CONHECIMENTO desse Juízo, cópia da Decisão proferida no Agravo n.
0806641-79.2020.8.15.0000, interposto contra Decisão lançada no Processo n. 082
3859-34.2020.8.15.2001, em curso nessa Unidade Judiciária.





06/07/2020

Número: **0806641-79.2020.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior**

Última distribuição : **22/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0823859-34.2020.8.15.2001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO (AGRAVANTE)		THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6816777	26/06/2020 11:59	Decisão	Decisão





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Câmara Cível
Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior

AGRAVO DE INSTRUMENTO

(Processo nº 0806641-79.2020.8.15.0000)

RELATOR : João Batista Barbosa, Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador
Luiz Sílvio Ramalho Júnior

AGRAVANTE : Delmir Barbosa Maximiano

AGRAVADO : Seguradora Líder dos Consórcios S/A

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto por **Delmir Barbosa Maximiano** em face da decisão que deferiu parcialmente o pedido de concessão de justiça gratuita, "remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original", com a possibilidade da decomposição do pagamento em três prestações mensais.

Em seu recurso, sustenta que não possui condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família, de modo que é pobre na forma da lei, motivo pelo qual requer o deferimento de medida liminar, a fim de que lhe seja deferida a justiça gratuita.

O processo originário e este são eletrônicos, aplicando-se o art. 1.017, §5º⁰¹ do CPC.

É o relatório.

Decido.

Para o deferimento da antecipação da tutela recursal, faz-se mister a satisfação conjunta dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, nos termos do art. 300² c/c art. 1.019, I,³ do CPC.

Nos termos do art. 98, caput⁴, c/c art. 99, §3º⁰⁵, do CPC, a declaração de insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais, quando firmada por pessoa natural, goza de presunção *juris tantum* de veracidade, a qual, para ser elidida, reclama prova robusta em sentido contrário.

A propósito, eis julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.
1. É relativa a presunção de hipossuficiência, oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, podendo o magistrado indeferir o pedido, caso encontre elementos que infirmem sua miserabilidade.
[...]



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 26/06/2020 11:59:04
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062611590391800000006791579>
Número do documento: 20062611590391800000006791579

Num. 6816777 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ZENILDA DINIZ PEQUENO - 09/07/2020 16:10:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070916102031400000030857193>
Número do documento: 20070916102031400000030857193

Num. 32201336 - Pág. 3

4. Agravo interno a que se nega provimento⁶. (grifo nosso)

No caso, a Exma. Magistrada *a quo* não apontou qualquer elemento de prova, constante dos autos, que pudesse afastar a presunção legal (ID 30109073).

Registre-se que o deferimento do benefício não está atrelado, necessariamente, à renda mensal, posto que a pessoa física pode ter bons rendimentos, constatados objetivamente, e mesmo assim, diante das circunstâncias de cada caso concreto, não dispor de liquidez ou mesmo de margem financeira para fazer frente às despesas do processo.

Neste sentido, eis o magistério da doutrina⁷:

Faz jus ao benefício da gratuidade aquela pessoa com “insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios” (art. 98, CPC).

Não se exige miserabilidade, nem estado de necessidade, nem tampouco se fala em renda familiar ou faturamento máximos. É possível que uma pessoa natural, mesmo com boa renda mensal, seja merecedora do benefício, e que também o seja aquele sujeito que é proprietário de bens imóveis, mas não dispõe de liquidez.

A gratuidade judiciária é um dos mecanismos de viabilização do acesso à justiça; **não se pode exigir que, para ter acesso à justiça, o sujeito tenha que comprometer significativamente a sua renda, ou tenha que se desfazer de seus bens, liquidando-os para angariar recursos e custear o processo.**

A lei não fala em números, não estabelece parâmetros. **O sujeito que ganha boa renda mensal pode ser tão merecedor do benefício quanto aquele que sobrevive a custa de programas de complementação de renda.** (grifo nosso)

De outro lado, a decisão agravada, da forma como prolatada, impõe à agravante ônus que não lhe é devido, implicando na possibilidade concreta de cancelamento da distribuição, com a extinção do processo, caso as custas não sejam recolhidas no prazo assinalado.

Satisfeitos, portanto, os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de antecipação de tutela recursal para garantir à agravante o benefício integral da justiça gratuita, a alcançar todos os atos e fases do processo, observada a cláusula *rebus sic stantibus*.

Comunique-se ao Juízo *a quo*, com cópia desta.

Intime-se o agravado para, querendo, responder ao recurso, no prazo legal, juntando a documentação que entender conveniente, na forma do inciso II⁸ do art. 1.019 do CPC.

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta e independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos para a Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 1.019, III⁹, do CPC.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 25 de junho de 2020.

João Batista Barbosa
Juiz de Direito convocado
Relator

¹§ 5º Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

²Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

³Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

⁴Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 26/06/2020 11:59:04
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062611590391800000006791579>
Número do documento: 20062611590391800000006791579

Num. 6816777 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ZENILDA DINIZ PEQUENO - 09/07/2020 16:10:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070916102031400000030857193>
Número do documento: 20070916102031400000030857193

Num. 32201336 - Pág. 4

5§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

6(AgInt no AREsp 875.178/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016)

7Didier Jr., Fredie. Benefício da justiça gratuita: de acordo com o novo CPC / Fredie Didier Jr., Rafael Alexandria de Oliveira - 6. ed. rev. e atual.- Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

8II - ordenará a intimação do agravado pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, quando não tiver procurador constituído, ou pelo Diário da Justiça ou por carta com aviso de recebimento dirigida ao seu advogado, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso;

9III - determinará a intimação do Ministério Público, preferencialmente por meio eletrônico, quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias.



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 26/06/2020 11:59:04

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062611590391800000006791579>

Número do documento: 20062611590391800000006791579

Num. 6816777 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ZENILDA DINIZ PEQUENO - 09/07/2020 16:10:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070916102031400000030857193>

Número do documento: 20070916102031400000030857193

Num. 32201336 - Pág. 5



Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Nessa data faço conclusão dos presentes autos ao M.M. Juiz de Direito, para os devidos fins.

João Pessoa, 9 de julho de 2020

ZENILDA DINIZ PEQUENO

Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

Juízo do(a) 4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora, ante os documentos juntados.

Tendo em vista a pandemia do Covid-19, que impôs medidas de isolamento social, motivando a edição do Ato Normativo Conjunto nº 006/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, e, a proibição de designação de atos presenciais pelo art.3º da Resolução 314/2020 do CNJ, (renovada pela Resolução 318/2020) bem como em consonância ao princípio da razoável duração do processo (Art. 5º, inciso LXXVIII da CF e art. 4º do CPC) pelo fato de não sabermos até quando perdurarão os efeitos desta pandemia, não se mostra viável, tampouco razoável, a realização da audiência prevista no art.334 do CPC/2015, sob pena de por em risco a saúde das partes, advogados, servidores e magistrados e ainda, obstar a celeridade processual.

Sendo assim, **cite-se**, desde logo, a parte promovida para, em 15 dias, oferecer contestação sob pena dos efeitos do art.344 do CPC e, querendo, proposta de acordo, prosseguindo-se o feito em seus ulteriores e ordinatórios termos.

Posteriormente, caso ocorra necessidade e interesse, poderá ser deferido o pedido de designação de audiência conciliatória.

João Pessoa, 9 de julho de 2020

SILVANA CARVALHO SOARES

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Comarca de JOÃO PESSOA



Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
R SENADOR DANTAS, 74-5 e 6 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Carta Citação

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74-5 e 6 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205



CARTA DE CITAÇÃO/Réu

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A), por seu representante legal, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos dos artigos 334 e 344 do NCPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Obs. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

João Pessoa, 10 de julho de 2020

EDVANIA MORAES CAVALCANTE PROENCA

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20042216530925700000028909028





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0823859-34.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, renovo a expedição da carta de citação retro, haja tê-la encaminhada pelo sistema errado (eletrônico, quando tem que ser pelos correios).

JOÃO PESSOA, 10 de julho de 2020
EDVANIA MORAES CAVALCANTE PROENCA





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Comarca de JOÃO PESSOA



Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
R SENADOR DANTAS, 74-5 e 6 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Carta Citação

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74-5 e 6 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205



CARTA DE CITAÇÃO/Réu

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A), por seu representante legal, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos dos artigos 334 e 344 do NCPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Obs. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

João Pessoa, 10 de julho de 2020

EDVANIA MORAES CAVALCANTE PROENCA

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20042216530925700000028909028



EM ANEXO





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUA
ananda digital



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524430900000031216799>

Número do documento: 20072312524430900000031216799

Num. 32591597 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADBZB690
Recebição por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 9 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: Paraíba 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9040

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928 4

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferindo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Para motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discordo do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a)? ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou ascendentes (pais/avós vivos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Assinatura e
data do
vítima ou
beneficiário
não atestado

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

01/01/2020 - 10:00:00





Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJ
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Ala Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horario de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 9 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: Paraíba 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9070

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928 4

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferendo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Para motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso ocorra do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a)? ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou irmão(s) viúvo(s)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Assinatura e
data do
vítima ou
beneficiário
não autorizados

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

01/01/2020 - 10:00:00





Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJ
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horário de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares	Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 02/12/2019	Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vítima (QT) Com / 01
Tipo de Acidente Col.Traseira	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego Pista Dupla

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 - Pau Brasil - São José do Mipibú / RN- Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. RN
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)	Destino do Condutor Liberado no Local		

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n.º 133 - Alto do Mateus - João Pessoa PB - Tel.(083)988118076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado	Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma		

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma faixa. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva - RG 3595587.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019

VÍTIMA 01

Nome	Sexo	Nascimento	Viajava no Veículo Nº
Delmir Barbosa Maximiano	Masculino	02/01/1987	02
Endereço			
Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros nº 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítima	Conduzida Para	Usava Cinto	Usava Capacete
Condutor	Hospital de Trauma	-	-

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mh/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT.

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

DATA, HORA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINATURA


JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

AMARRAÇÕES

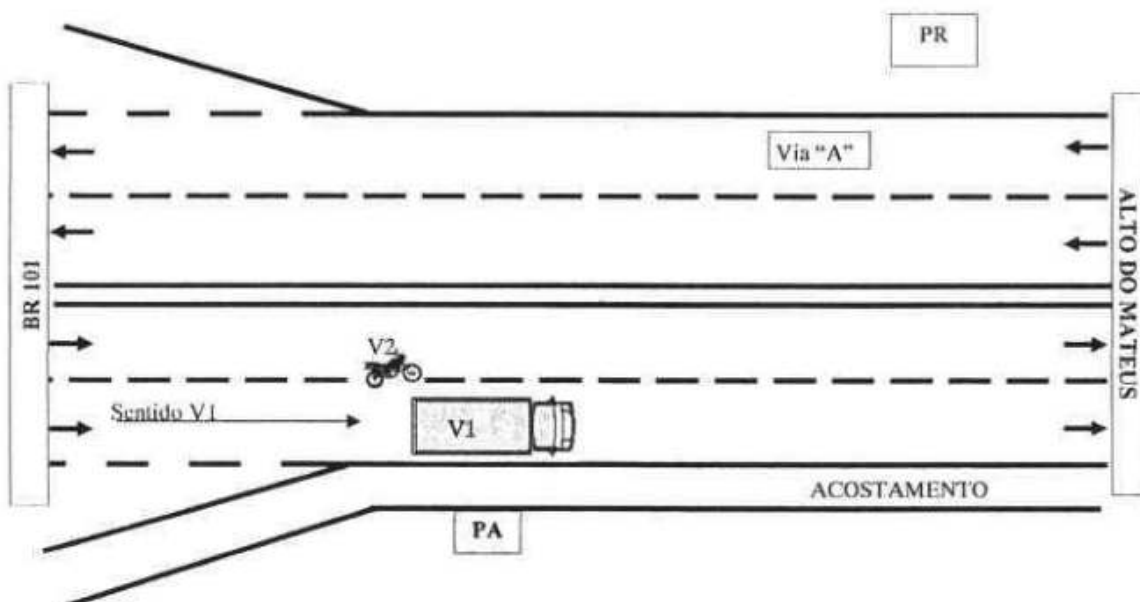
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00 metros

PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)



DIRETIVAS DE TRÂNSITO NÃO OBRIGATÓRIAS - ESCALA

AVARIAS



V1



V2

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

FM: 23112179

ASSINATURA

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: VW / 24. 250 CLC	Placa: OJR 7936 / RN	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
--	--------------------------------	--	----------------------------

CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE

AVARIAS NO ACIDENTE

tem	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
02	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
03	Para choque traseiro danificado.	M		X	
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G		X	
16	Air Bags (se existir)	M		X	

M: Item que individualmente implica em Dano de Média Montagem.

G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Montagem.

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Montagem: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"
Dano de Média Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M
Dano de Grande Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações: DANO DE PEQUENA MONTAGEM

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V2

Marca/Modelo: HONDA / XRE 190	Placa: QSM 1040	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
---	---------------------------	--	----------------------------

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (tríciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)			00	

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0	-> DANO DE PEQUENA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4	-> DANO DE MÉDIA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4	-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento

SATURNAL DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINA:





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



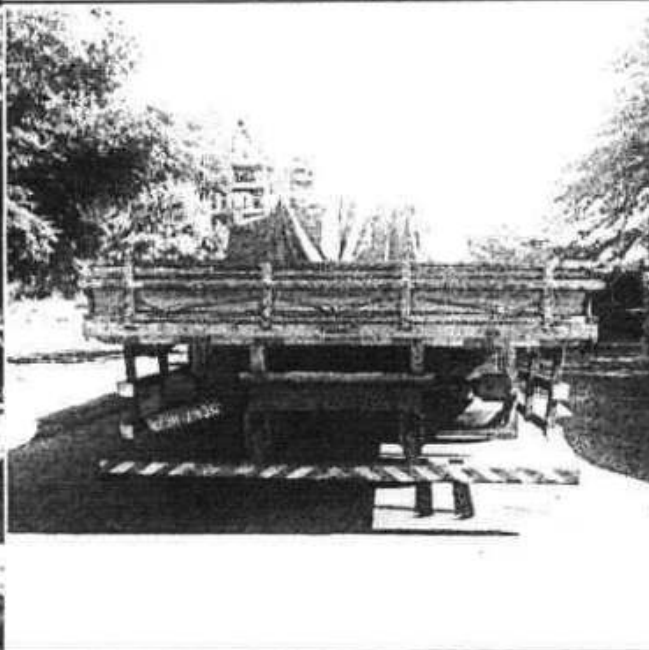
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



ATA: BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/2019

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524467500000031216803>

Número do documento: 20072312524467500000031216803



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPRJ / CPRM)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT

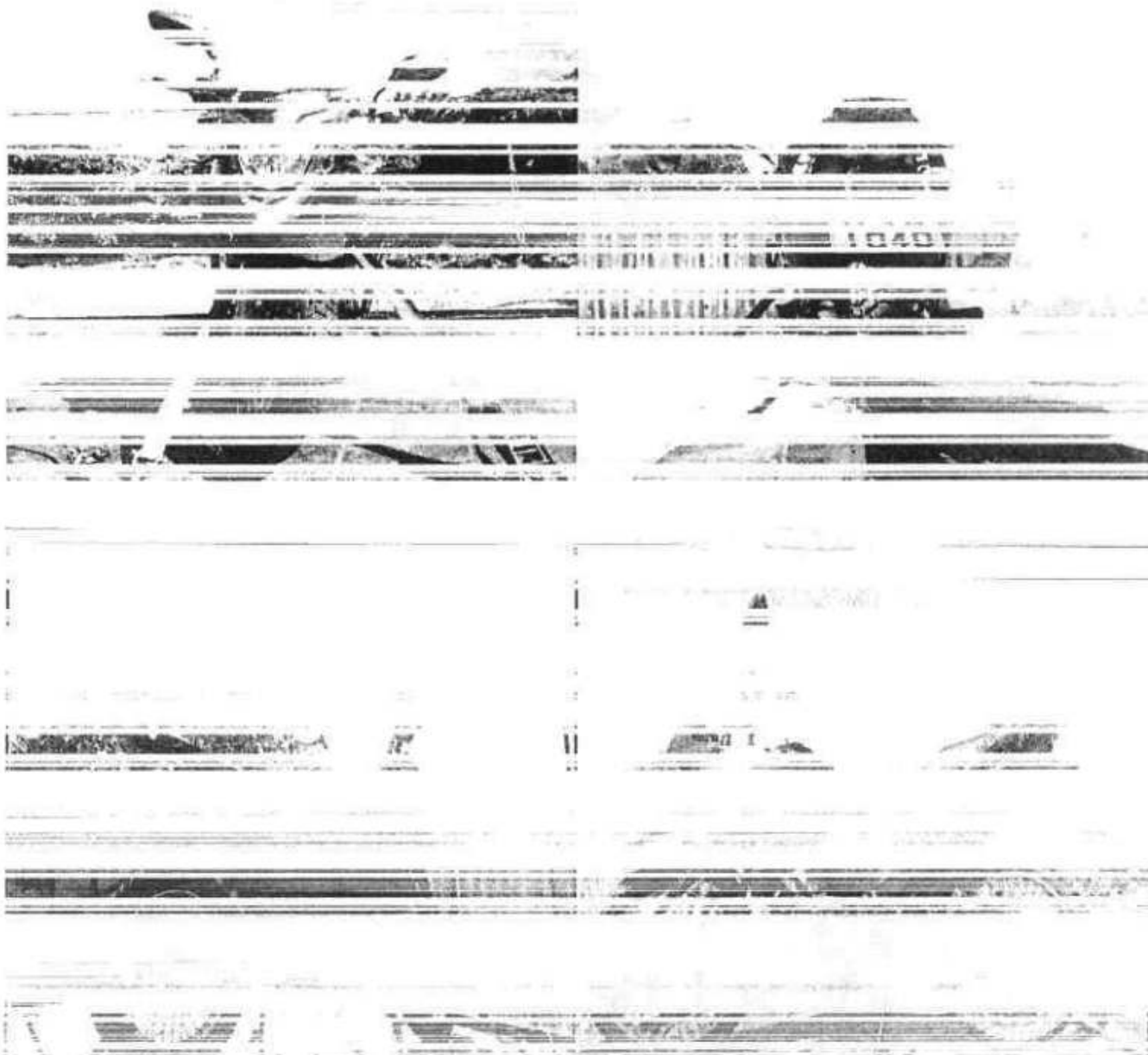


BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V2

ACIDENTE (V2)

TRANSPORTAÇÃO (V2)



Jonas Paulo de S. Soares





POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares	Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 02/12/2019	Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vítima (QT) Com / 01
Tipo de Acidente Col.Traseira	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego Pista Dupla

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 - Pau Brasil - São José do Mipibú / RN- Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. RN
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)	Destino do Condutor Liberado no Local		

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n.º 133 - Alto do Mateus - João Pessoa PB - Tel.(083)988118076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado	Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma		

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma faixa. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva - RG 3595587.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019

VÍTIMA 01

Nome	Sexo	Nascimento	Viajava no Veículo Nº
Delmir Barbosa Maximiano	Masculino	02/01/1987	02
Endereço			
Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros nº 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítima	Conduzida Para	Usava Cinto	Usava Capacete
Condutor	Hospital de Trauma	-	-

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mh/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT.

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

DATA, HORA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19
ASSINADO


JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

AMARRAÇÕES

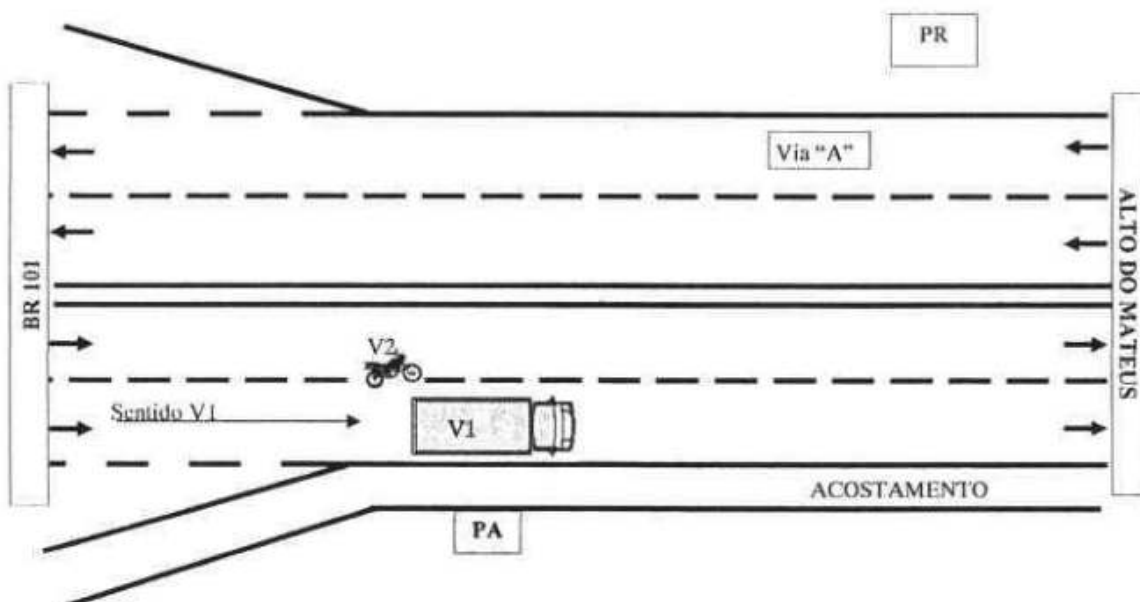
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00 metros

PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)



DIRETIVAS DE TRÂNSITO NÃO OBRIGATÓRIAS - ESCALA

AVARIAS



V1



V2

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

FM: 23112179

ASSINATURA

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: VW / 24. 250 CLC	Placa: OJR 7936 / RN	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
--	--------------------------------	--	----------------------------

CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE

AVARIAS NO ACIDENTE

tem	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
02	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
03	Para choque traseiro danificado.	M		X	
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G		X	
16	Air Bags (se existir)	M		X	

M: Item que individualmente implica em Dano de Média Montagem.

G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Montagem.

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Montagem: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"
Dano de Média Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M
Dano de Grande Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações: DANO DE PEQUENA MONTAGEM

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524467500000031216803>

Número do documento: 20072312524467500000031216803

CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V2

Marca/Modelo: HONDA / XRE 190	Placa: QSM 1040	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
---	---------------------------	--	----------------------------

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (tríciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)			00	

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0	-> DANO DE PEQUENA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4	-> DANO DE MÉDIA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4	-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento

SATURNAL DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINA:





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



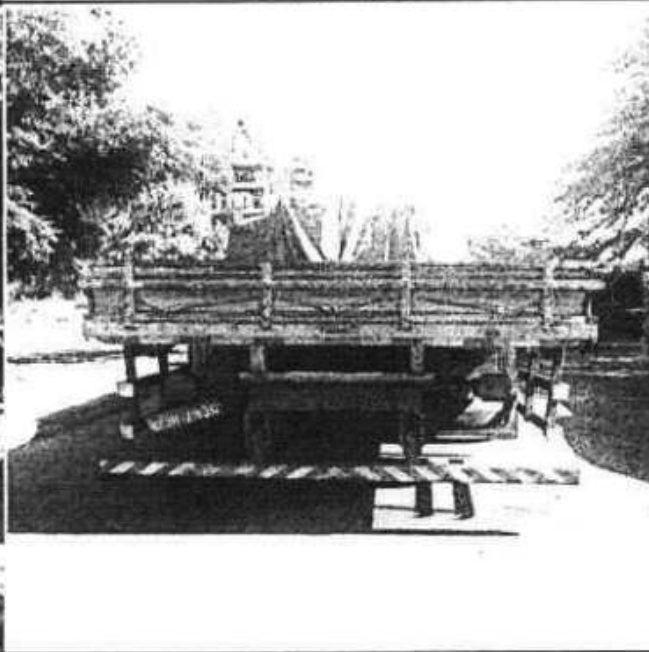
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



ATA: HÁCI DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/2019

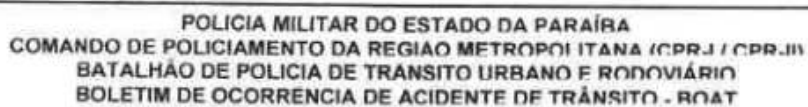
Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524467500000031216803>

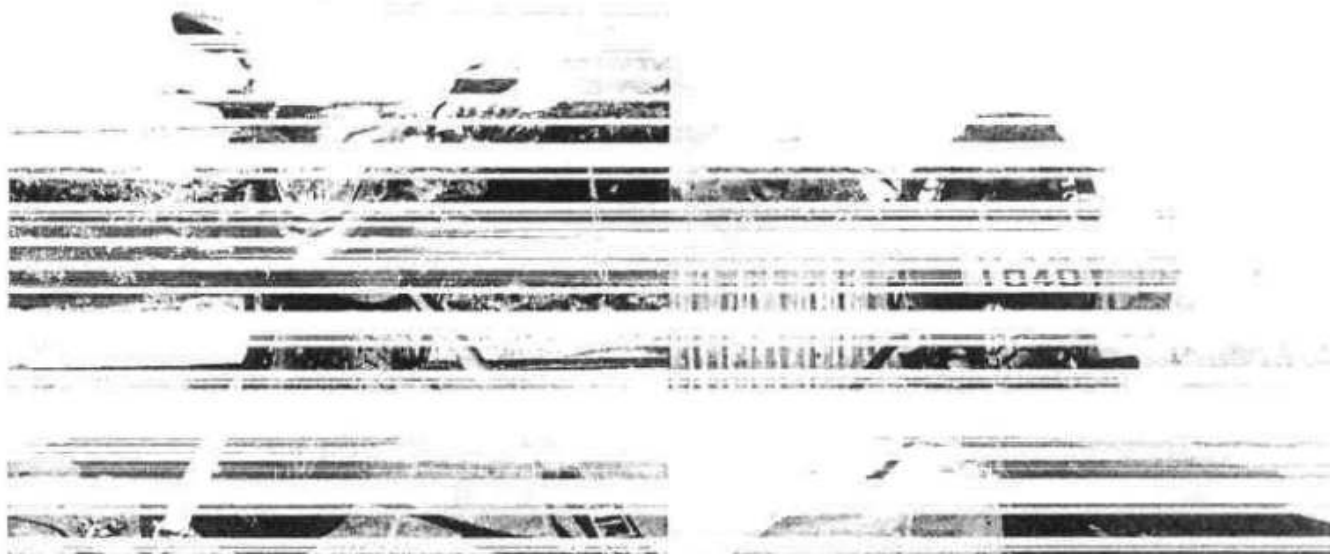
Número do documento: 20072312524467500000031216803



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

F04C09/00

EDENTE (A/S)

$$f = \frac{1}{2} \left(\frac{1}{\sqrt{1 - \beta^2}} + \frac{1}{\sqrt{1 - \beta'^2}} \right) \quad (1)$$


Jonas Paulo de Sá Santos et al.





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 10 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: PB 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9040

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928 4

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferendo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Para motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso ocorra do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou irmão(s) viúvo(s)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Assinatura e
data do
vítima ou
beneficiário
não atestado

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome

CPF

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome

CPF

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FORM. 1000 - 1/2010 (CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012)





Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJP
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horário de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde



CLIENTE: Sr. (

CLIENTE: Sr (a) Defun Barbosa Alex

uniquely.

Atscll

285
CID 572

Parente vítima de assalto
te no bairro. Segundo falar,
foi esse o nome que deu
no seu 1/3 superior comunit.
e 1/3 que se do foneo está
com, mais em 02/12/2019
tendo opor o foneo está
e depois a foneo DT fixado
com foneo em foneo de
fomeo (Eva) e foneo e
fomeo foneo em foneo foneo.

Dr. José Guadalupe L. Nolasco, M.D. UNAM, Instituto de Alimentos y Bioquímica, UNAM, México, D.F. 04500, México
Tel.: (81) 2125 1216. Fax: (81) 3241 4319
CEP: 58040-200, Juan Boscá, Paraíba
Especialista Atropioplastia Total
Cabeza y Cuadril

Obs.: Voltando à consulta, continua a aparecer esta recatada

1999

© 2000 Blackwell Science Ltd

CLIENTE: Sr.(a)

Sent. neuriphrice do
fructu d' e so moun-
tre de apte em seu
reafectos seu con-
dicos de se desloca-
di esse paco. 17 e
perico mofica pro-
nte mofica. S. P. 17-6
de ampar por paco-
de 04/12/2019 mofica
partir d' d' de 04/12/2019
A R 02/12/2019

Obs.: Voltando à consulta
quarta-feira esta semana.

1000

THE JOURNAL OF THE

© 1999 Apple Computer, Inc. All rights reserved.

© 1998 Blackwell Science Ltd

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 320 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.016-570 - CNPJ: 09.123.054/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEI S JOAO PESSOA PB 58090- 232

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y16N0P0453	01/10/2016	EXT.MU.4.0116.5.00	LIGADO		LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS		PRÓXIMA LEITURA		
291	298	7	30		11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT./QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
NOV/2019	10	PARAMETROS EXIG.		ANALIS.		CONFORMES	
OUT/2019	8	TURBIDEZ		268	288	279	
SET/2019	8	CLORO		268	288	288	
AGO/2019	9	COL. TERMOT		0	0	0	
JUL/2019	9	COR		73	145	139	
JUN/2019	8	COL. TOTAIS		268	288	274	
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

04/01/2020

Total a Pagar:

R\$ 68,24



Recibo do Sacado 905540810100013821610101



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF/CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções

Intermediado por:

ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.					Vencimento 30/01/2020
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ					Agência Código Beneficiário 3962-4 / 0554081
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Espécie doc. DM	Aceite N	Data processamento 10/01/2020	Nosso número 010001382161 6
Carteira 101	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento		(=) Valor documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Intermediado por: ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20 Ref. Mensalidade 01/2020 Após o vencimento cobrar: Juros de 1% ao mês. Multa de 2%.					(-) Desconto
					(-) Outras deduções / Abatimentos
					(-) Mora / Multa / Juros
					(-) Outros
					(=) Valor Pago
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402					

Sacador Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524467500000031216803>

Número do documento: 20072312524467500000031216803

Num. 32591851 - Pág. 26

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 320 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.016-570 - CNPJ: 09.123.054/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEI S JOAO PESSOA PB 58090- 232

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y16N0P0453	01/10/2016	EXT.MU.4.01165.000	LIGADO		LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS		PRÓXIMA LEITURA		
291	298	7	30		11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT./QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
NOV/2019	10	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
OUT/2019	8	TURBIDEZ		268	288	279	
SET/2019	8	CLORO		268	288	288	
AGO/2019	9	COL. TERMOT		0	0	0	
JUL/2019	9	COR		73	145	139	
JUN/2019	8	COL. TOTAIS		268	288	274	
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019 HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

04/01/2020

Total a Pagar:

R\$ 68,24



Recibo do Sacado 905540810100013821610101



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF/CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções

Intermediado por:

ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.					Vencimento 30/01/2020
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ					Agência Código Beneficiário 3962-4 / 0554081
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Espécie doc. DM	Aceite N	Data processamento 10/01/2020	Nosso número 010001382161 6
Carteira 101	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento		(=) Valor documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Intermediado por: ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20 Ref. Mensalidade 01/2020 Após o vencimento cobrar: Juros de 1% ao mês. Multa de 2%.					(-) Desconto
					(-) Outras deduções / Abatimentos
					(-) Mora / Multa / Juros
					(-) Outros
					(=) Valor Pago
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402					

Sacador Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/07/2020 12:52:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072312524467500000031216803>

Número do documento: 20072312524467500000031216803

Num. 32591851 - Pág. 28

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02,
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Delmir Barbosa Maximiano inscrito
(a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, do sinistro de DPVAT cobertura Intabulação da Vítima
Delmir Barbosa Maximiano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Luzia Pedreira</u>		Número <u>1500</u>	Complemento
Bairro <u>Custo Redentor</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58071-530</u>
Email <u>thabletiao096@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular(DDD) <u>(83)98872-9070</u>

João Pessoa, 24 de Janeiro de 2020
Local e Data

Thais Emanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02,
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Delmir Barbosa Maximiano inscrito
(a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, do sinistro de DPVAT cobertura Intabulação da Vítima
Delmir Barbosa Maximiano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Luzia Pedroni</u>		Número <u>1500</u>	Complemento
Bairro <u>Custo Redentor</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58071-530</u>
Email <u>thabletiao096@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular(DDD) <u>(83)98872-9070</u>

João Pessoa, 24 de Janeiro de 2020
Local e Data

Thais Emanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante




CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Severino Ramos Nascimento

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 18:22:45
N. Acesso...: 777916

EXAME: RX PERNA DIREITA

- Aumento de densidades de partes moles.
- Importante fratura do terço proximal da tibia.


Dr. Antonio Gualberto Chianca
CRM. 1182

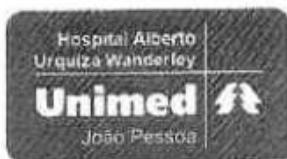


HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 10:06 MTEC:
CONT: 777916



DIR





HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916

DIR





Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469
R. 50 - Rua da Amizade - 50000-000
João Pessoa - Paraíba (CEP 58040-300)
Fone: (33) 3210-0216
Fax: (33) 3210-0216

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso....: 779679

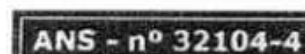
EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



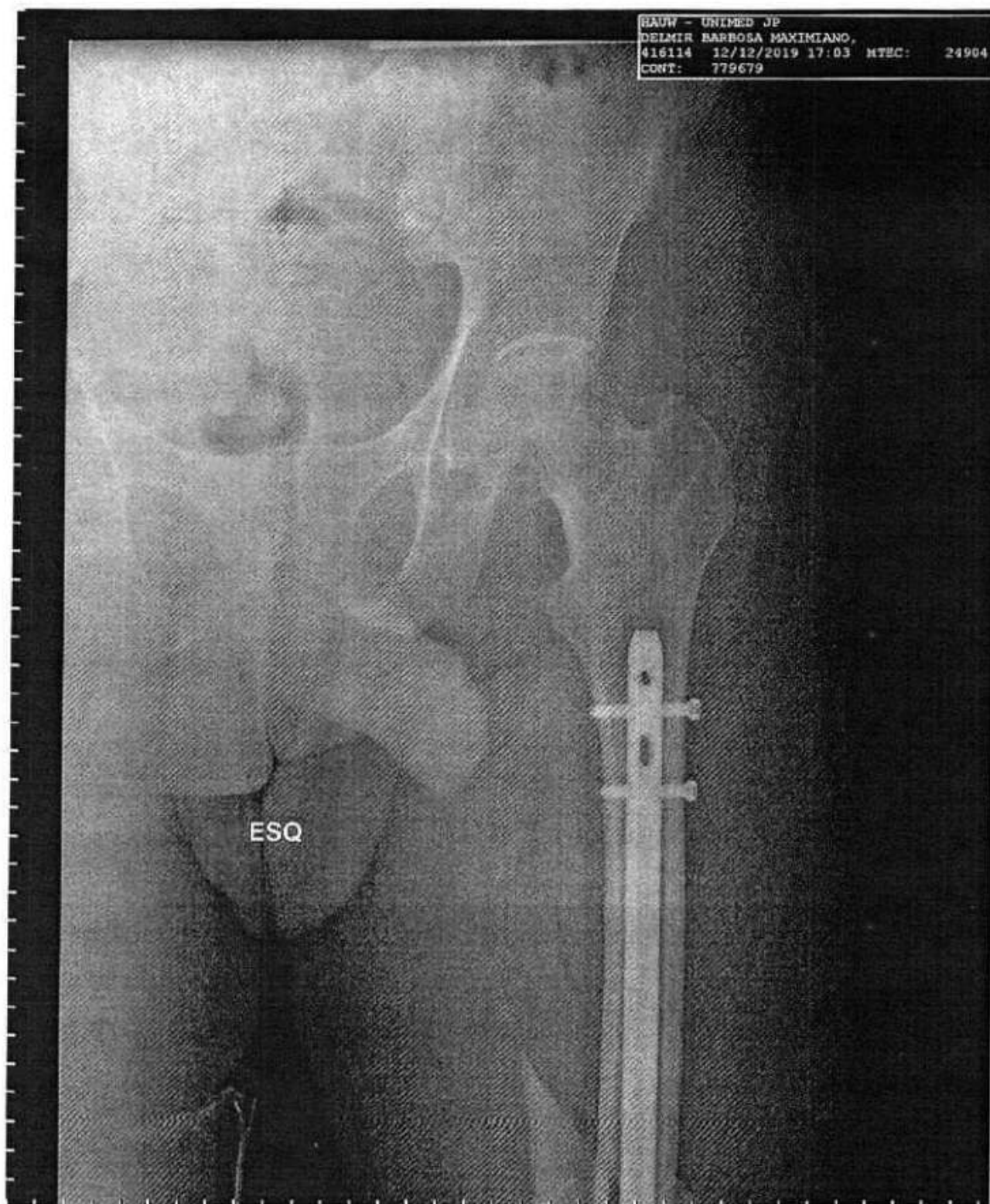
Cooperativismo e desenvolvimento sustentável
Roberto Rodrigues



COD 300546









At: 02/01/2019 - 15h 30min - Dr. Antonio Carlos
02/01/2019 - 15h 30min - Dr. Antonio Carlos
02/01/2019 - 15h 30min - Dr. Antonio Carlos
02/01/2019 - 15h 30min - Dr. Antonio Carlos

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:17:38
N. Acesso...: 780193

EXAME: RX joelho direito

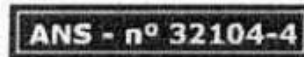
- 1- Estrutura óssea normal.
- 2- Controle de redução cirurgica de fratura complexa na tibia proximal

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Membro da Aliança
Cooperativa Internacional

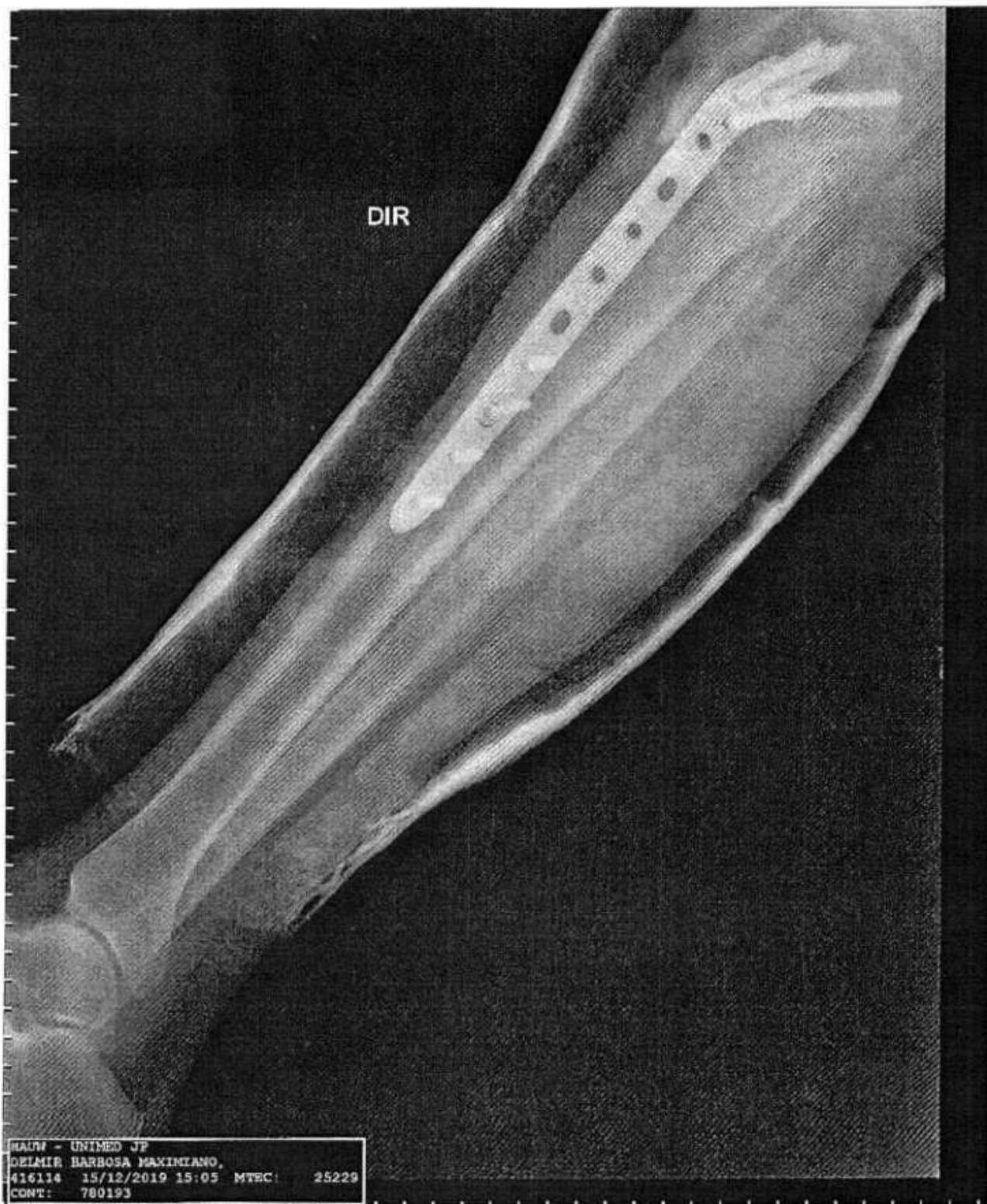
Unimed João Pessoa - Unimed João Pessoa - Unimed João Pessoa
Roberto Rodrigues



COO 000545







CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA


Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Marcio Gomes Ferreira

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 16:08:33
N. Acesso...: 777868

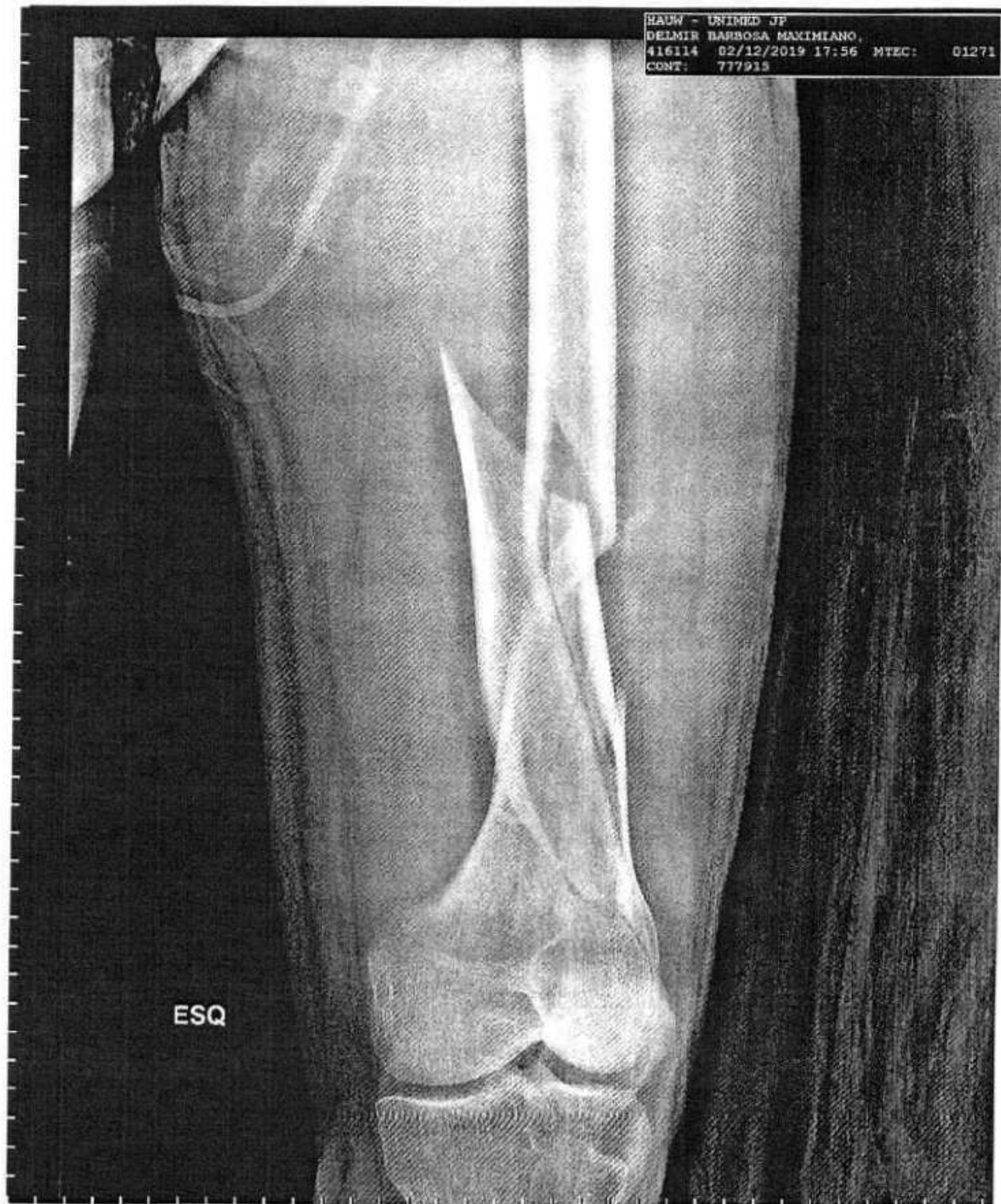
EXAME: RX FÊMUR ESQUERDO

- Fratura do terço inferior do fêmur esquerdo.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo Médico Radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda (A.G.V.C.).


Dr. Antonio Gualberto Chianca
CRM 1182



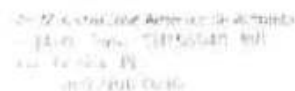


HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ







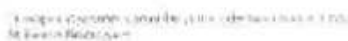
Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:19:49
N. Acesso...: 780192

1- Estrutura óssea normal.

- 2- CONTROLE de redução cirúrgica de fratura da tíbia proximal direita mostrou procedimento Adequado
Aumento de partes moles.

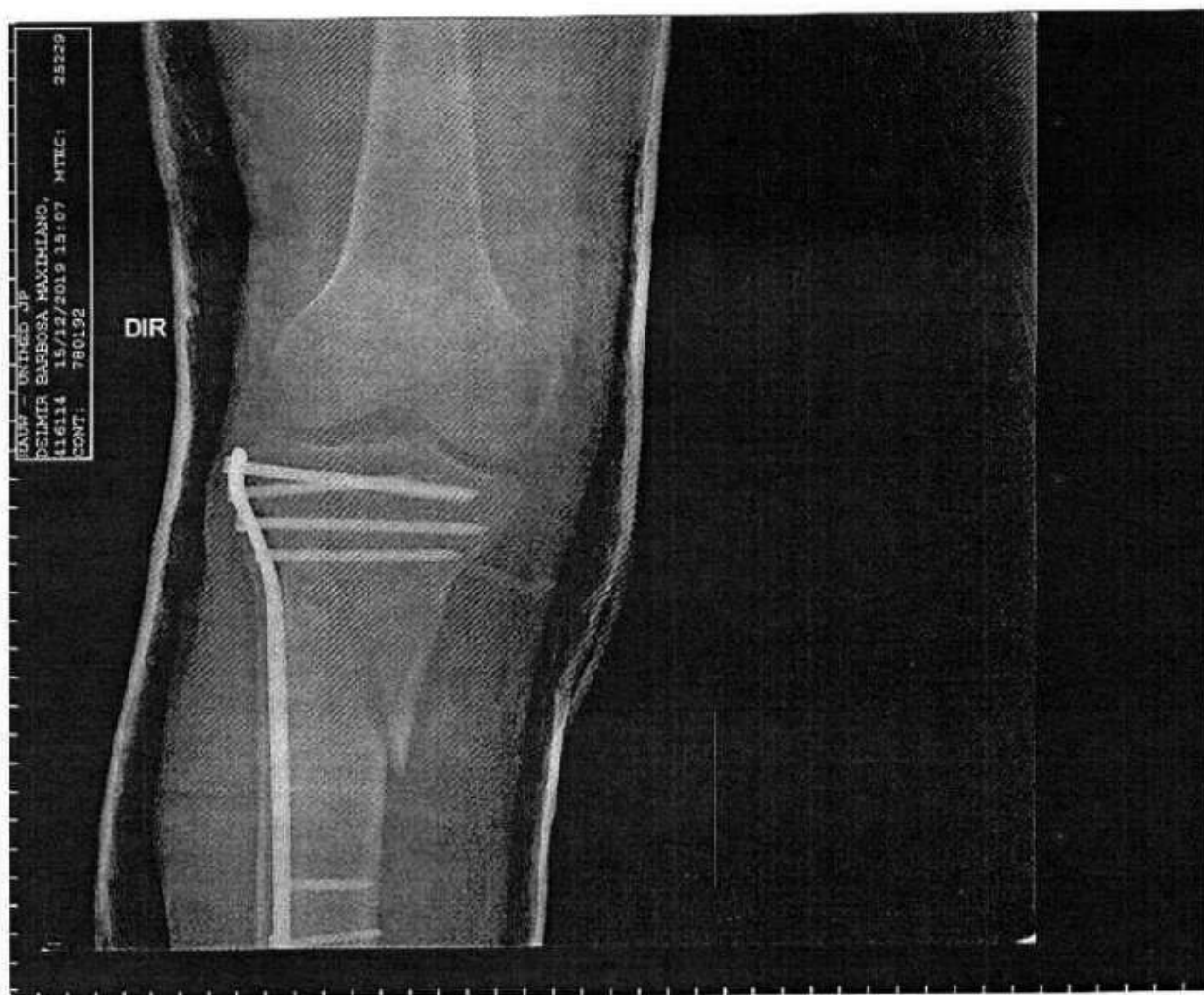
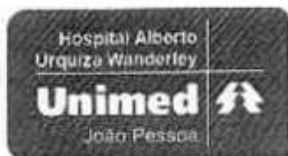
Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



ANS - n° 32104-4

200 30549









Av. Ministro João Américo de Aguiar, 154
- 1450 - Torre - CEP 58040-300
João Pessoa - PB
(83) 2106-0315

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente..... Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.... 2093034
Mãe.....
Convênio..... INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante..... Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct... 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso.... 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469

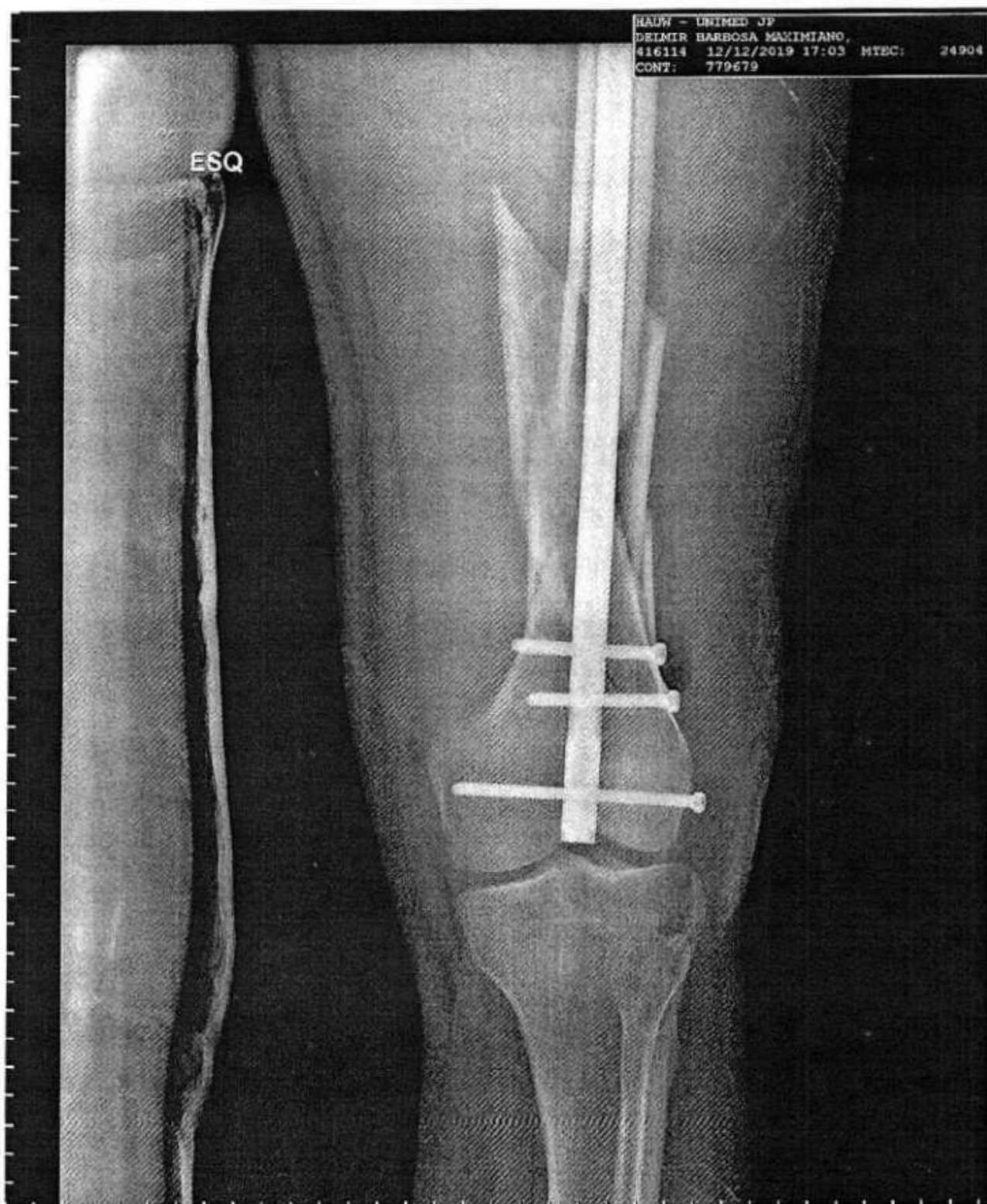


Cooperativismo é o caminho para o desenvolvimento e paz
no Brasil e no Mundo

ANS - nº 32104-4

COD: 000545





HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 12/12/2019 17:03 MTEC: 24904
CONT: 779679

ESQ





HAUW - UNIMED JF
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



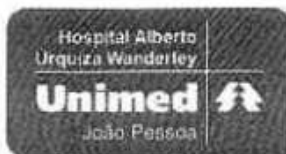
Hospital Alberto
Urquiza Wanderley

Unimed 
João Pessoa

RAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:55 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ





HADW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



ESQ





CLIENTE: Sr(a)

Deleuz Barbosa Mexi

uniao.

Ats. L.

CID 572
582

Paciente vítima de acidente no trabalho sob o braço direito no seu 1/3 superior comunitário e 1/3 inferior do fêmur esquerdo com umidade em 02/12/2019 tendo ocorrido o ferimento e depois a fratura do fêmur com fratura intra-medular e fratura (Cava) e placa e parafusos na tibia. Apr.

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 540

ANS Nº 321054

CLIENTE: Sr(a)

Sentiu neuropatia do fêmur DF e se movimenta de após esse tempo necessitou de seu corpo direito de se deslocar de casa para o período médico para este momento de amparar por período de 04/quinze meses a partir desta data e ser

At R 02/12/2019

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 540

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

ANS Nº 321044

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 540

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

ANS Nº 321044

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 540

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Dr. José Guilherme de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

ANS Nº 321044

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CONSTITUCIONAL DE 1988
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 E VEÍCULOS NACIONAIS DE TRAFEGO DE VEÍCULOS

P B

NOME
 EDIMIR BARBOSA MAXIMIANO

DOC. IDENTIDADE / CRLV - RENOV. DE
 2501221 SSP PB

CNH
 064-963.594-90 DATA INSCRIÇÃO
 02/01/1987

FUNÇÃO
 DALVANCE BARBOSA
 MAXIMIANO
 JOSETE DE MORAIS
 MAXIMIANO

SEXO
 Masculino FEM
 ALT.
 1,70m 1,60m 1,50m

Nº MOTOR
 05542464300

VALIDADE
 15/01/2022

1ª EMISSÃO
 18/07/2012

VALIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1660674602

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1660674602

OBSERVAÇÕES

Suelio B. Moreira Torres
 DIRETOR DE REGISTRO

LOCAL
 JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
 28/06/2018

João P.
 ASSINATURA DO TITULAR

00946561515
 PBO37451901

PARAÍBA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 AMPLIAÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

PARA: SMOANDREIA MOREIRA CARDOSO

IDENTIFICAÇÃO / IDENTIFICATION

CPF: 036.731.604-03 DATA DE NASCIMENTO: 22/06/1984

NOME: JORGE CARDOSO DA SILVA
 FILADO: ASSIDA MARIA MOREIRA CARDOSO

PROFISSÃO: [REDACTED] SEXO: [REDACTED] COR: [REDACTED]

DATA DE EMISSÃO: 03/01/2020 DATA DE VALIDADE: 22/01/2025

1631797943

PROFISSÃO: [REDACTED]

DATA DE EMISSÃO: 03/01/2020 DATA DE VALIDADE: 22/01/2025

PARAIBA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 AMPLIAÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

PARAIBÁ

JOSE EMANUELLER MOREIRA CARDOSO

IDENTIFICAÇÃO / IDENTIFICATION

Nome: JOSE EMANUELLER MOREIRA CARDOSO
 Filiação: JOSE CARDOSO DA SILVA
 Data de Nascimento: 22/06/1984
 Sexo: M
 Estado Civil: S
 Profissão:
 Data de Emissão: 03/01/2020
 Data de Validade: 22/01/2025

1631797943

PARAIBÁ



PB Nº 014335363453 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO		DATA EMISSÃO	
2018		04/01/2019	

VIA	CNPJ / CNPJ	MARCA / MODELO	PLACA
1	06496359490	HONDA / XRE 190	QSM1040/PB

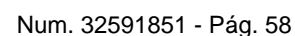
NÚMERO	ANO FIAN	CE. INF.	IP. CLASSE
01177353803	2018	9	9C2MD4100KR003136

PRÊMIO TARIFÁRIO		QUANTO DO SEGURO (R\$)
Franquia	UBIQUITUM (R\$)	*****
*****	*****	*****
QUANTO DO SEU TE. (R\$)	IP. (R\$)	TOTAL A SER PAGO (COBRANÇA R\$)
*****	SEGURO	P A G O
INSSORTEMENTO	INDEVIDADO	DATA DE QUITACÃO
		02/01/2019

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.258.666/0001-04

7003781-1244251-20190104

8102-2018





NOTIFICAÇÃO DE AUTO LANÇAMENTO DO IPVA

NOTIFICAÇÃO Nº 00132867/2019

EMISSÃO: 05/02/2020

DADOS VEÍCULO

Chassi: 9C2MD4100KFR003136

Renavatt: 01177353803

ENDEREÇO: R TARCISIO RIBEIRO DA COSTA, 2 - ALTO DO MATEUS, JOAO PESSOA - PB CEP: 58090-200

DADOS CONTRIBUINTE / PROPRIETARIO

CPF/CNPJ: 064.963.594-80

NOME/RAZAO SOCIAL: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Fica o proprietário NOTIFICADO a recolher o crédito tributário, abaixo lançado, até a data do vencimento. Destaque-se que não havendo a regularização do débito em tela, poderão ser adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, como ajustamento de preço de execução fiscal, inscrição nos órgãos de proteção ao crédito e/ou protesto do título em Cartório.

Lancamento Original:

Identificação do Imóvel	Referência	Vencimento	Valor Principal	Valor Integral	Valor Total
Processo Número	Recada				
4716300731	301	12/2019	328,00	0,00	328,00
TOTAL GERAL:			328,00	0,00	328,00

Demonstrativo de Cálculo do PVA 2019

85640000003-5 75650253202-8 00207421658-7 07910301009-0

CONTINUTUL BILANULUI DE PLATITIVITATE LA 31.12.2012	
Activitatea de Capital	PVA + Valorile Bunei De Credință + Altele
Valoarea Bunei de Credință	13.152,00
Valoarea Altele	2,60
Valoarea PVA	328,90

TECH SERVICES ACCTE TOLL FREE 36622
CNR# 664094 L34110006 P# 1006633
66-42/2426 BAKED DO BRUILL 09/29/43
27776175 CODE SPONCITE BAKCNOID 0877

CONTRACT WHITE PHARMACEUTICALS CORP CO., BARCELONA

COMMENTS: SEE IP#4

87316101110
NR. DOCUMENTO
NR. CONVENIO
DATA DO PAGAMENTO
VLR DO PAGAMENTO


30.06.2 053
110.554,6
06/02/2000
375,55

NR. AUTENTICADOR 6 044 534 205 856 678



Emissão Boletos Licenciamento

--- Impidmír Boletos ---

 DETRAN-PR Departamento Estadual de Trânsito da Parálba		DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS		Usuário
Nome: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO		CPF/CNPJ: 06486339490	Nss/número: 2020028530049243	
Placa: QSM1048	Classif: BC2MD4100KR003138	Código Rotatvan: 1177353803	Data Vencimento: 28/02/2020	Data Emissáo: 11:41:16
Descrição do Débito: LICENCIAMENTO 2020 BOMBEIRO 2020 SEG. OBRIGATORIO 2020			Valor Documento: 180,01	Multas: <div> 154,53 23,18 12,30 </div>

Na Estrada da vida, não de carroa para a dengue nem para a zika.

05/02/2020 11:41:16

Nome: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO				CPF/CNPJ 06496339480		Usuário/DETRAN	
Placa QSM1040				Nosso Número 2020020530049243			
Chassi WCAZMD04100KR003138		Código Renavan H177353803		Data Vencimento 29/07/2020		Data Emissão 05/07/2020	
				Valor Documento 190,01			
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA							

RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL			
Taxas	154,53	Multas	0,00
Seguro	12,30	Bônus	23,18
Contrib. Confed/Sindicato		0,00	

Renovações:	
-------------	--

ITEM 00000000 ACENTE 011500 AUTE 38622
CDBR00000000 L001000000 P010000000
06/02/2009 BANC0 00 000011 000 581 02
227736175 CDBR00000000 BANC000 0075
CORPORATIVE PRODUCTIONS CON COO. AMEM
CONCITO- DEISEN P. AP. CDBR00000000
065500000000000000000000 002200000000
206300000000000000000000
NO. DOCUMENTO 30. INC. 453
NO. CONCITO 100. 441. 6
DATA DO PAGAMENTO 06/02/2009
VLR DO PAGAMENTO 150. 01
NO. AUTENTICACAO 0 250. CDB. 377. 689. 000



SINISTRO 3200042885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF/CNPJ: 06496359490

Posição em 27-01-2020 10:56:33

O pedido de indenização do Seguro DPVAT está em fase de cadastramento. A documentação está a caminho da digitalizadora e depois será analisada pela equipe técnica da seguradora.

O prazo regulamentar para conclusão da análise é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando o processo neste site.



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** casado
PROFISSÃO: tecnista distribuidor **Nº DO RG:** 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 28/08/2018
Nº CPF: 064.963.594-90 **ENDEREÇO:** Desempenhador Manoel
Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Mateus, CEP: 58090-230
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thais Emmanuelli Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** divorçada
PROFISSÃO: estudante **Nº DO RG:** 2831164/59P/PB - 04279615
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 05/01/2018 71
Nº CPF: 056.334.594-02 **ENDEREÇO:** Rua Luzia, 1405A,
nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de Januário de 20 20.

 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
R. Presidente Epitácio Pessoa 1540 - Bairro São Cristóvão - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - Tel. (31) 3364.944 - Fax (31) 3364.944

Reconheço por Autenticidade a assinatura de:
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
- a qual compareceu com o padrão registrado nessa servente, dou fe
Em Teste João Pessoa, nove de Janeiro de dois mil e vinte
da verdade

Ueslley Pinto Oliveira da Alencar, Escrevente - (Cód. 1, Total: 13 06)

Selo Digital de Fiscalização: Tipo AUP25500-9CC9

Confira os dados do selo em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>




PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** Casado
PROFISSÃO: tecnista distribuidor **Nº DO RG:** 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 28/08/2018
Nº CPF: 064.963.594-90 **ENDEREÇO:** Desembargador Manoel
Taigy Quirino Mello Filho, 133, Alto do Mateus, CEP: 58090-230
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thais Emmanuelli Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** divorçada
PROFISSÃO: estudante **Nº DO RG:** 2631164/59P/PB - 04279615
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 05/01/2018 71
Nº CPF: 056.334.594-02 **ENDEREÇO:** Rua Luzia, 1405A,
nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de Januário de 20 20.
 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
R. Presidente Epitácio Pessoa 1540 - Bairro São Cristóvão - 58090-230 João Pessoa/PB - CEP 58090-230 - Tel. (31) 3364.944 - Fax (31) 3364.944

Reconheço por Autenticidade a assinatura de:
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
- a qual confere com o padrão registrado nessa servente, dou fe
Em Teste João Pessoa, nove de Janeiro de dois mil e vinte
da verdade

Ussílio Pinto Oliveira da Alencar, Escrevente - (Cód. 1, Total: 13 06)
Selo Digital de Fiscalização: Tipo AUP25500-9CC9
Confira os dados do selo em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0055950/20

Vítima: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 064.963.594-90

CPF de: Próprio

Data do acidente: 02/12/2019

Titular do CPF: DELMIR BARBOSA
MAXIMIANO

Seguradora: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO : 056.331.454-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO : 064.963.594-90

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 11/02/2020
Nome: THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO
CPF: 056.331.454-02

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 11/02/2020
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA
CPF: 105.999.304-03

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0036068/20

Vítima: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 064.963.594-90

CPF de: Próprio

Data do acidente: 02/12/2019

Titular do CPF: DELMIR BARBOSA
MAXIMIANO

Seguradora: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO : 056.331.454-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO : 064.963.594-90

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/01/2020
Nome: THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO
CPF: 056.331.454-02

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/01/2020
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA
CPF: 105.999.304-03

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08238593420208152001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/12/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/12/2019**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro. Em razão disto, a parte Autora teve seu requerimento administrativo cancelado.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial diante da ausência do boletim de atendimento médico.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Informa a Seguradora Ré Exa., que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão de mora do pagamento do Seguro DPVAT. Veja Exa., perceba que até a presente data, não houve o pagamento do seguro obrigatório referente ao ano civil do acidente, 2019, ou seja, inadimplente à data do alegado sinistro ocorrido no dia 02/12/2019, vejamos:

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
 Documentos Invalidez Permanente
 Documentos Morte
 Dicas Indispensáveis

Sua busca por placa: QSM1040 UF: PB CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2020	R\$12,30	Quitado	
Data Pagamento Valor Pago 11/02/2020 R\$12,30			
2018	R\$19,27	Quitado	
Data Pagamento Valor Pago 07/01/2019 R\$19,27			

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 22 de julho de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08238593420208152001.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DOCUMENTAÇÃO JUNTADA NA CONTESTAÇÃO



Segue em anexo decisão de agravo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520203218377

Nome original: 0806641-79.2020.8.15.0000.pdf

Data: 06/08/2020 16:59:09

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Em anexo, PARA CONHECIMENTO desse Juízo, cópia da Decisão proferida no Agravo n.
0806641-79.2020.8.15.0000, interposto contra Decisão lançada no Processo n. 082
3859-34.2020.8.15.2001, em curso nessa Unidade Judiciária.





06/08/2020

Número: **0806641-79.2020.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior**

Última distribuição : **22/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0823859-34.2020.8.15.2001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO (AGRAVANTE)		THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7318024	05/08/2020 08:25	Decisão	Decisão





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Câmara Cível
Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior

AGRAVO DE INSTRUMENTO (Processo nº 0806641-79.2020.8.15.0000)

RELATOR: João Batista Barbosa, Juiz Convocado Para Substituir O Desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior

AGRAVANTE: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

AGRAVADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto por DELMIR BARBOSA MAXIMIANO em face da decisão que deferiu parcialmente o pedido de concessão de justiça gratuita, “remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original”, com possibilidade da decomposição do pagamento em três prestações mensais.

Em seu recurso, sustenta que não possui condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família, de modo que é pobre na forma da lei, motivo pelo qual requer o deferimento de medida liminar, a fim de que lhe seja deferida a justiça gratuita.

Antecipação de tutela concedida (ID 6816777).

Contrarrazões não ofertadas (ID 6952110).

A causa não comporta intervenção do Ministério Público.



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 05/08/2020 08:25:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080508253762300000007291522>
Número do documento: 20080508253762300000007291522

Num. 7318024 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: NATALICIO EVANGELISTA DOS SANTOS NETO - 07/08/2020 18:39:45
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080718394509600000031620778>
Número do documento: 20080718394509600000031620778

Num. 33030482 - Pág. 3

É o relatório.

DECIDO.

O recurso deve ser monocraticamente provido.

Conforme dispõe o art. 98, *caput* [III](#), c/c art. 99, §3º [I](#), do CPC, a declaração de insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais, quando firmada por pessoa natural, goza da presunção *juris tantum* de veracidade, a qual, para ser elidida, reclama prova robusta em sentido contrário.

No caso concreto, o Juiz *a quo* proferiu a seguinte decisão a respeito do pedido de Gratuidade Judicial:

“CONCEDO PARCIALMENTE A JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 5% do valor original.

Permito ainda à parte, caso assim solicite, a possibilidade de parcelamento do valor em até 3 (três) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015), devendo comprovar o pagamento da primeira parcela em 5 dias”.

Ora, o deferimento do benefício não está atrelado, necessariamente, à renda mensal, posto que a pessoa física pode ter bons rendimentos, constatados objetivamente, e mesmo assim, diante das circunstâncias de cada caso concreto, não dispor de liquidez ou mesmo de margem financeira para fazer frente às despesas do processo, não estando ainda obrigada a se desfazer dos seus bens para intentar uma ação judicial.

Ademais, a redução e/ou parcelamento das custas iniciais podem causar a falsa impressão de redução do ônus que recai sobre as custas de um processo, mas apenas representa uma das várias despesas abrangidas no pedido de gratuidade - §1º do art. 98 do CPC.

Registre-se, ainda, que das provas juntadas aos autos não se pode depreender objetivamente que o recorrente possui capacidade de adimplir com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 05/08/2020 08:25:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080508253762300000007291522>
Número do documento: 20080508253762300000007291522

Num. 7318024 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: NATALICIO EVANGELISTA DOS SANTOS NETO - 07/08/2020 18:39:45
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080718394509600000031620778>
Número do documento: 20080718394509600000031620778

Num. 33030482 - Pág. 4

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso** para deferir o benefício da justiça grati

Comunique-se a decisão ao Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

João Pessoa, 03 de agosto de 2020.

João Batista Barbosa

RELATOR

[1] Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da

[2] Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA BARBOSA - 05/08/2020 08:25:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080508253762300000007291522>
Número do documento: 20080508253762300000007291522

Num. 7318024 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: NATALICIO EVANGELISTA DOS SANTOS NETO - 07/08/2020 18:39:45
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080718394509600000031620778>
Número do documento: 20080718394509600000031620778

Num. 33030482 - Pág. 5



Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé que, que em consonância com o parágrafo 4º do art. 152, inciso IV do NCPC c/c Provimento da CGJ nº 04/2014, publicado no Diário da Justiça de 01.08.2014, expeço o presente **ATO ORDINÁRIO**, fazendo a intimação da parte autora para impugnar a contestação, no prazo de 15 dias, bem como a intimação das partes para especificarem, em 10 dias, as provas que pretendem produzir em instrução, justificando sua necessidade e pertinência, advertindo de que não serão aceitas justificativas genéricas, de modo que os fatos, a serem demonstrados com as provas requeridas, devem ser mencionados no requerimento.

Advogado: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO OAB: PB19496 Endereço: desconhecido

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

João Pessoa, 18 de fevereiro de 2021

EDVANIA MORAES CAVALCANTE PROENCA

Técnico Judiciário



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08238593420208152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais que se coadunem com o Convênio de Nº 015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 2 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 04/03/2021 12:43:32
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030412433255100000038307981>
Número do documento: 21030412433255100000038307981

Num. 40213091 - Pág. 2

Em anexo.



Menezes & Rodrigues
Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL – PB.

Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, qualificada nos autos da AÇÃO DE REVISÃO SEGURO DPVAT, movida contra LÍDER SEGURADORA DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificada na exordial, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, tempestivamente, por intermédio de seu bastante procurador e advogado, assinados “in fine”, nesta oportunidade APRESENTAR IMPUGNAÇÃO, e para tanto, expõe e finalmente espera confiantemente no amplexo da pretensão deduzida pelos abaixo delineados:

Douto Julgador, vem o impugnante neste momento manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados pela pessoa jurídica promovida e preliminares, e para tanto, passa a parte autora/impugnante a suscitar o seguinte.

DO MÉRITO:

a) DO ONUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR – INTELIGENCIA DO ART. 373, I DO CPC

Nobre magistrado tenta a todo custo se alforriar a seguradora ora ré, posto levantar matéria já devidamente comprovada nos autos, seja pela documentação acostada, ou seja, pelos documentos médicos anexados, os quais comprovaram que as lesões do impugnante se deram em consequência do acidente informado.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

Ademais tenta misturar e confundir a ré o juízo processante, mormente enfatiza ter pago o valor devido a título indenizatório, todavia o grau de lesão mostra quantificação diversa, logo tendo pago valor inferior ao devido, bastando para tanto se inferir nos documentos que guarnecem o pleito.

b) DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE

Mais uma vez a ora impugnada tenta a todo custo obstar o acesso à justiça por parte do impugnante, buscando impedir o prosseguimento do feito com resolução de mérito.

Neste viés, inicialmente cumpre esclarecer que o laudo do IML não é documento imprescindível à propositura a ação. Apesar disto, o impugnante não se desincumbiu de requerer na inicial que o IML fosse oficiado conforme os pedidos na exordial.

Ademais, a parte autor trouxe diversos documentos necessários ao deslinde da ação.

Nesse caso, se caso necessite de perícia médica, poderá ser feita através de nomeação pelo juízo de Vossa Excelência perícias de maior complexidade, vejam:

Ademais, possível oficiar o IML pela via judicial, in verbis:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - NECESSIDADE DE PERÍCIA DO IML PARA A QUALIFICAÇÃO DA PARTE COMO INVÁLIDO PERMANENTEMENTE - JUÍZO QUE ACEITA A PRODUÇÃO DA PROVA E OFICIA O ÓRGÃO PARA AGENDAMENTO DA PERÍCIA TÉCNICA - PERÍCIA QUE NÃO OCORRE POR DUAS VEZES PELO NÃO COMPARECIMENTO DA AUTORA - PARTE QUE NÃO FOI INTIMADA PESSOALMENTE PARA O COMPARECIMENTO À REALIZAÇÃO DA PERÍCIA - NECESSIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO DO PROCURADOR - EXAME PESSOAL - RECURSO PROVIDO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. Autos de Apelação Cível n.º 696681-8 8ª Câmara Cível. (TJ-PR - AC: 6966818 PR 0696681-8, Relator: João Domingos Kuster Puppi, Data de Julgamento: 30/09/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 497)

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

Assim, confira-se que há possibilidade da esfera judiciária oficiar o órgão, no caso, o IML para que seja realizada a perícia pelo IML:

PRELIMINARES. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO REALIZADO EM SEDE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE SALDO A RECEBER. INCAPACIDADE RECONHECIDA EM LAUDO FISIOTERÁPICO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. REJEIÇÃO DA MATÉRIA PREFACIAL. - Se o acidentado entende que recebeu o valor do seguro DPVAT a menor, pode requer o pagamento da complementação através de ação judicial, sem que isso implique falta de interesse de agir. - É dispensável juntar aos autos o laudo do MIL, em ação de cobrança de seguro obrigatório, quando for comprovada a invalidez ou debilidade permanente do acidentado, por outro meio. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL. SEQUELA DEFINITIVA. INCAPACIDADE FUNCIONAL DE 50 por cento CINQUENTA POR CENTO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO. NECESSIDADE DE DETERMINAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA DO IML. INEXISTÊNCIA. SUPRIMENTO ATRAVÉS DE OUTROS MEIOS DE PROVA. UTILIZAÇÃO DA TABELA DO GRAU DE INVALIDEZ. EXEGESE DO ARTIGO 3º, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº. 6.194/74. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETARIA DA DATA DO EVENTO DANOSO E JUROS DE MORA, DA CITAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO. O juiz pode prescindir da perícia do IML.. quando há, nos autos, outros elementos capazes de certificar a ocorrência. TJPB - Acórdão do processo nº 09820110017278001 - Órgão (TRIBUNAL PLENO) - Relator José Ricardo Porto - j. em 14-11-2012

Nosso Tribunal de Justiça da Paraíba assim entende:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONDICIONANDO O AJUIZAMENTO DA DEMANDA

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

A APRESENTAÇÃO DE LAUDO CONFECCIONADO PELO INSTITUTO MÉDICO-LEGAL E DE REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. **DOCUMENTOS PRESCINDÍVEIS. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE SOLICITAÇÃO DO SEGURO EXTRAJUDICIALMENTE. PROVIMENTO DO RECURSO INSTRUMENTAL.** - Não se pode exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. - **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. ART. 5º, INCISO XXXV DA CONSTITUIÇÃO. INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML CONSTANDO O GRAU DE LESÃO. PRESCINDIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. INADMISSIBILIDADE. SENTENÇA CASSADA.** Para a propositura da ação de indenização relativa ao seguro DPVAT, desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, eis, que, caso contrário, implica em vulneração da norma constitucional que assegura o amplo acesso à Justiça, nos exatos termos do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. -Entendem-se como documento indispensável à propositura da ação, nos termos do artigo 283 do Código de Processo Civil, aqueles exigidos por Lei, bem como os fundamentais, ou seja, os que constituem fundamento da causa de pedir. - A ausência do documento do IML discriminando o grau de lesão decorrente de acidente automobilístico não enseja o indeferimento da inicial, eis que a parte pode, no curso do processo, produzir as provas necessárias à aludida comprovação, para fins de recebimento do seguro DPVAT, tal como o requerimento de realização de perícia judicial. (TJMG; APCV 1.0024.12.123896-8/001; Rel. Des. Wanderley Paiva; Julg. 23/05/2013; DJEMG 27/05/2013) (grifei)

Outras decisões:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA . INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Não se pode perder de vista que já houve perícia judicial (ID 16258456), onde ficou atestado a seqüela resultado do acidente de trânsito, ora em análise, devendo posto ser levado em consideração o mesmo para fins de sentença, bem assim o pagamento da diferença apontada.

Diante disto, não merece prosperar a impugnação levantada em contestação, por ser mero desiderato defensivo.

c) DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Nobre julgador atesta a parte contestante de pés juntos e mãos postas que não deve o autor ser indenizado, tendo em vista no momento do infortúnio está inadimplente, bem assim por ter sido causador do referido acidente, assim não havendo que se falar em cobertura, todavia ousa o impugnante a discordar.

Ora observar-se do caderno processual, salvo melhor entendimento que no momento do acidente o autor mantinha-se adimplente, bastando para tanto observar o documento acostado pelo demandante e pela própria ré, onde demonstram a quitação do referido seguro.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Rodrigues

Associados

MINISTÉRIO DAS CRIANÇAS

DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 014355363453

VIA COD. RENAVAM 1 0117735380-3 00/00000000 2018

1 0117735380-3 00/00000000 2018

DELMIRO BARBOSA MAXIMIANO

CHASSI 06496359490 PLACA QSM1040/PB

PLACA ANT/VF NOVO PR 9C2MD4100KR003136

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

MARCA/MODELO HONDA/XRE 190 ANO FAB 2018 ANO MOD 2019

CAP/POT/CIL 2 P/184 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA 1º 2º 3º

IPVA PAGO EM 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

***** SEGURO PAGO 02/01/2019

SEM RESERVA DE DOMINIO

LOCAL DATA

JOAO PESSOA-PB 04/01/2019

9999999 7003781

PB Nº 014355363453 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO

2018 04/01/2019

VIA CPF / CNPJ PLACA

1 06496359490 QSM1040/PB

RENAVAM MARCA / MODELO

01177353803 HONDA / XRE 190

ANO FAB CAT. INE Nº CHASSI

2018 9 9C2MD4100KR003136

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

***** ***** *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO (SEGURO + R\$)

***** SEGURO PAGO

PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

02/01/2019

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CHPJ 09.348.600/0001-04

7003781-1244251-20190104

Seguro DPVAT

Consulta a Pagamentos Efetuados



ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

Sua busca por placa: QSM1040 UF: PB CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2020	R\$12,30	Quitado	
Data Pagamento	Valor Pago		
11/02/2020	R\$12,30		
2018	R\$19,27	Quitado	
Data Pagamento	Valor Pago		
07/01/2019	R\$19,27		

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Assinado eletronicamente por: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - 22/03/2021 11:00:22
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032211002226900000038966359
Número do documento: 21032211002226900000038966359

Menezes & Associados Rodrigues

Ademais conforme consta no caderno processual que não deu causa o impugnante ao acidente, vez que verifica-se no Croquis e BAT que sofreu acidente causado por terceiros, assim, uma vez mais, demonstra-se que ainda que houvesse inadimplemento, haveria cobertura, posto ter sido o acidente causado por terceiro.

VERSÃO DO CONDUTOR 01	
Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.	
Condições do veículo Antes do acidente	EM: 23/12/17
Nada constatado	
VERSÃO DO CONDUTOR 02	
Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma das faixas. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando a ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a bicicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva – RG 3595587.	



Outrossim é que os julgados não uníssemos no mesmo sentido de que pouco importa se havia inadimplemento no momento do acidente ou não, senão vejamos:

EMENTA: AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. APELAÇÃO. DESPROVIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 932, IV, 'A', DO CPC. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA. VEÍCULO INADIMPLENTE COM O PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. SÚMULA 257 DO STJ. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. - “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”. (Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados. Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Interno. RELATÓRIO Trata-se de agravo interno interposto por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., hostilizando decisão monocrática proferida por este Relator (ID nº. 6878761), que negou provimento ao recurso apelatório, nos termos do art. 932, IV, 'a', do CPC, por encontrar-se em confronto com a súmula nº. 257 do Superior Tribunal de Justiça. Em suas razões recursais (ID nº. 7100281), a agravante alegou a ausência de cobertura para veículos que se encontram inadimplentes com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório, não preenchendo os requisitos necessários para receber a indenização. Asseverou não ser aplicável a Súmula nº. 257 do Superior Tribunal de Justiça nas hipóteses em que a vítima for o proprietário e se encontrar inadimplente com o pagamento do prêmio. Ao final, pugnou pelo provimento do agravo. Contrarrazões ofertadas pelo agravado (ID nº. 7156333). É o relatório. V O T O Ao compulsar os autos, verificado a presença dos pressupostos exigidos para a admissibilidade recursal, conheço do presente recurso. O cerne da questão consiste na decisão monocrática que negou provimento ao recurso apelatório, nos termos do art. 932, IV, 'a', do CPC, por encontrar-se em confronto com a súmula nº. 257 do Superior Tribunal de Justiça. Em que pese os argumentos lançados, entendo que a irresignação dos agravantes não merece prosperar, pois, conforme já salientado na decisão monocrática agravada, não há

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

como ser dado seguimento a recurso de apelação em confronto com súmula do Superior Tribunal de Justiça. Na hipótese, o autor foi vítima de acidente de trânsito no dia 13/01/2017, o que lhe acarretou debilidade permanente do membro inferior esquerdo. A agravante alega que o agravado não faz jus à indenização do seguro obrigatório, por estar, à época do sinistro, inadimplente com o pagamento do prêmio relativo a sua motocicleta. No entanto, impende destacar que a Lei nº. 6.194/74 exige tão somente, para o pagamento da indenização do seguro, a simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. Veja-se: “Art. 50 O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” Além disso, incide integralmente na espécie a súmula nº. 257 do Superior Tribunal de Justiça, de teor seguinte: “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”. Desse modo, não merece prosperar a arguição dos apelantes de que a indenização não é devida, tendo em vista que o veículo utilizado pela vítima no acidente era uma motocicleta de 50 cilindradas, sem placa, e sem licenciamento junto ao DETRAN, bem como sem o Registro Nacional de Veículos – RENAVAL. Nesse sentido, precedentes jurisprudenciais desta Corte Estadual, in verbis: EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APELAÇÃO. ACIDENTE CAUSADO ENQUANTO A VÍTIMA CONDUZIA CICLOMOTOR. VEÍCULO AUTOMOTOR. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA. FALTA DE REGISTRO JUNTO AO DETRAN E DO PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 257, DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. Os ciclomotores, definidos como aqueles que possuem duas ou três rodas, providos de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima não ultrapasse cinquenta quilômetros por hora, por circularem por seus próprios meios, são considerados veículos automotores passíveis de causar acidente automobilístico coberto pelo Seguro DPVAT. 2. “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.” (Súmula 257, STJ) 3. “Nas hipóteses em que se busca a indenização do seguro obrigatório DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.” (AgRg no REsp 1543500/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2017 (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00074522420138152003, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 18-04-2017) PROCESSUAL CIVIL - Apelação Cível - Ação de Cobrança de seguro obrigatório DPVAT - Condenação - Preliminar de ausência de dialeticidade - Descabimento - Irresignação - Motocicleta sem registro no Detran - Defesa de ausência de cobertura - Súmula 257 do STJ - Desprovimento. - É regular o recurso no qual se apresenta, expressamente, as razões de irresignação, bem como se delimita os pedidos recursais. - “O Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento no sentido de que “a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento de indenização” (Súmula 257 do STJ). V I S T O S, relatados e discutidos estes autos acima identificados, (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00711463620148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS, j. em 14-02-2017) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DEBILIDADE

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA ÉPOCA DO SINISTRO. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ. PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA NORMA Nº 11.945/09. SENTENÇA PELO PROVIMENTO PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA. MOTOCICLETA DE 50 CILINDRADAS. SEM LICENCIAMENTO JUNTO AO DETRAN. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 257 DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. - Constatada a invalidez permanente, o valor da indenização (DPVAT) deve observar o disposto na Lei vigente à data do sinistro, atribuindo-se o valor da indenização com base na gravidade e na irreversibilidade do dano causado à vítima. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." - O Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento no sentido de que "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento de indenização" (Súmula 257 do STJ). (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00027713920148150301, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS, j. em 27-09-2016) Como se vê, a decisão agravada nada mais fez que seguir a orientação desta egrégia Corte e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao considerar que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento de indenização. Ante todo o exposto, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO, mantendo inalterada a decisão vergastada. É como voto. Presidiu o julgamento, com voto, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque – Relator, e o Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides. Presente, ainda, ao julgamento o Excelentíssimo Senhor Doutor Marcus Vilar Souto Maior, Procurador de Justiça. Sala de sessões da Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, com início às 14:00h do dia 24 de novembro de 2020 e término às 13:59m do dia 01 de dezembro de 2020. Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque R E L A T O R (0808559-86.2018.8.15.0001, Rel. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 23/12/2020)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - IRRELEVÂNCIA DE AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO PELO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO VÍTIMA DO ACIDENTE - DIREITO AO RECEBIMENTO DO SEGURO. 1- O direito à indenização decorrente de acidente automobilístico independe de o veículo envolvido no acidente estar ou não segurado ou em situação de inadimplência e o seu proprietário tenha sido a vítima, tratando-se de determinação legal (art. 7º, Lei 9.194/74), cuja responsabilidade decorre do próprio sistema legal de proteção às vítimas do trânsito. 2- O artigo 5º da Lei 6.194/74 e a Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça não fazem ressalva de a vítima ser a proprietária do veículo e encontrar-se inadimplente, inviável, assim, o acolhimento da tese sustentada pelo apelante, em aplicação à máxima hermenêutica de que "onde a lei não distingue, não cabe ao exegeta distinguir". RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJ-GO - Apelação (CPC): 00989923220188090137, Relator: ORLOFF NEVES ROCHA, Data de Julgamento: 28/08/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 28/08/2019)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO AFASTA O DEVER EM INDENIZAR. ENTENDIMENTO

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

SUMULADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 257. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI 9099/95. Recurso desprovido. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0034223-45.2016.8.16.0018 - Maringá - Rel.: Juiz Marcelo de Resende Castanho - J. 13.03.2019)

(TJ-PR - RI: 00342234520168160018 PR 0034223-45.2016.8.16.0018 (Acórdão), Relator: Juiz Marcelo de Resende Castanho, Data de Julgamento: 13/03/2019, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 14/03/2019)

O STJ assim sumulou:

SÚMULA 257 DO STJ. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. - “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”. (Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça).

Assim não há como ter acolhida a pífia tese da promovida.

d) DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA AO DISPOSTO NA LEI 11.945/2009.

O objeto da ação se resume a complementação do valor ora pago, tendo em vista que a indenização recebida pela parte impugnante na via administrativa foi menor que o grau de lesão sofrido.

Neste passo, a discussão jurídica não é de anulação do ato de pagamento de indenização do seguro DPVAT, mas sim de complementação, o que ensejou a propositura da ação não havendo que se falar em ato jurídico liberatório e que já não possa ser passível de apreciação jurídica.

Desta feita, impugna-se o pedido contestatório de julgamento com resolução de mérito nos termos do art. 487, inciso I do NCPC, pois a pretensão jurídica aqui é a complementação do valor pago que esta sendo questionado a menor.

A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu.

No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “*O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstariza o ingresso em juízo...*”.

Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênha, bem esclarecido se apresenta (CF e

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado.

Ainda: nesta ação, conforme o exposto na exordial, a ré foi buscada administrativamente e não atendeu *in tontum* o direito preconizado.

Ademais, houve procedimento administrativo, conforme documentação em anexo, porém, não houve o atendimento do direito pleiteado apenas em parte, vindo este a buscar a complementação na ação de revisão DPVAT.

Requer desde já a impugnação do ora suscitado já que o pagamento administrativo não fora realizado a contento.

e) DO VALOR INDENIZÁVEL – UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE.

Douto Magistrado, embora “**em princípio**” a parte autora tenha dado valor máximo ação - até pela eventualidade da perícia médica indicar sua incapacidade total – **a própria parte autora fundamentou e requereu** a realização de laudo que apontasse o grau da incapacidade, para que fosse determinado o valor indenizatório.

Também no pedido, o requerimento da condenação foi na forma do que se apurasse durante a confecção do r. laudo, de forma que não há litígio quanto à proporcionalidade da lesão, inclusive em relação à aplicabilidade da tabela da SUSEP, indicada pelos Tribunais pátrios como incindível aos acidentes ocorridos após o início da vigência da Lei 11.945/09, desde que seja apurada através de perícia médica, observando-se todos os trâmites legais.

f) IMPUGNAÇÃO DA UNILATERALIDADE DO B.O

O documento não entra nem no cerne da questão, objeto da lide, já que foi aceito pela parte ré administrativamente.

Ademais, não trouxe a parte ré qualquer prova que altere, modifique ou desconstitua o direito pleiteado pelo autor e os fatos narrados no documento, sendo o Registro de Ocorrência indispensável ao pedido de indenização do seguro DPVAT.

g) DO SUPOSTO NÃO PAGAMENTO DO PRÊMIO DPVAT

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

Culto julgador é de saltar os olhos a insurreta parte contestante, visto ter informado não haver adimplência do prêmio DPVAT por parte do proprietário do veículo envolvido no acidente de trânsito que culminou na sequela do autor.

Ocorre que as alegações da parte promovida não se sustentam, são palavras soltas no vento, tendo em vista não ter anexado qualquer documento que comprove a inadimplência informada, assim, demonstrando a má-fé levantada em sua peça contestatória.

Ademais apenas por amor ao debate, registre-se que o causador do acidente fora terceiro motorista de veículo desconhecido, assim não se tem como ter ciência do pagamento do prêmio pelo proprietário daquele veículo, o que por si só já justifica o pagamento do seguro DPVAT a vítima de trânsito, assim, uma vez mais não há como ter guarita a tese levantada pela parte ré.

Ainda que não houvesse o pagamento do prêmio ao tempo devido, como tenta fazer crer a seguradora promovida, o STJ em súmula editada 257, não fez menção impedindo o pagamento do seguro às vítimas de trânsito por falta de pagamento. No mesmo sentido são os julgados dos nossos mais altos pretórios, inclusive do TJPB:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização (Súmula 257/STJ). 2. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ - AgInt no REsp: 1827315 PR 2019/0207694-4, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 10/03/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/04/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. PROCEDÊNCIA PARCIAL NA ORIGEM. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. UTILIZAÇÃO DA TABELA PARA ADEQUAÇÃO DO GRAU DA INVALIDEZ. IRRESIGNAÇÃO APELATÓRIA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O SINISTRO E OS DANOS CAUSADOS. INSUBSISTÊNCIA DO ARGUMENTO. DOCUMENTOS ATESTADORES DO ACIDENTE. EXISTÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE A SER ADIMPLIDO PELA SEGURADORA. PERTINÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS. DESPROVIMENTO DO APELO. - Comprovada a debilidade permanente parcial, através de laudo realizado por perito oficial, devida

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

é a indenização fixada na Lei n. 11.482/2007 - "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)- Em havendo saldo a adimplir referente ao seguro DPVAT após o pagamento na via administrativa, deve a seguradora providenciar a sua quitação. - "(. .). A ausência de pagamento do prêmio do seguro DPVAT não isenta a seguradora de pagar à vítima a respectiva indenização, ainda que seja a própria proprietária do veículo. Se a parte autora decaiu de quase todo o seu pedido inicial, deve ela ser condenada ao pagamento integral das custas processuais e dos honorários de advogado. (...)." (TJMG; APCV 0019495-72 (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00015983520138150391, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 21-05-2019)

(TJ-PB 00015983520138150391 PB, Relator: DES. JOSÉ RICARDO PORTO, Data de Julgamento: 21/05/2019, 1ª Câmara Especializada Cível) – Grifos nossos

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. INADIMPLENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. HIPÓTESE QUE NÃO IMPOSSIBILITA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. 1. Tendo em vista que a Súmula 257, do STJ, não faz menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo/vítima que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora, não se aplicando, portanto, o disposto na Resolução CNSP Nº 332/2015, mormente por se tratar de norma infralegal que retira direito reconhecido na Lei nº 6.194 /74. 2. É medida imperativa o desprovisionamento do Agravo Interno quando não se fazem presentes, em suas razões, qualquer argumento novo que justifique a modificação da decisão agravada. AGRAVO INTERNO CONHECIDO, PORÉM DESPROVIDO.

(TJ-GO - APL: 03861186220158090127, Relator: Gustavo Dalul Faria, Data de Julgamento: 26/09/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 26/09/2019)

EMENTA. APELAÇÃO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA. INADIMPLENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. HIPÓTESE QUE NÃO IMPOSSIBILITA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. Existe a possibilidade de pleitear judicialmente o pagamento do valor não pago na seara administrativa, mediante montante já pago pela Apelante ao apelado. Preliminar afastada. Tendo em vista que a Súmula 257, do STJ, não faz menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo/vítima que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora, não se aplicando, portanto, o disposto na Resolução CNSP Nº 332/2015, mormente por se tratar de norma infralegal que retira direito reconhecido na Lei nº 6.194/74.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

(TJ-BA - APL: 05011648620178050080, Relator: IVANILTON SANTOS DA SILVA, TERCEIRA CAMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/04/2020)

h) IMPUGNAÇÃO DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA;

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, a parte autora não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento da parte autora diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURODPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 – grifos nossos sempre)

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...]6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, *data venia*, observar a **data do acidente**, o que desde já se requer na espécie.

i) IMPUGNAÇÃO DA DIMINUIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA

Antes de finalizar esta impugnação, a parte autora pede vênia para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois a alega a ré que o caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se debruçou algumas vezes sobre o tema dos honorários advocatícios em ações desta natureza, valendo citar alguns julgados paradigmas:

Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Honorários de advogado. Manutenção do valor arbitrado. Fixação de acordo com os critérios previstos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Limitação dos honorários advocatícios, prevista no art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50. Inaplicabilidade. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1104852820098260010 SP 0110485-28.2009.8.26.0010, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado)

Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Verba honorária que se reduzida importaria em aviltamento. Litigância de má-fé. Não se configura litigância de má-fé no exercício regular do direito de recorrer. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 401005920088260602 SP 0040100-59.2008.8.26.0602, Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012 – grifos e destaques nossos)

A parte autora ainda pede vênia para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Associados Rodrigues

“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixa-los em desfavor do apelado, seja para reduzi-los de 15% para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carreados em face deste. No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.” (grifo nosso)

Por fim, saliente-se que mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, uma vez que o pedido realizado na inicial foi o seguinte:

*“Ao final, seja julgado procedente o pedido, condenando-se a ré, em pagar uma indenização ao autor/beneficiário no **percentual apurado pelo I. Expert**, que deverá ser corrigida monetariamente e acrescida de juros legais.” (fls. 06 grifamos)*

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares meritórias, bem como a defesa meritória levantadas pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de perícia médica que apure o grau de invalidez que acomete a parte autora, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da inicial.

Termos em que,
Pede espera deferimento.

João Pessoa, 22 de março de 2021.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Rodrigues

THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO
ADVOGADO OAB/PB 19496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com



Menezes & Rodrigues
Associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA
CIVIL DA COMARCA DA CAPITAL – PB.**

Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**, que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, também já devidamente qualificado, vem por intermédio de seu bastante procurador e advogado assinado “in fine” a presença de Vossa Excelência, expor e finalmente requerer o seguinte:

Culto magistrado vem o postulante nesta oportunidade requerer a produção de prova pericial, determinando a feitura de laudo para que se possa avaliar a extensão das sequelas e do dano causado, por ser tudo de direito e de justiça.

João Pessoa, 22 de março de 2021.

THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO

ADVOGADO OAB/PB 19496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibsjp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

À secretaria para agendar dia e hora a fim de ser realizada perícia nesta unidade judiciária, conforme o Convênio nº 015/2014 do TJPB.

Observe-se a necessidade de intimação pessoal do autor:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PERÍCIA MÉDICA. NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. ATO PERSONALÍSSIMO. NULIDADE DA INTIMAÇÃO REALIZADA APENAS NA PESSOA DO ADVOGADO. APELO PROVIDO. SENTENÇA CASSADA. - Tratando-se de perícia médica para apuração da existência e do grau da incapacidade alegada pela parte, tem-se por imprescindível que a intimação para comparecimento ao local do exame, no dia e horário previamente designados, se faça pessoalmente ao periciando por se tratar de ato personalíssimo da parte, e não do causídico que a representa. (TJ-MG - AC: 10073150002803001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 12/07/2017, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2017).

Intimem-se os patronos das partes da data designada.

Designada a perícia, deverá a seguradora ré efetuar previamente o depósito dos honorários periciais, cuja liberação ficará condicionada ao comparecimento do autor ao exame.

Realizada a perícia, expeça-se alvará em favor do perito.



Cumpra-se.

João Pessoa, 23 de março de 2021

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0823859-34.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, encaminho o presente feito para designação de perícia, em momento oportuno, haja vista que estamos em plena pandemia.

JOÃO PESSOA, 24 de março de 2021
EDVANIA MORAES CAVALCANTE PROENCA





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que, cumprindo o determinado, a perícia fora designada para o dia 21/05/2021, a partir das 13hs, a ser realizada na OrtoClínica, situada à rua Vandick Pinto Filgueiras, 185, Tambauzinho, João Pessoa-PB, Cep 58.042-110.

O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 5 de maio de 2021

MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário

ATO ORDINATÓRIO

Em consonância com o § 4º do art. 162 do CPC c/c o Provimento do CGJ nº 01/2006, publicado no DJ de 04.01.2006, e Provimento da CGJ nº 04/2014, publicado no DJ de 01.08.2014, abro vista do presente feito às partes tomar conhecimento do conteúdo da certidão acima, **devendo a seguradora efetivar o pagamento da perícia no prazo de 15 dias.**



Advogado: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO OAB: PB19496 Endereço: desconhecido

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

João Pessoa, 5 de maio de 2021

MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

Av. João Machado, s/n, Centro João Pessoa – PB - Cep:58013-520

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

R DESEMBARGADOR MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO, 133, ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58090-232

MANDADO DE INTIMAÇÃO (Perícia DPVAT - Autor)

O(a) MM. Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Capital, **manda ao Oficial de Justiça**, que, em cumprimento a este, **proceda a Intimação do Sr. AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, para **comparecer** para a perícia, **no dia 21/05/2021**, a partir das 13hs, a ser realizada na OrtoClínica., situada à rua VAndick Pinto Filgueiras, 185, Tambauzinho, João Pessoa-PB, Cep 58.042-110.

Obs. Trazer documento de identificação com foto atualizada.

João Pessoa, 5 de maio de 2021



MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba

CERTIDÃO

Certifico que, em razão do endereço: **R DESEMBARGADOR MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO, 133, ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58090-232**, indicado na determinação judicial **ID 42722649**, cujo destinatário é o **SENHOR DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, constituir a **ZONA 61 (BAYEUX)** e não a que estou diligenciando, devolvo o aludido mandado para redistribuição. Dou fé. João Pessoa, 06/05/21.

Roberto Oliveira Silva

Oficial de Justiça

470.678-1



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado, intimando Delmir Barbosa Maximiano, conforme se vê seu ciente, fiz entrega da contrafé que foi aceita. Dou fé.

14 de maio de 2021

IARA FERREIRA DE MELO MARTINS





**Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital**

Av. João Machado, s/n, Centro João Pessoa – PB - Cep:58013-520

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

R DESEMBARGADOR MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO, 133, ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58090-232

MANDADO DE INTIMAÇÃO (Perícia DPVAT - Autor)

O(a) MM. Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Capital, **manda ao Oficial de Justiça**, que, em cumprimento a este, **proceda a Intimação do Sr. AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, para comparecer para a perícia, no **dia 21/05/2021**, a partir das 13hs, a ser realizada na OrtoClínica,, situada à rua VAndick Pinto Filgueiras, 185, Tambauzinho, João Pessoa-PB, Cep 58.042-110.

Obs. Trazer documento de identificação com foto atualizada.

João Pessoa, 5 de maio de 2021

MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: **MARIANA RIAN ESPINOLA
MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA**

05/05/2021 21:17:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **42722649**



21050521171705300000040644542

Delmir Barbosa Maximiano

imprimir

999359288

07/05/2021 11:15



Assinado eletronicamente por: **IARA FERREIRA DE MELO MARTINS** - 14/05/2021 10:45:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21051410454296100000041012006>

Número do documento: 21051410454296100000041012006



PROCESSO Nº 0823859-34.2020.8.15.2001

Distribuído em

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1994)

Nome completo: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 064.963.594-20

Endereço completo: R. PESA BARBOSA MANOEL TAIGY DE QUEIROZ
NELKO, 133, ALTO DO MATOS, TAÇÃ PESSOA

Informações do acidente

Local: BR 230

Data do Acidente: 02/12/2019

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____.

João Pessoa, ____/____/2021
Deleir Barbosa Maximiano
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informado.

a) Qual (quais) região (regiões) corporal (is) encontra(m)-se acometida(s)?

PERNA DIREITA E COXA ESQUERDA

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA TÍBIA
DIREITA E DO FÊMUR ESQUERDO

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.



LIMITAÇÃO FUNCIONAL ARTICULAR EM DEBILIDADE

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "o" do item IV ou resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação.

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a integridade do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima) Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global segmento corporal da vítima).

b) ☒ Parcial Incompleta (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão LIMITAÇÃO ARTICULAR

EM DEBILIDADE ☒

10 % Residual

☐

25% Lev

☐

50% M

75%

Intensa

2ª Lesão

☐

10 % Residual

☐

25% Lev

☐

50% M

75%

Intensa

3ª Lesão

☐

10 % Residual

☐

25% Lev

☐

50% M

75%

Intensa

4ª Lesão

☐

10 % Residual

☐

25% Lev

☐

50% M

75%

Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado.

Local e data da realização do exame médico:

Dilma, 21/05/2021

Assinatura do médico - CRM

Dr. Luciano José Lira Mendes

Dr. Luciano José Lira Mendes
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
CRM - 390
CPF: 435569104-73

2





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Em consonância com o § 4º do art. 162 do CPC c/c o Provimento do CGJ nº 01/2006, publicado no DJ de 04.01.2006, e Provimento da CGJ nº 04/2014, publicado no DJ de 01.08.2014, abro vista do presente feito às partes tomarem conhecimento do conteúdo do laudo constante nestes autos **e para que a parte ré, se ainda não o fez, comprove o pagamento dos honorários do perito.**

Advogado: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO OAB: PB19496 Endereço: desconhecido

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

João Pessoa, 26 de maio de 2021

MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário



EM ANEXO





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Taqui 8 - Número: 133 10 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: Paraíba 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9070

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928 4

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferendo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Para motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso ocorra do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a)? ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou ascendentes (pais/avós)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Assinatura e data do(a) requerente(a) ou do(a) beneficiário(a) ou do(a) representante legal:

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

01/06/2021 10:50:44



Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Máquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJ
Conta: 0058928-4

Valor do depósito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h às 18h, exceto feriados.

Horário de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 9 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: Paraíba 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9040

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferendo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Peço, neste ato, a ser assinado, sob o compromisso de análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discordo do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a)? ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou ascendentes (pais/avós vivos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Assinatura e data do(a) representante legal da vítima/beneficiário (se houver)

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)





Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJ
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horário de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares	Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 02/12/2019	Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vítima (QT) Com / 01
Tipo de Acidente Col.Traseira	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego Pista Dupla

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 – Pau Brasil - São José do Mipibú / RN- Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. RN
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)	Destino do Condutor Liberado no Local		

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n.º 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB – Tel.(083)988118076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado	Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma		

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma faixa. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva – RG 3595587.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019

VÍTIMA 01

Nome	Sexo	Nascimento	Viajava no Veículo Nº
Delmir Barbosa Maximiano	Masculino	02/01/1987	02
Endereço			
Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros nº 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítima	Conduzida Para	Usava Cinto	Usava Capacete
Condutor	Hospital de Trauma	-	-

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mg/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT.

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

DATA, HORA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINATURA


JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

AMARRAÇÕES

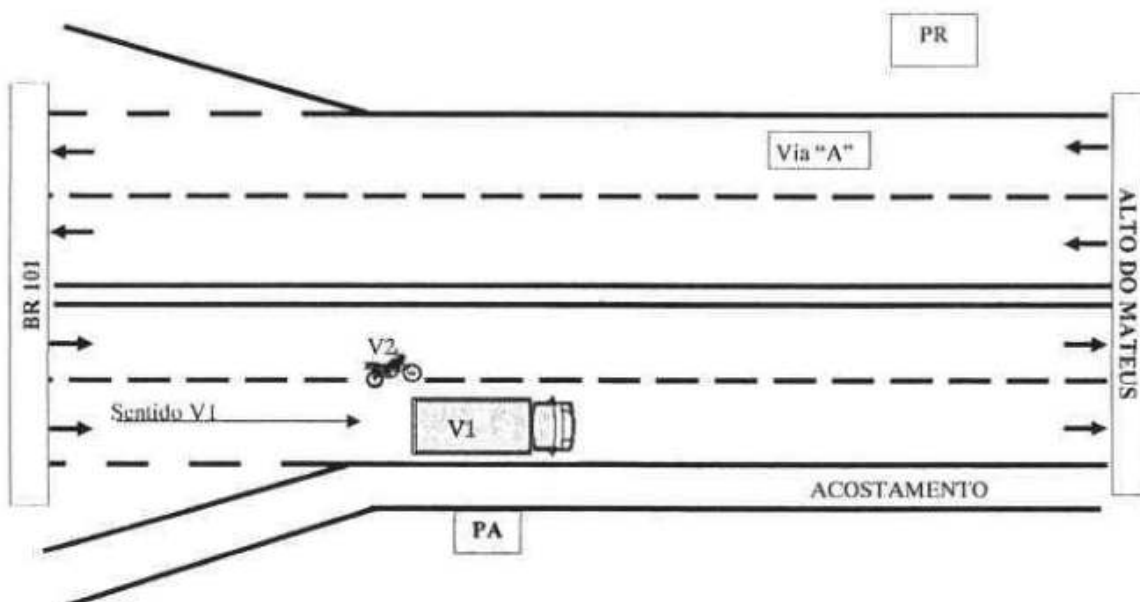
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00 metros

PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)



DIRETÓRIO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - ESCALA

AVARIAS



V1



V2

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

FM: 23112179

ASSINATURA

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: VW / 24. 250 CLC	Placa: OJR 7936 / RN	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
--	--------------------------------	--	----------------------------

CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE

AVARIAS NO ACIDENTE

tem	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
02	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
03	Para choque traseiro danificado.	M		X	
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G		X	
16	Air Bags (se existir)	M		X	

M: Item que individualmente implica em Dano de Média Montagem.

G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Montagem.

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Montagem: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"
Dano de Média Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M
Dano de Grande Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações: DANO DE PEQUENA MONTAGEM

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674>

Número do documento: 21060110504462200000041749674

CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V2

Marca/Modelo: HONDA / XRE 190	Placa: QSM 1040	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
---	---------------------------	--	----------------------------

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item		Avaliação			Item		Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (tríciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)		00		

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0	-> DANO DE PEQUENA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4	-> DANO DE MÉDIA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4	-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento

SATURNAL DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINA:





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



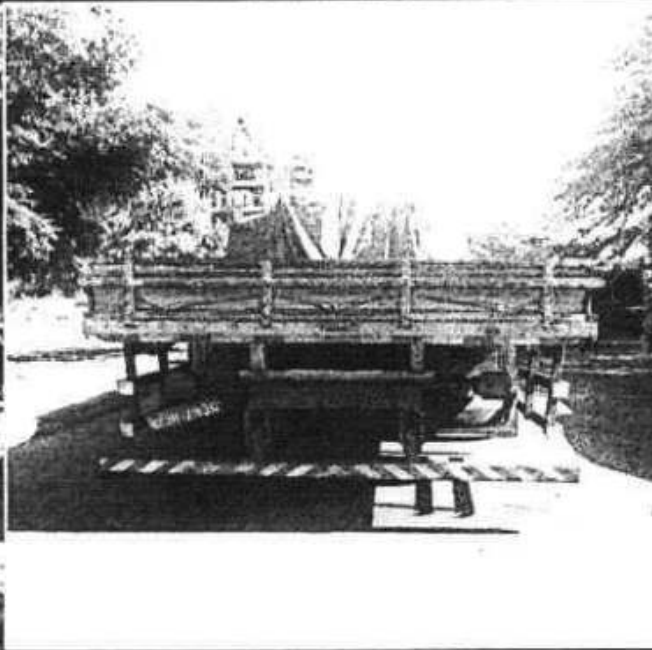
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



ATAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

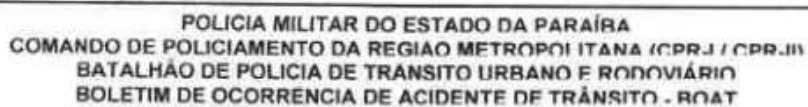
Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674>

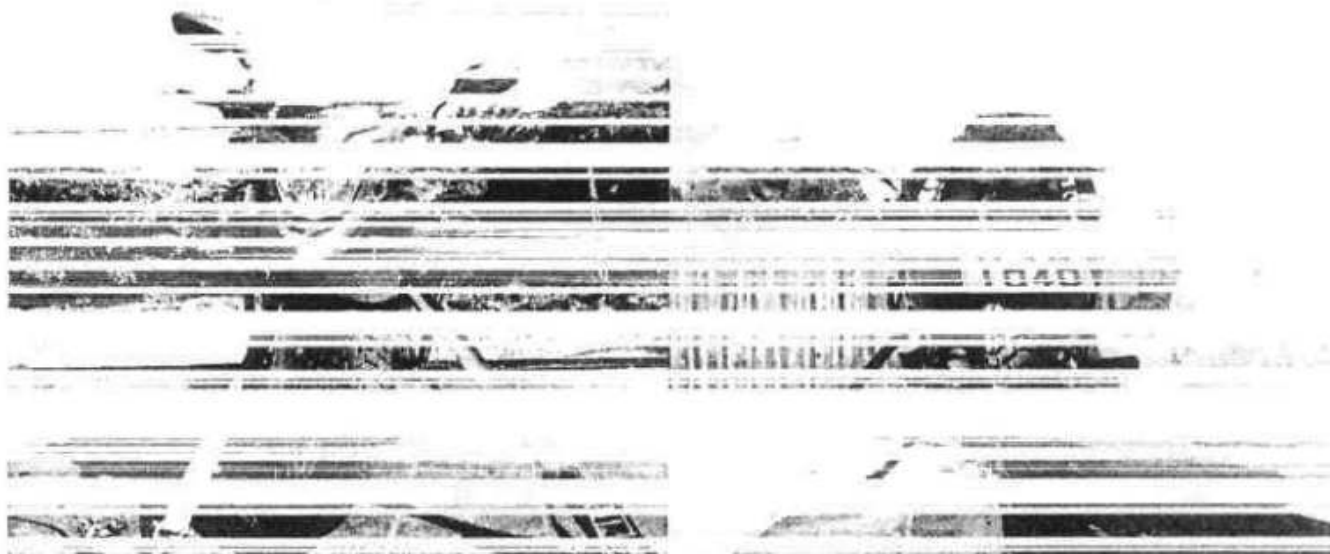
Número do documento: 21060110504462200000041749674



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

50700 50710 50720

IDENTE (A/S)

$$f = \frac{1}{2\pi} \int_{-\pi}^{\pi} |f(\theta)|^2 d\theta = \frac{1}{2\pi} \int_{-\pi}^{\pi} |f(\theta)|^2 d\theta = \frac{1}{2\pi} \int_{-\pi}^{\pi} |f(\theta)|^2 d\theta$$


Jonas Paulo de S. Santos et al. 1988





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0847- 2019	Responsável pelo Levantamento do Acidente: JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Av. Gal Aurélio de Lira tavares	Hora 08:40	Bairro Juracy Palhano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 02/12/2019	Dia da Semana Segunda-feira	C/S Vítima (QT) Com / 01
Tipo de Acidente Col.Traseira	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego Pista Dupla

CONDUTOR 01

Nome Jonatas Oliveira Silva	Sexo Masculino	Nascimento 23/01/1997	RG 2615494 - RN
Endereço Rua: das Jaqueiras nº 15 - Pau Brasil - São José do Mipibú / RN- Tel.(084)99400-0760			
1ª Habilitação 24/11/2015	Categoria AD	Registro CNH N.º 06512046696	U.F. RN
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim(0,00mg/l)	Destino do Condutor Liberado no Local		

VEÍCULO 01

Marca/Modelo VW / 24. 250 CLC	Espécie Caminhão	Placa OJR 7936	Categoria Aluguel	Município Macaíba	U.F. RN
Nome do Proprietário IM AGRO INDUSTRIA DE FRUTAS E DERIVADOS - LTDA					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014529065956	Renavan N.º 0048125458-7	Data da Emissão 04/06/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via (A), sentido BR 101/Alto do Mateus, sendo interceptado por outro caminhão que evadiu-se do local; Que ao ser interceptado naquele momento foi obrigado a frear, resultando assim na colisão traseira do seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome Delmir Barbosa Maximiano	Sexo Masculino	Nascimento 02/01/1987	RG 2981221/PB
Endereço Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros n.º 133 - Alto do Mateus - João Pessoa PB - Tel.(083)988118076			
1ª Habilitação 09/03/2012	Categoria AB	Registro CNH N.º 05542464300	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não Realizado	Destino do Condutor Socorrido ao Hospital de Trauma		

VEÍCULO 02

Marca/Modelo HONDA / XRE 190	Espécie Motocicleta	Placa QSM 1040	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Delmir Barbosa Maximiano					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 014355363453	Renavan N.º 0117735380-3	Data da Emissão 04/01/2019		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na alça que dá acesso a via Oeste, e que havia um caminhão lento em uma faixa. O condutor passou para a faixa rápida, onde outro veículo saiu atrás da mesma faixa, impossibilitando ultrapassagem, e ao tentar retornar para se manter na faixa do caminhão, o mesmo havia parado bruscamente para evitar a colisão no veículo da frente; Que em seguida ocorreu a colisão com V1 do lado esquerdo e a motocicleta. Observação: digitação realizada com base na versão entregue no dia 30/12/2019 pelo procurador Anderson Silvestre Alcântara da Silva - RG 3595587.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0847 /2019

VÍTIMA 01

Nome	Sexo	Nascimento	Viajava no Veículo Nº
Delmir Barbosa Maximiano	Masculino	02/01/1987	02
Endereço			
Rua : Desembargador Manoel Targi de Queiros nº 133 – Alto do Mateus - João Pessoa PB			
Condição da Vítima	Conduzida Para	Usava Cinto	Usava Capacete
Condutor	Hospital de Trauma	-	-

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: ocorreu o sinistro na via (A), sentido BR 230 / Alto do Mateus; Que não foi constatado sulcagem na via; Que não foi possível arrolar testemunhas no local. O condutor do V1 foi submetido ao teste de alcoolemia pelo etilômetro nº série 114305 de teste nº 01595, tendo como resultado de 0,00 mg/l de ar alveolar; Que o condutor 01 foi liberado no local e o condutor 02 foi socorrido ao Hospital de Emergência e Traumas pelo SAMU. O V1 foi liberado no local e o V2 recolhido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT.

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

DATA, HORA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINATURA


JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

AMARRAÇÕES

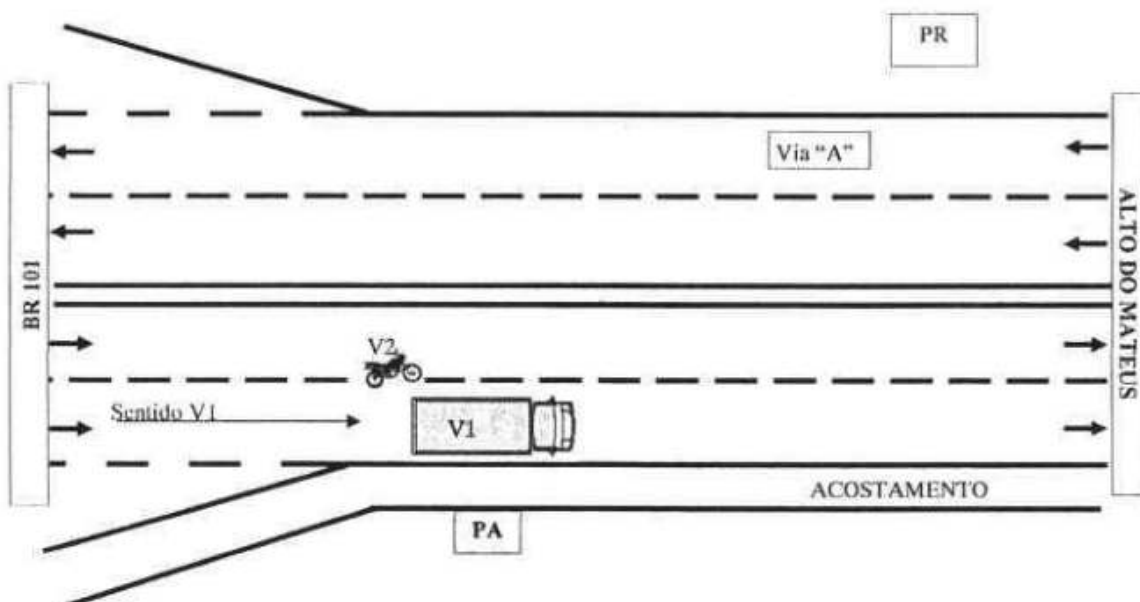
VIA "A" - Avenida Gen. Aurélio de Lyra Tavares 20,00 metros

PR (Ponto de Referência) Posto Alto do Mateus

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.80 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 08.10 e Traseiro Direito 07.40 metros para (PA)



DIMENSÕES GRÁFICAS NÃO ORDEM DE ESCALA

AVARIAS



V1



V2

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

FM: 23112179

ASSINATURA

Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: VW / 24. 250 CLC	Placa: OJR 7936 / RN	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
--	--------------------------------	--	----------------------------

CAMINHÃO, CAMINHÃO TRATOR, REBOQUE E SEMIREBOQUE

AVARIAS NO ACIDENTE

tem	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
01	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteira(s) ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
02	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
03	Para choque traseiro danificado.	M		X	
04	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
05	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
06	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
07	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
08	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior ou igual a 2/3 com comprimento do chassi.	G		X	
16	Air Bags (se existir)	M		X	

M: Item que individualmente implica em Dano de Média Montagem.

G: Item que individualmente implica em Dano de Grande Montagem.

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Montagem: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"
Dano de Média Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M
Dano de Grande Montagem: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações: DANO DE PEQUENA MONTAGEM

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 23/12/19

ASSINADO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674

Número do documento: 21060110504462200000041749674

CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0847/2019

DANOS NO V2

Marca/Modelo: HONDA / XRE 190	Placa: QSM 1040	Responsável pelo Preenchimento: CB JONAS	Data: 02/12/2019
---	---------------------------	--	----------------------------

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (tríciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)		00		

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0	-> DANO DE PEQUENA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4	-> DANO DE MÉDIA MONTA
Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4	-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 10 de dezembro de 2019.

JONAS PAULO DE SANTANA SANTOS – CB PM
Responsável pelo Levantamento

SATILHAC DE TRANSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

ASSINA:





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



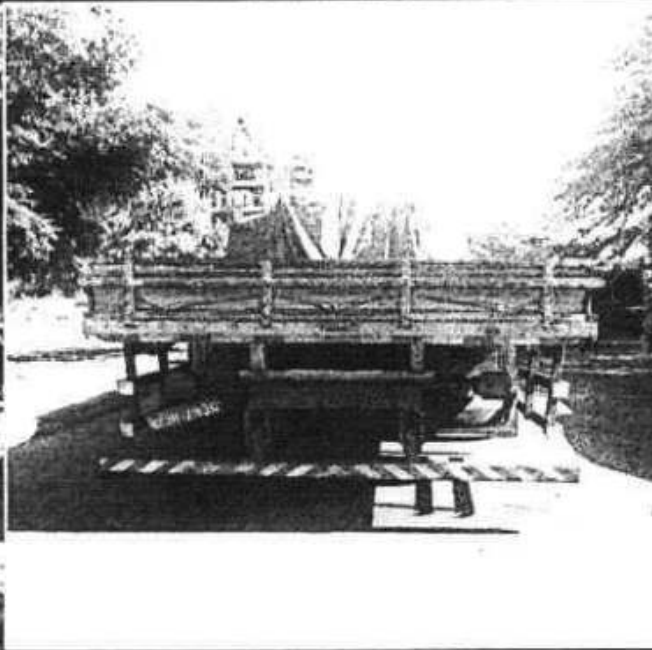
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

FOTOS DO V1

FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



ATAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 23/12/19

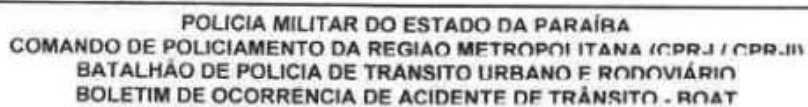
Jonas Paulo de S. Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674>

Número do documento: 21060110504462200000041749674



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0847/ 2019

50700 50710 50720

IDENTE (A/S)

$$f = \frac{1}{2} \left(\frac{1}{\sqrt{1 - \beta^2}} + \frac{1}{\sqrt{1 - \beta'^2}} \right) \quad (1)$$


Jonas Paulo de S. Santos et al. 1988





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 064.963.594-90 4 - Nome completo da vítima: Delmir Barbosa Maximiano

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Delmir Barbosa Maximiano 6 - CPF: 064.963.594-90
7 - Profissão: mecânico de Rua Desembargador Manoel Teófilo 8 - Número: 133 9 - Complemento:
11 - Bairro: Alto do Matheus 12 - Cidade: João Pessoa 13 - Estado: Paraíba 14 - CEP: 58090-232
15 - E-mail: (83) 98872-9070

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☒ CONTA CORRENTE (Somente em Banco):
Nome do BANCO: Bradesco
AGÊNCIA: 2108 CONTA: 0058 928

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconferindo e dando, desde já e somente após a elevação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Peço, neste ato, ser o presente o reconhecimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso ocorra do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou ascendentes (pais/avós vivos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Assinatura e
data do
vítima ou
beneficiário
não atestado

35 - Nome legível de quem assina a rogatória pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogatória pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogatória pedido

38 - 1ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:
CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

01/06/2021 10:50:44



Autoatendimento
Deposito em Conta-Corrente em Dinheiro

Banco: 237 Agência: 2340 Maquina: 038634
Data: 22/01/2020 Hora: 13:44 N.Trans: 002468

Favorecido
Banco: 237
Agência: 2108 / CRUZ DAS ARMAS-UJ
Conta: 0058928-4

Valor do deposito: 5,00

Titular: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Ala Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamações e Informações
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das
8h as 18h, exceto feriados.

Horario de Brasília.

Obrigado
Tenha uma boa tarde





CLIENTE: Sr(a)

Deleuz Barbosa Mexi

uniao.

Ats. L

CID 572
582

Paciente vítima de acidente no trabalho sob o braço direito no seu 1/3 superior comunitário e 1/3 inferior do fêmur com fratura completa em 02/12/2019 tendo ocorrido o acidente com a queda de uma caixa de madeira e depois a vítima foi fixado com haste intramedular e fêmur (Cava) e placa e parafusos no fêmur. Após

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 500

CRM - 17318

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril

Tel. (83) 2106-0216 Fax. (83) 3241-4359 CEP 58040-300 João Pessoa - Paraíba

ANS Nº 321054-4

REG. APC 0061

CLIENTE: Sr(a)

Sentiu neuropatia do fêmur DF e se movimenta de após esse tempo necessitou de seu apoio para se deslocar de casa para o período médico para este infarto. Foi feito de amputar por preservação de 04/5/2019 mesmo a partir de 12 de 2019

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 500

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril

Tel. (83) 2106-0216 Fax. (83) 3241-4359 CEP 58040-300 João Pessoa - Paraíba

ANS Nº 32104-4

REG. APC 0061

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 320 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.016-570 - CNPJ: 09.123.054/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090-232

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y16N0P0453	01/10/2016	EXT.MU.4.01163.000	LIGADO		LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS		PRÓXIMA LEITURA		
291	298	7	30		11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT./QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
NOV/2019	10	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
OUT/2019	8	TURBIDEZ		268	288	279	
SET/2019	8	CLORO		268	288	288	
AGO/2019	9	COL. TERMOT		0	0	0	
JUL/2019	9	COR		73	145	139	
JUN/2019	8	COL. TOTAIS		268	288	274	
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019 HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 04/01/2020 Total a Pagar: R\$ 68,24



Recibo do Sacado 905540810100013821610101



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Especie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF/CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções

Intermediado por:

ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.					Vencimento 30/01/2020
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ					Agência Código Beneficiário 3962-4 / 0554081
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Especie doc. DM	Aceite N	Data processamento 10/01/2020	Nosso número 010001382161 6
Carteira 101	Especie R\$	Quantidade	Valor Documento		(=) Valor documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Intermediado por: ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20 Ref. Mensalidade 01/2020 Após o vencimento cobrar: Juros de 1% ao mês. Multa de 2%.					(-) Desconto
					(-) Outras deduções / Abatimentos
					(-) Mora / Multa / Juros
					(-) Outros
					(=) Valor Pago
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402					

Sacador Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674>

Número do documento: 21060110504462200000041749674

Num. 43907608 - Pág. 26

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 320 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 56.016-570 - CNPJ: 09.123.054/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

1371681

REFERÊNCIA

DEZ/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
RUA DES MANOEL TAIGY QUEIROZ MELLO FILHO, 133
ALTO DO MATEUS JOAO PESSOA PB 58090-232

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.011.410.0055.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y16N0P0453	01/10/2016	EXT.MU.4.01165.00	LIGADO		LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS		PRÓXIMA LEITURA		
291	298	7	30		11/01/2020		
HIST. CONS./ANOR. LEIT./QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
NOV/2019	10	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
OUT/2019	8	TURBIDEZ		268	288	279	
SET/2019	8	CLORO		268	288	288	
AGO/2019	9	COL. TERMOT		0	0	0	
JUL/2019	9	COR		73	145	139	
JUN/2019	8	COL. TOTAIS		268	288	274	
MEDIA(M)	8	DADOS REFERENTES A: OUT/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/12/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:04:29

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

04/01/2020

Total a Pagar:

R\$ 68,24



Recibo do Sacado 905540810100013821610101



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ		Agência / Código Beneficiário 3962-4 / 0554081	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 010001382161 6
Número do documento 010001382161 6	CPF/CNPJ 35436658000125	Vencimento 30/01/2020	Valor documento R\$ 115,32		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA					

Instruções

Intermediado por:

ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



Santander |033-7| 03399.05549 08101.000134 82161.601016 7 81500000011532

Local de pagamento Até o vencimento, preferencialmente no Santander.					Vencimento 30/01/2020
Beneficiário DENTAL CENTER LTDA - 35436658000125 AV. WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ					Agência Código Beneficiário 3962-4 / 0554081
Data do documento 10/01/2020	Nº documento 010001382161 6	Espécie doc. DM	Aceite N	Data processamento 10/01/2020	Nosso número 010001382161 6
Carteira 101	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento		(=) Valor documento R\$ 115,32
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) Intermediado por: ODONTOCOB SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS - 31.368.828/0001-20 Ref. Mensalidade 01/2020 Após o vencimento cobrar: Juros de 1% ao mês. Multa de 2%.					(-) Desconto
					(-) Outras deduções / Abatimentos
					(-) Mora / Multa / Juros
					(-) Outros
					(=) Valor Pago
Pagador THAIS EMMANUELLE MENEZES OLIVEIRA RUA LUZIA PEDROSA 1500 - CRISTO REDENTOR - CEP 58071530 - JOAO PESSOA - PARAIBA 05633145402					

Sacador Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/06/2021 10:50:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060110504462200000041749674>

Número do documento: 21060110504462200000041749674

Num. 43907608 - Pág. 28

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02,
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Delmir Barbosa Maximiano inscrito
(a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, do sinistro de DPVAT cobertura Intabulação da Vítima
Delmir Barbosa Maximiano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Luzia Pedreira</u>		Número <u>1500</u>	Complemento
Bairro <u>Custo Redentor</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58071-530</u>
Email <u>thabletiao096@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular(DDD) <u>(83)98872-9070</u>

João Pessoa, 24 de Janeiro de 2020
Local e Data

Thais Emanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Thais Emanuelle Menezes Cardoso inscrito (a) no CPF/CNPJ 056.331.454/02,
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Delmir Barbosa Maximiano inscrito
(a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, do sinistro de DPVAT cobertura Intabulação da Vítima
Delmir Barbosa Maximiano, inscrito (a) no CPF sob o Nº 064.963.594/90, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Luzia Pedreira</u>		Número <u>1500</u>	Complemento
Bairro <u>Custo Redentor</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58071-530</u>
Email <u>thabletiao096@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular(DDD) <u>(83)98872-9070</u>

João Pessoa, 24 de Janeiro de 2020
Local e Data

Thais Emanuelle Menezes Cardoso
Assinatura do Declarante




CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Severino Ramos Nascimento

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 18:22:45
N. Acesso...: 777916

EXAME: RX PERNA DIREITA

- Aumento de densidades de partes moles.
- Importante fratura do terço proximal da tibia.


Dr. Antonio Gualberto Chianca
CRM. 1182

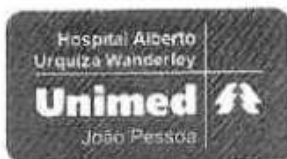


HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 10:06 MTEC:
CONT: 777916



DIR





HAW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 18:06 MTEC:
CONT: 777916

DIR





Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso: 779679

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso...: 779679

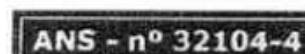
EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



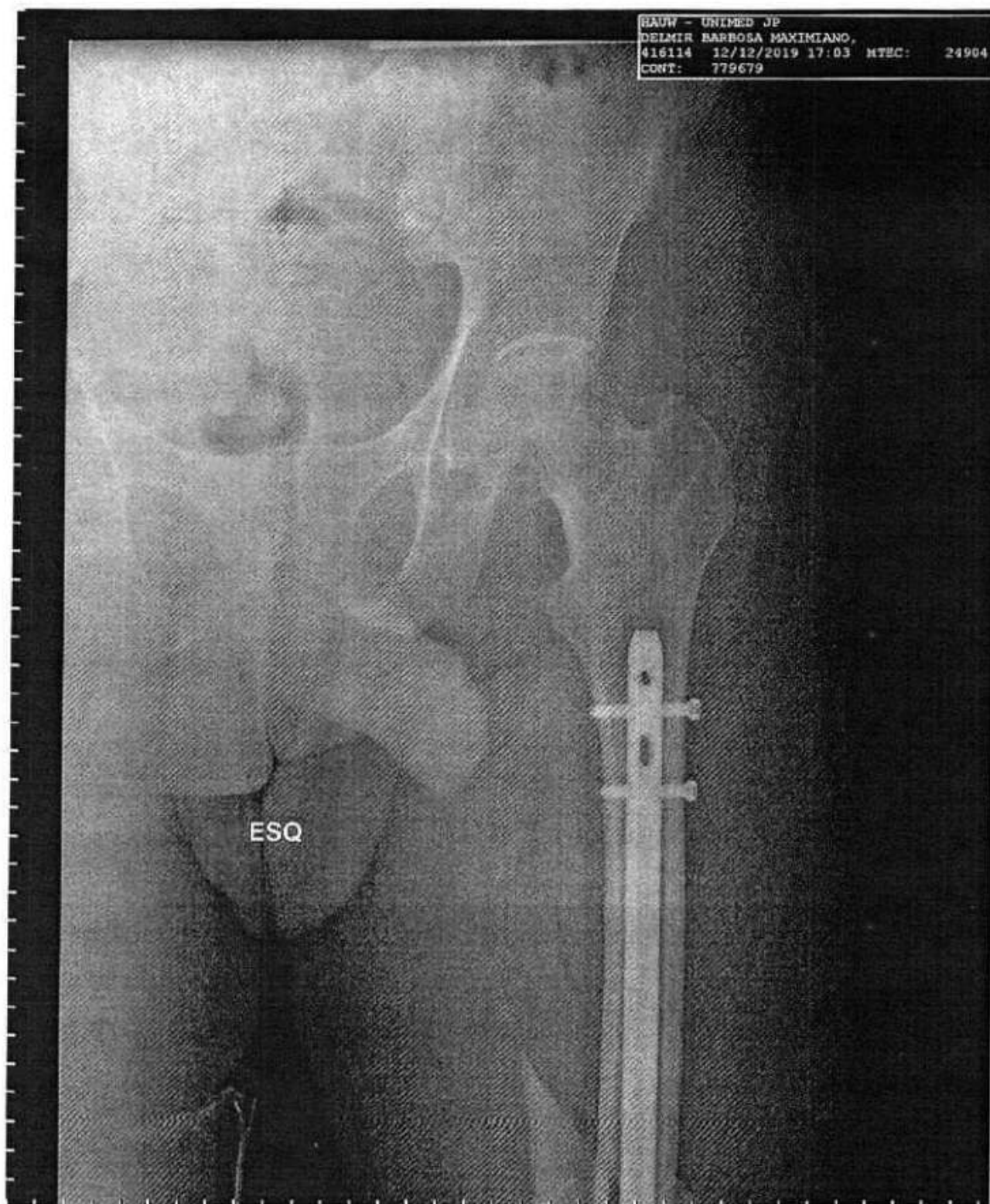
Cooperativas e serviços para o desenvolvimento e a paz
Roberto Rodrigues



COD 300546









At: 02/01/2019 - 15h 30min - Dr. Antonio
01/12/2019 - 16h 17min - Dr. Antonio
01/12/2019 - 16h 17min - Dr. Antonio
01/12/2019 - 16h 17min - Dr. Antonio

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:17:38
N. Acesso...: 780193

EXAME: RX joelho direito

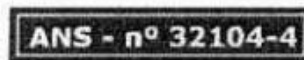
- 1- Estrutura óssea normal.
- 2- Controle de redução cirurgica de fratura complexa na tibia proximal

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



Membro da Aliança
Cooperativa Internacional

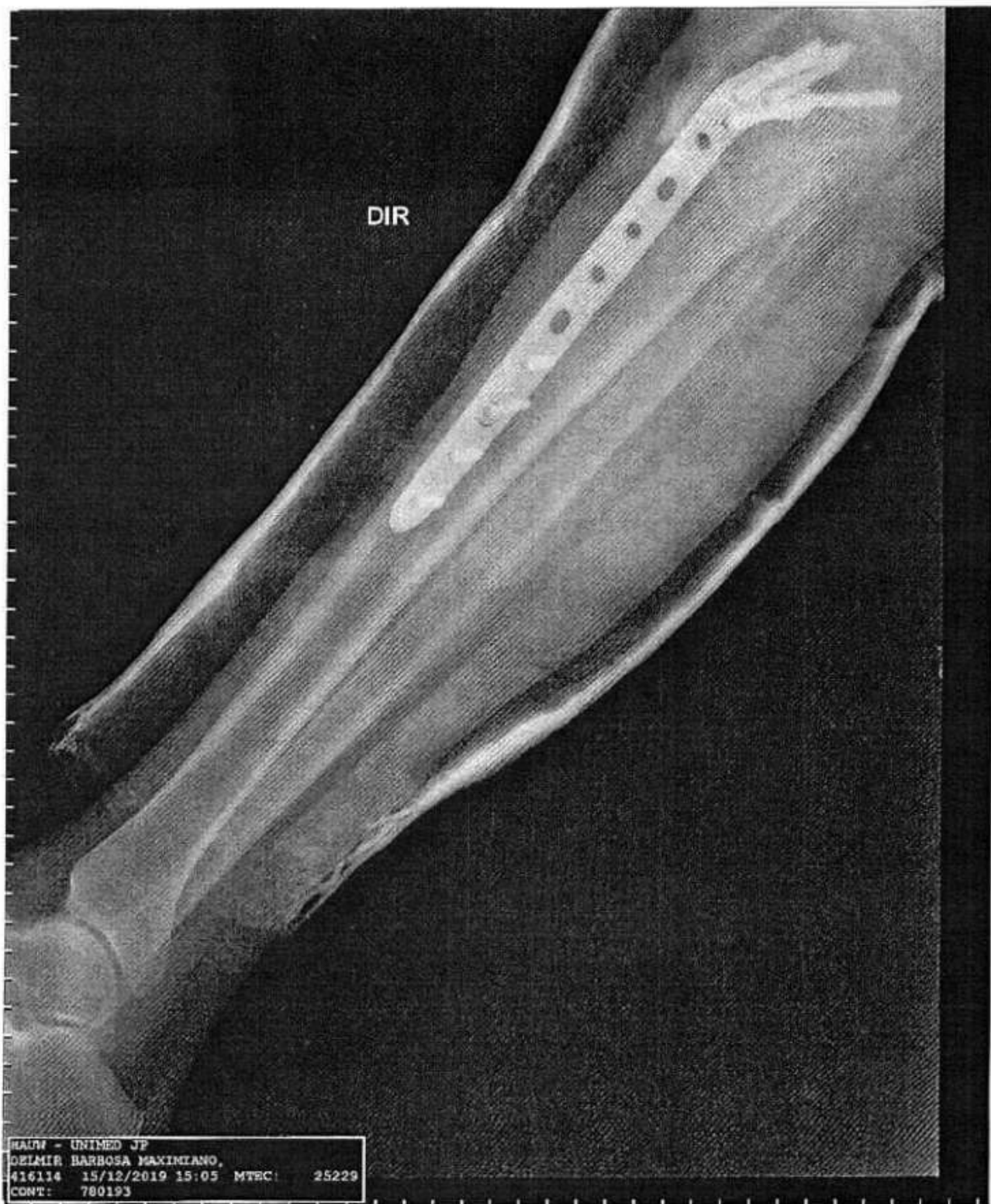
Unimed João Pessoa - Unimed João Pessoa - Unimed João Pessoa
Roberto Rodrigues



COO 000545







CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2092729
Mãe.....
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Marcio Gomes Ferreira

Data Nasct...: 02/01/1987
Data: 02/12/2019 16:08:33
N. Acesso...: 777868

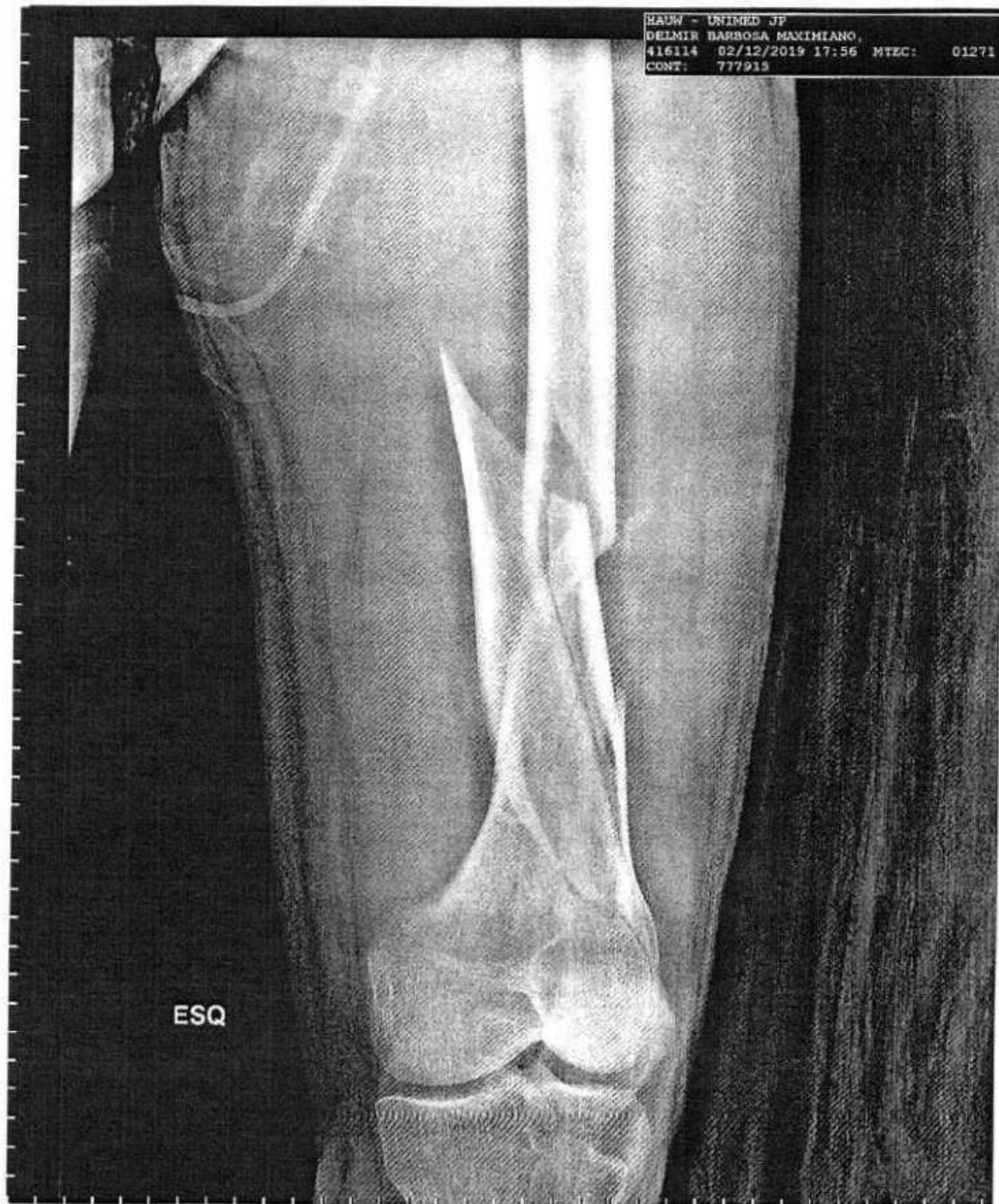
EXAME: RX FÊMUR ESQUERDO

- Fratura do terço inferior do fêmur esquerdo.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo Médico Radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda (A.G.V.C.).

Dr. Antonio Gualberto Chianca
CRM 1182





HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777919

ESQ



HAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ

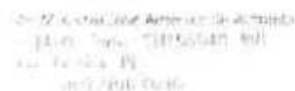


RAUW - UNIMED JF
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
616114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



ESQ





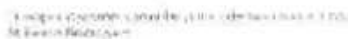
Paciente.....: Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.....: 2093034
Mãe.....:
Convênio.....: INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante.....: Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct...02/01/1987
Data: 15/12/2019 16:19:49
N. Acesso...: 780192

1- Estrutura óssea normal.

- 2- CONTROLE de redução cirúrgica de fratura da tíbia proximal direita mostrou procedimento Adequado
Aumento de partes moles.

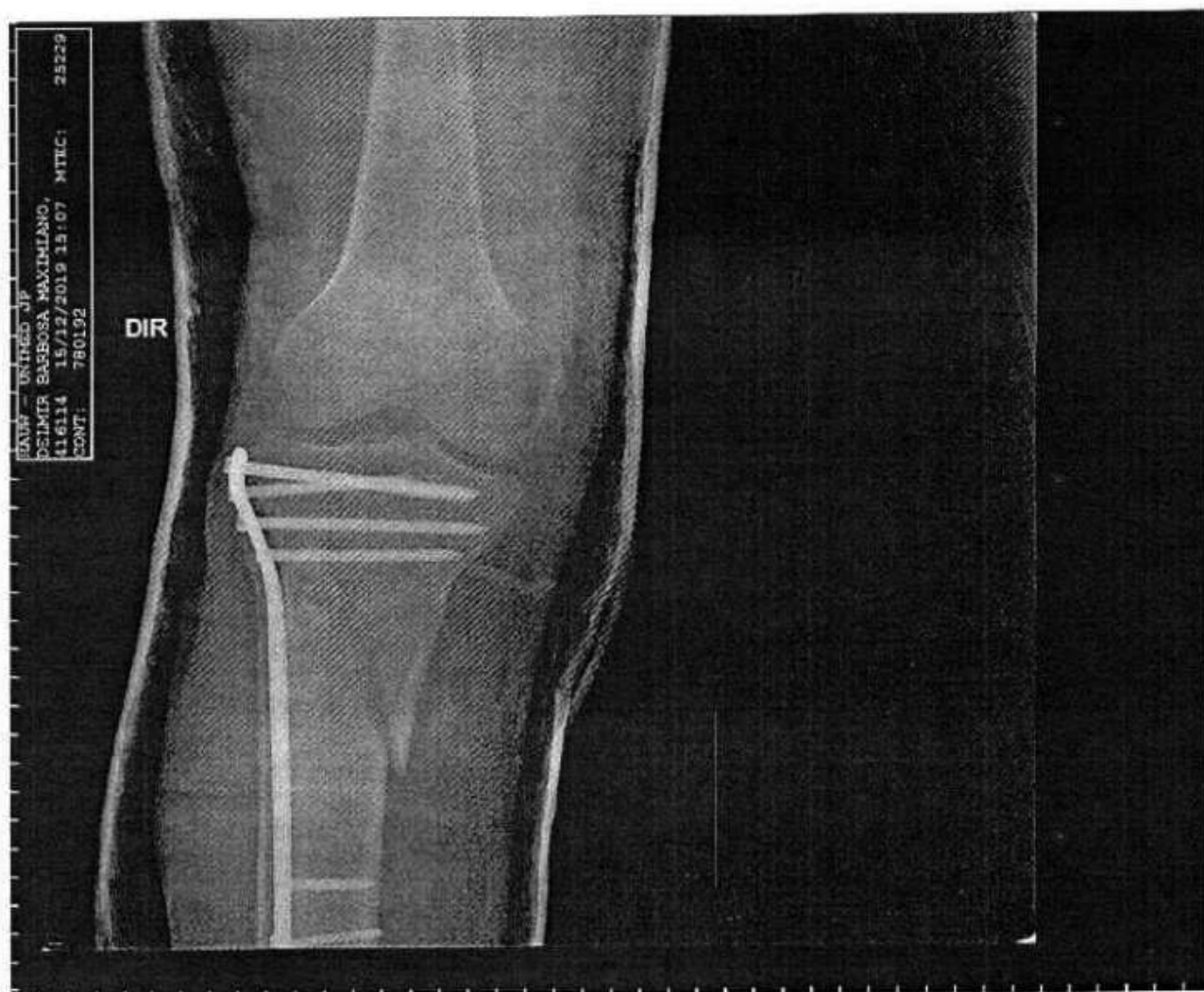
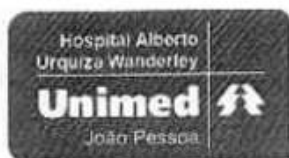
Dr. Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM: 469



ANS - n° 32104-4

COC 30549









Av. Ministro João Américo de Aguiar, 154
- 1450 - Torre - CEP 58040-300
João Pessoa - PB
(83) 2106-0315

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - HOSPITAL UNIMED JOÃO PESSOA
RADIOLOGIA GERAL - ULTRA-SONOGRAFIA - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Paciente..... Delmir Barbosa Maximiano
Cód. Atendimento.... 2093034
Mãe.....
Convênio..... INTERCAMBIO II - NAC
Médico Solicitante..... Jose Gutemberg Cruz De Lima

Data Nasct... 02/01/1987
Data: 12/12/2019 17:51:35
N. Acesso.... 779679

EXAME: RX JOELHO ESQUERDO

- Controle pós-operatório de fratura cominutiva do fêmur distal esquerdo.

Dr Ocelio Antonio Queiroga Cartaxo
CRM 469

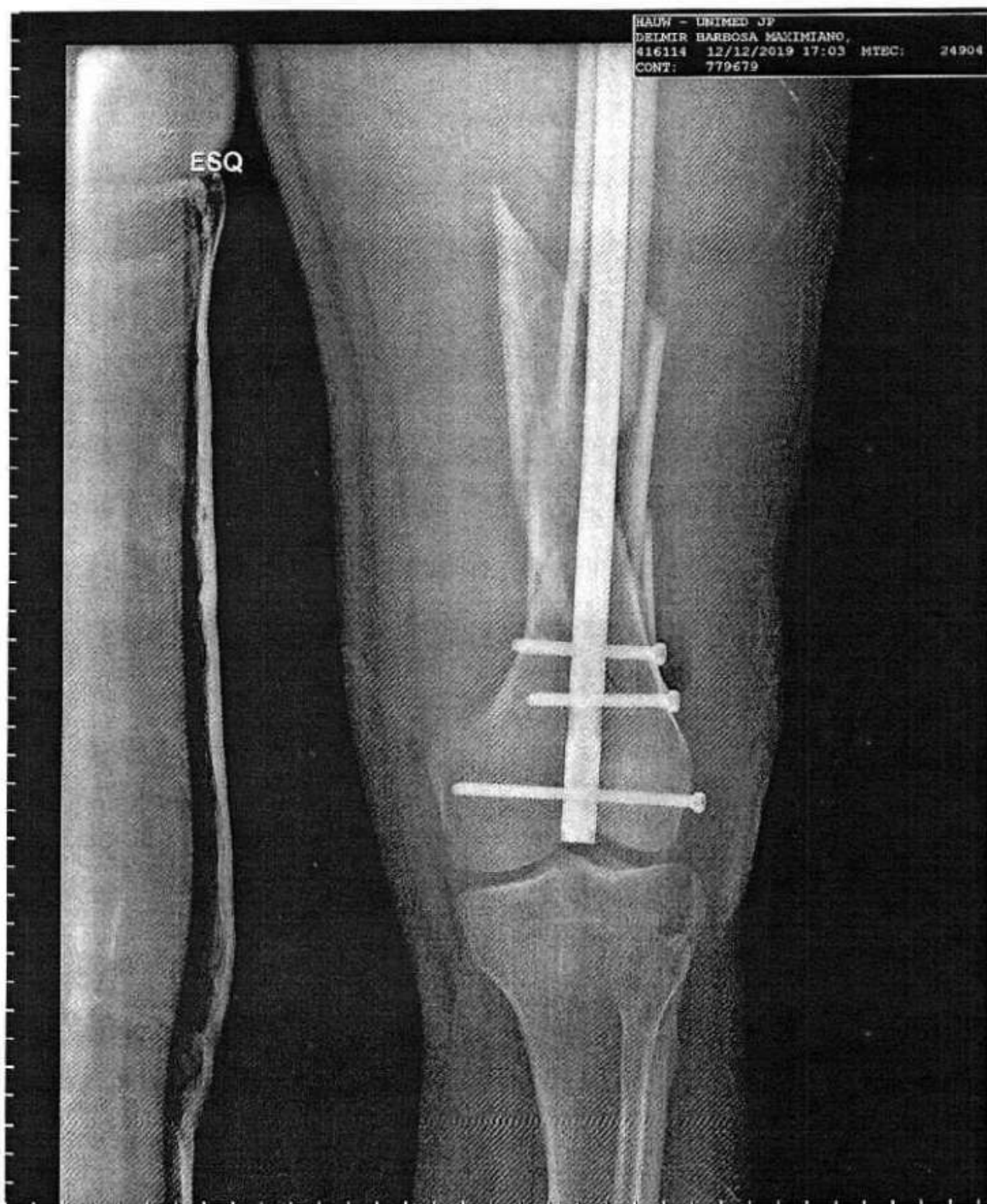


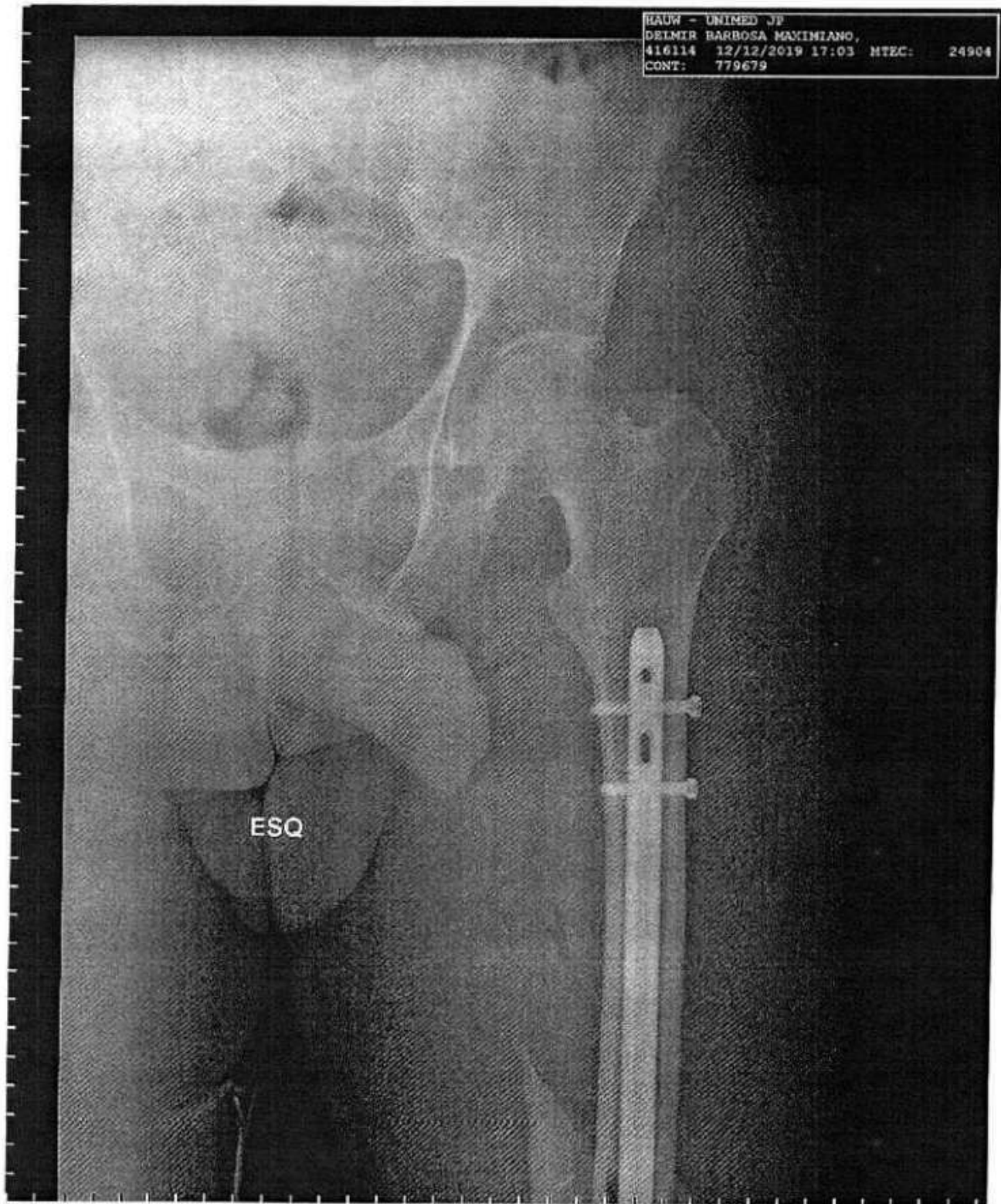
Cooperativismo é o caminho para o desenvolvimento e paz
no Brasil e no Mundo

ANS - nº 32104-4

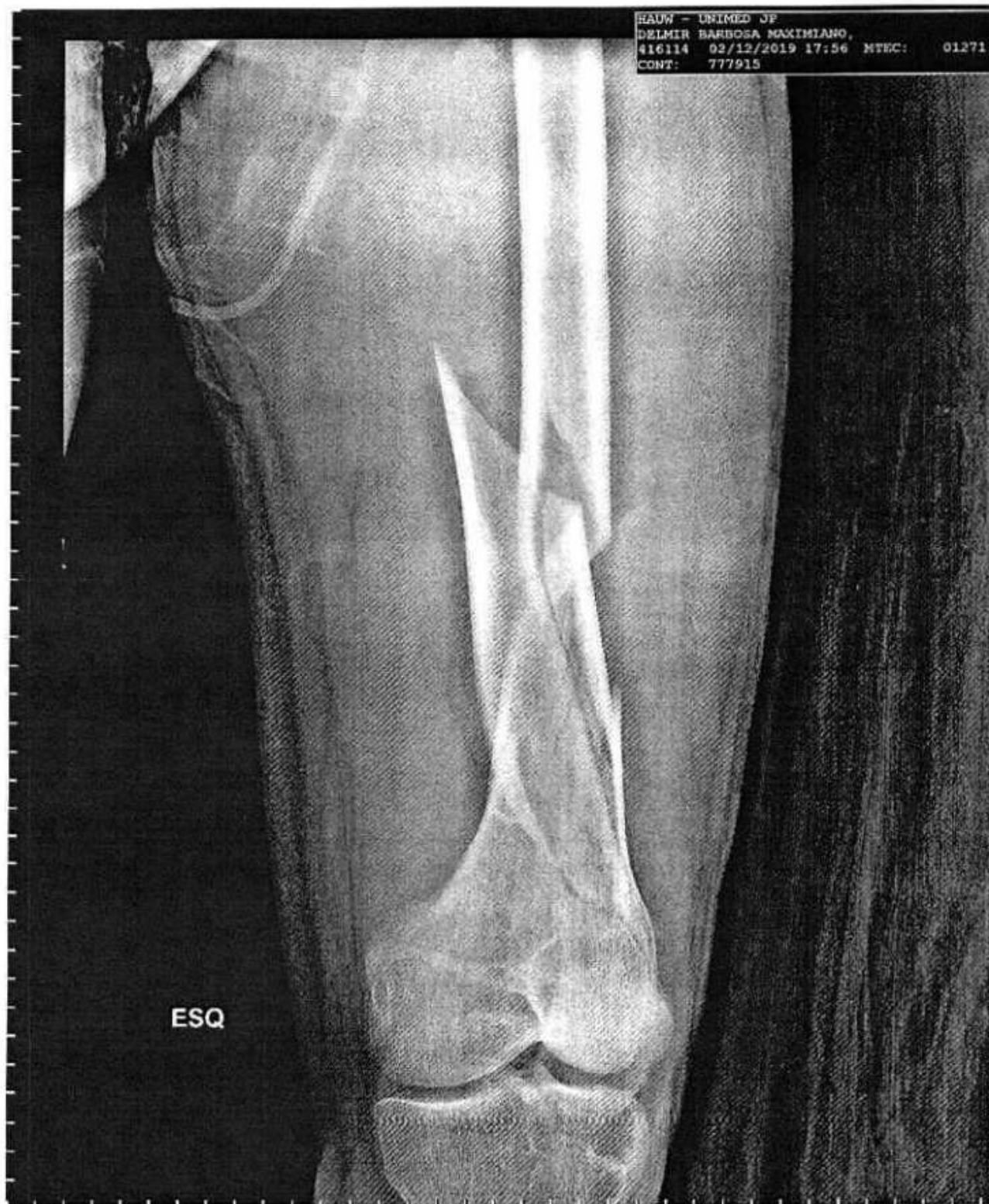
COD 000545







HAUW - UNIMED JF
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915



ESQ



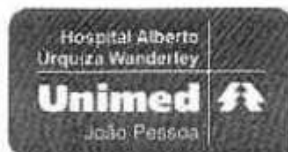
Hospital Alberto
Urquiza Wanderley

Unimed 
João Pessoa

RAUW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:55 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ





HADW - UNIMED JP
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO,
416114 02/12/2019 17:56 MTEC: 01271
CONT: 777915

ESQ





CLIENTE: Sr(a)

Deleuz Barbosa Mexi

uniao.

Ats. L.

CID 572
582

Paciente vítima de acidente no trabalho sob o bônus dos 100% de férias diretas no seu 1/3 preferido comunitário e 1/3 que lhe foi feito com o mesmo em 02/12/2019 tendo ocorrido o acidente com a queda de uma caixa de concreto e depois a vítima foi deixada com fratura múltipla no braço e tornozelo (Cava) e ficou com fratura no fêmur. Após

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 500

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

ANS Nº 321054-4

100 APC 006 1

CLIENTE: Sr(a)

Sentiu neuropatia do braço direito e se movimenta de acordo com o tempo de recuperação seu corpo de acordo se desloca de acordo com o tempo de recuperação. Neste momento, não há mais dor no braço direito, mas ainda há dor no braço esquerdo. O tempo de recuperação do braço esquerdo é de 04/12/2019. O tempo de recuperação do braço direito é de 05/12/2019.

Obs.: Voltando a consulta para trazer esta receita

COD 500

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

ANS Nº 32104-4

100 APC 006 1

Dr. José Antônio de Almeida (Bora Rio) 1450 - Torre Especialista Artroplastia Total de Joelho e Quadril CRM - 17318

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 E VEÍCULOS NACIONAIS DE TRÂNSITO AUT

P B

NOME
 EDIMIR BARBOSA MAXIMIANO

DOC. IDENTIDADE / CRLV - RENOV. DE
 2501221 SSP PB

CPF
 064.963.594-90 DATA NASCIMENTO
 02/01/1987

FUNÇÃO
 DALVANCE BARBOSA
 MAXIMIANO
 JOSETE DE MORAIS
 MAXIMIANO

FORMAÇÃO
 05542464300

REC. CENSO
 13/01/2022

CAVALO
 18/07/2012

VALIA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1660674602

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1660674602

ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL
 JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
 28/06/2018

ASSINATURA DO TITULAR

00946561515
 PBO37451901

PARAÍBA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS

DETALH: PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 014355363453

0117735380-3 00/0000000 2018

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

06496359490

NOVO PB 9C2MD4100KR003136

QSM1040/PB

PAS/MOTOCICLE/MANO APLIC

HONDA/XRE 190

2 P/184 /C1

PARTEIC VERMELHA

LEVA PAGO EM 00/00/0000

02/01/2019

04/01/2019

7003781

PB Nº 014355363453 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

06496359490

01177353803

HONDA/XRE 190

2018 9 9C2MD4100KR003136

PREMIO TARIFFARIO

SEGURO P A G O

02/01/2019

7003781-1244251-20190104

02-2018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS

Nº 014355363453

DETALHES DO REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

DATA: 01/11/2018
CÓDIGO: 00190000001758
CÓDIGO: 00117735380-3
CÓDIGO: 000/00000000
CÓDIGO: 2018

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 06496359490
PLACA: QSM1040/PB

NOVO
P/B
9C2MD4100KR003136

PAS/MOTOCICLE/MAO APLIC
ALCO/GASOL

HONDA/XRE 190
2018
2019

2 P/184 /CL
PARTIC
VERMELHA

1
P
V
A
I
PVA PAGO EM 00/00/0000
PRECIZAMINATO/CONTIN 32
PRECIZAMINATO/CONTIN 32

PREMIO TOTAL (R\$)
DATA DE PAGAMENTO
02/01/2019

SEGUNDO P A G O
02/01/2019

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

JOAO PESSOA-PB
04/01/2019
7003781

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO
NO DOMÍNIO DO SEU VEÍCULO
TRANSFERRÊNCIA DO SEU VEÍCULO

PB Nº 014355363453 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2018
DATA EMISSÃO: 04/01/2019
PLACA: QSM1040/PB

06496359490
HONDA/XRE 190
9C2MD4100KR003136

2018
9
2019

PREMIO TARIFÁRIO
CUSTO DO BILHETE (R\$)
CUSTO DO SEGURO (R\$)
CUSTO DO SEGURO (R\$)
CUSTO DO SEGURO (R\$)

SEGURO
P A G O
02/01/2019

SEGURADORA LIDER - DPVAT
04/01/2019
7003781-1244251-20190104





NOTIFICAÇÃO DE AUTO LANÇAMENTO DO IPVA

NOTIFICAÇÃO N.º 00132867/2019

EMISSAO: 05/02/2020

DADOS VEÍCULO

Chassi: 9C2MD4100KFR003136

Renavant: 01177353803

ENDEREÇO: R TARCISIO RIBEIRO DA COSTA, 2 - ALTO DO MATEUS, JOAO PESSOA - PB CEP: 58090-200

DADOS CONTRIBUINTE / PROPRIETÁRIO

CPF/CNPJ: 064.963.594-90

NOME/RAZAO SOCIAL: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

Fica o proprietário NOTIFICADO a recolher o crédito tributário, abateu lançado, até a data do vencimento. Destaque-se que não havendo a regularização do débito em tela, poderão ser adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, como ajuntamento de ação de execução fiscal, inscrição nos órgãos de proteção ao crédito e/ou protesto do título em Cartório.

Lancamento Original:

Identificação do Imóvel	Referência	Vencimento	Valor Principal	Valor Mensal	Valor Total
Processo Número	Recada				
4716380731	301	12/2019	3012/2019	0,00	329,00
TOTAL GERAL:			329,00	0,00	329,00

Demonstrativo de Cálculo do PVA 2019

8564000003-5 75650253202-8 00207421658-7 07910301009-0

CONTINUTUL BILANULUI DE PLATITIVITATE LA 31.12.2012	
Activitatea de Capital	PVA = Valorile Bazei De Capital + Acquisitii
Valori Baze de Capital	13.152,00
Valori Acquisitii	2,60
Valori PVA	132,90

[illegible]

05/02/2020

Emissão Boleto Licenciamento

--- Imprimir Boleto ---


DETRAN-PB Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba
DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS**Usuário**Nome: **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**CPF/CNPJ: **06496359490**Número Documento: **2020020530049243**Placa: **OSM1040**Chassi: **9C2MD4100KR003136**Código Renavan: **1177353903**Data Vencimento: **29/02/2020**Data Emissão: **05/02/2020**Valor Documento: **190,01**
 Discriminação das Dívidas:
 LICENCIAMENTO 2020
 BOMBEIRO 2020
 SEG. OBRIGATORIO 2020

 Multas:
 154,53
 23,18
 12,30

 05/02/2020 11:41:16
 Na Estrada da vida, não de canone para a dengue nem para a zika.
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba**Usuário/DETRAN**Nome: **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**CPF/CNPJ: **06496359490**Número Documento: **2020020530049243**Placa: **OSM1040**Chassi: **9C2MD4100KR003136**Código Renavan: **1177353903**Data Vencimento: **29/02/2020**Data Emissão: **05/02/2020**Valor Documento: **190,01****RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL**
 Taxas: **154,53**
 Seguro: **12,30**

 Multas: **0,00**
 Contrib. Contrib/Sindicato: **0,00**
Bombeiros: **23,18**

Renovações:

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

TEM BOLETO EM ANTE MUSE AUT 38622
 COBRE BOMBEIROS LULA 38622 PIV 38622
 06/02/2020 BOMBEIROS LULA 38622 PIV 38622
 22/7/2020 COBRE BOMBEIROS LULA 38622 PIV 38622
 COMPROVANTE PAGAMENTO COM COBRE BOMBEIROS

CONTEÚDO: DETRAN PB AUTENTICAÇÃO
 06496359490 2020020530049243
 06496359490 2020020530049243
 Nº. DOCUMENTO 100.441.5
 DATA DO PAGAMENTO 06/02/2020
 VALOR DO PAGAMENTO 190,01
 Nº. AUTENTICAÇÃO 0.225.120.375.856.850

SINISTRO 3200042885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF/CNPJ: 06496359490

Posição em 27-01-2020 10:56:33

O pedido de indenização do Seguro DPVAT está em fase de cadastramento. A documentação está a caminho da digitalizadora e depois será analisada pela equipe técnica da seguradora.

O prazo regulamentar para conclusão da análise é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando o processo neste site.




PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** casado
PROFISSÃO: tecnista distribuidor **Nº DO RG:** 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 28/08/2018
Nº CPF: 064.963.594-90 **ENDEREÇO:** Desembargador Manoel
Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Mateus, CEP: 58090-230
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thais Emmanuelli Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: Brasileira **ESTADO CIVIL:** divorçada
PROFISSÃO: estudante **Nº DO RG:** 2831164/59P/PB - 04279615
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 05/01/2018 71
Nº CPF: 056.334.594-02 **ENDEREÇO:** Rua Luzia, 1405A,
nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de Januário de 20 20.
 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
R. Presidente Epitácio Pessoa 1540 - Bairro São Cristóvão - 58090-230 João Pessoa/PB - CEP 58090-230 - Tel. (31) 3364.944 - Fax (31) 3364.944

Reconheço por Autenticidade a assinatura de:
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
- a qual compareceu com o padrão registrado nessa servente, dou fe
Em Teste: João Pessoa, nove de Janeiro de dois mil e vinte
da verdade

Ueslley Pinto Oliveira da Alencar, Escrevente - (Cód. 1, Total: 13 06)
Selo Digital de Fiscalização: Tipo AUP25800-9CC9
Confira os dados do selo em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>




PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Delmir Barbosa Maximiano
NACIONALIDADE: brasileira **ESTADO CIVIL:** casado
PROFISSÃO: tecnista distribuidor **Nº DO RG:** 05542464300
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 28/08/2018
Nº CPF: 064.963.594-90 **ENDEREÇO:** Desempenhador Manoel
Taigy Queiroz Mello Filho, 133, Alto do Mateus, CEP: 58090-230
João Pessoa - PB
OUTORGADO: Thais Emmanuelli Menezes Cardoso
NACIONALIDADE: brasileira **ESTADO CIVIL:** divorçada
PROFISSÃO: estudante **Nº DO RG:** 2831164/59P/PB - 04279612
ORGÃO EMISSOR: Delmir/PB **DATA DE EMISSÃO:** 05/01/2018 71
Nº CPF: 056.334.594-02 **ENDEREÇO:** Rua Luzia, Pedreira
nº 1500, Cristo Redentor, CEP: 58071-530, João Pessoa - PB

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Delmir Barbosa Maximiano, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 09 de Januário de 20 20
 **Cartório Azevêdo Bastos**

Delmir Barbosa Maximiano
Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
R. Presidente Epitácio Pessoa 1540 - Bairro São Cristóvão - João Pessoa/PB - CEP 58033-600 - Fone: (31) 3364.9444 - Fax: (31) 3364.9444

Reconhecimento por Autenticidade a assinatura de:
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
- a qual compareceu com o padrão registrado nessa servente, dou fe
Em Teste: João Pessoa, nove de Janeiro de dois mil e vinte
da verdade.

Cartório Público Civil da Alameda, Escrivão - (2021.1, Total: 13 08)

Selo Digital de Fiscalização: Tipo AUP25800-9CC9

Confira o decré do selo em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0055950/20

Vítima: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 064.963.594-90

CPF de: Próprio

Data do acidente: 02/12/2019

Titular do CPF: DELMIR BARBOSA
MAXIMIANO

Seguradora: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO : 056.331.454-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO : 064.963.594-90

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 11/02/2020
Nome: THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO
CPF: 056.331.454-02

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 11/02/2020
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0036068/20

Vítima: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CPF: 064.963.594-90

CPF de: Próprio

Data do acidente: 02/12/2019

Titular do CPF: DELMIR BARBOSA
MAXIMIANO

Seguradora: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO : 056.331.454-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO : 064.963.594-90

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/01/2020
Nome: THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO
CPF: 056.331.454-02

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/01/2020
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA
CPF: 105.999.304-03

THAIS EMMANUELLE MENEZES CARDOSO

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08238593420208152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Informa a Seguradora Ré Exa., que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão de mora do pagamento do Seguro DPVAT. Veja Exa., perceba que até a presente data, não houve o pagamento do seguro obrigatório referente ao ano civil do acidente, 2019, ou seja, inadimplente à data do alegado sinistro ocorrido no dia 02/12/2019, vejamos:




ACESSIBILIDADE



COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
 Documentos Invalidez Permanente
 Documentos Morte
 Dicas Indispensáveis

Sua busca por placa: QSM1040 UF: PB CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2020	R\$12,30	Quitado	
Data Pagamento Valor Pago 11/02/2020 R\$12,30			
2018	R\$19,27	Quitado	
Data Pagamento Valor Pago 07/01/2019 R\$19,27			

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:



RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art. 7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, bem como

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 28 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Em consonância com o § 4º do art. 162 do CPC c/c o Provimento do CGJ nº 01/2006, publicado no DJ de 04.01.2006, e Provimento da CGJ nº 04/2014, publicado no DJ de 01.08.2014, abro vista do presente feito **para que a parte ré, se ainda não o fez, comprove o pagamento dos honorários do perito.**, no prazo de 5 dias.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

João Pessoa, 6 de junho de 2021

MARIANA RIAN ESPINOLA MANGUEIRA ZENAIDE NOBREGA

Técnico Judiciário



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		02/06/2021	1618	800101763342
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
01/06/2021	2737071	08238593420208152001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA	4 VARA CIVEL	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO		Física	06496359490	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
0CBBC96311F2503B				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08238593420208152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 7 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Certifico que em virtude da juntada do Laudo Pericial e da petição retro, faço estes autos conclusos para julgamento.

João Pessoa, 15 de junho de 2021

ROBSON JOSE DA FONSECA PINTO

Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0823859-34.2020.8.15.2001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, devidamente qualificado, ingressou, por meio de advogado, com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, igualmente qualificada.

Assevera o autor, em resumo, que no dia 02 de dezembro de 2019 sofreu acidente de trânsito. Afirma que a fratura sofrida lhe ocasionou várias lesões.

Narra que requereu administrativamente o pagamento do seguro, todavia aduz que mesmo após 90 dias do requerimento não obteve resposta

Pugna, ao final, pelo pagamento da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Juntou documentos.

Devidamente citada, a promovida apresentou contestação com documentos, asseverando que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da



mora do pagamento do Seguro DPVAT. Realçou a necessidade de perícia, a fim de quantificar a invalidez sofrida e pontuou que o valor da indenização deve ser proporcional ao grau apurado. Sustentou a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e, por fim, realçou que a correção monetária deve incidir a partir ajuizamento da ação, os juros de mora a partir da citação e limitação dos honorários advocatícios ao percentual de 10%, por ser a demanda de baixa complexidade.

Impugnação à contestação apresentada no Id 40919244.

Avaliação médica para fins de conciliação realizada pelo Dr. Luciano J Lira Mendes, CRM 4290, Id 43494540.

Depósito dos honorários periciais apresentados no Id 24613029.

É o relato do essencial.

D E C I D O.

Inicialmente, impõe registrar que o presente feito comporta a aplicação do art. 355, I do CPC/15, com o consequente julgamento antecipado, haja vista tratar-se de questão eminentemente de direito, cujo deslinde da demanda independe de produção de outras provas além daquelas constantes nos autos.

Não arguida questões preliminares, passo ao exame do mérito.

Observando-se a avaliação médica realizada pelo Dr. Luciano J Lira Mendes, CRM 4290, Id 43494540, constata-se que os danos sofridos pelo autor lhe ocasionaram “Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um segmento corporal da vítima”, tendo atingido seu “joelho esquerdo”, no percentual de 10%. Devidamente comprovada, também, a ocorrência do acidente, bem ainda demonstrado o prévio requerimento administrativo, configurando, assim, os requisitos dispostos no art.5.º da lei 6.194/74, que afirma que “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.



Vê-se ainda que, mesmo que o autor, proprietário do veículo envolvido no acidente, estivesse em mora com o pagamento do prêmio do seguro, tal circunstância não é suficiente para afastar seu direito ao recebimento de indenização em razão de eventual sequela suportada, eis que o pagamento do seguro é garantido por lei, e a própria lei não exige como condição referida adimplência.

A jurisprudência perfila do mesmo entendimento:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DO DPVAT - PROVA DO ACIDENTE - INVALIDEZ PERMANENTE - APURAÇÃO EM CONTRADITÓRIO - VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DA PERDA FUNCIONAL E/OU ANATÔMICA - INEXISTÊNCIA DE LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO DO VEÍCULO- FALTA DE ADIMPLEMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO - IRRELEVÂNCIA- CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. - À vítima de acidente de trânsito é assegurada a indenização do DPVAT, quando comprovado o fato e apurada, em contraditório, a sua incapacidade permanente - O valor do ressarcimento deve ser proporcional ao grau da perda funcional e/ou anatômica apurado mediante perícia médica - A inexistência de licenciamento e de emplacamento do veículo envolvido no sinistro e a falta de adimplemento com o prêmio do seguro não constituem óbices ao recebimento da indenização securitária, uma vez que a Lei nº 6.194/1974 não impõe restrições nesse sentido - O Eg. Superior Tribunal Justiça, com o julgamento do Recurso Especial nº 1.483.620/SC, que se deu sob a sistemática prevista no art. 543-C, do Código de Processo Civil/1973, e com a edição do Enunciado de Súmula nº 580, consolidou o entendimento de que a atualização monetária do valor da indenização por morte ou invalidez do seguro DPVAT se opera desde a data do evento danoso, fluindo os juros de mora, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ - Enunciado de Súmula nº 426). (TJ-MG - AC: 10142170012306001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 31/01/2019, Data de Publicação: 12/02/2019)

Todavia, *in casu*, não deve a indenização ser determinada no teto máximo, conforme requerido pelo autor, devendo ser aplicada a redação atual do art. 3º da Lei 6.194/74, que assim dispõe:



Art.3.º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2.º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – até R\$ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

No que concerne ao valor indenizatório, este deve ser fixado de acordo com as diretrizes estabelecidas no art. 3º, §1º da norma legal supra colacionada. No caso em exame, incide a hipótese prevista no art. 3º, §1º, inciso II, tendo em vista que a avaliação médica classificou a lesão como dano anatômico e/ou funcional permanente, no percentual de 10%.



Assim, considerando que a lesão atingiu o joelho esquerdo do requerente, e tendo em vista que a avaliação médica concluiu pela debilidade permanente, entendo que deve ser interpretada a norma específica com fulcro no art. 5º do Decreto-Lei 4.657/42, aplicando-se o percentual de 10%, devidamente apurado pelos médicos responsáveis, sobre o percentual previsto na tabela anexa à Lei 6.194/74.

Sendo assim, para as debilidades permanentes em um dos joelhos, o percentual determinado na referida tabela é de 25% do valor máximo para o [DPVAT](#), ou seja, R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), de forma que, tendo em vista a repercussão de natureza residual em 10% apurada pelos médicos avaliadores, tem-se que o autor faz jus a indenização de 10% de R\$ \$ 3.375,00, que corresponde a R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Quanto à correção monetária, é cediço que esta deve contar da data do efetivo prejuízo, conforme a Súmula nº 580, do Superior Tribunal de Justiça.

Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, para condenar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento da quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso.

Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$1.000,00 (mil reais), a teor do art. 85, §8º do CPC/15.

P.R.I

Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa.



JOÃO PESSOA, 15 de junho de 2021.


Juiz(a) de Direito



EM ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.8.21.30626/01
			Data de emissão: 24/06/2021
Nº do Processo: 0823859-34.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2021
Número da 200.2021.630626 Tipo da Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,11
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 330,66 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 13.500,00			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 332,04
866500000033 320409283183 520210630205 082130626011 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 332,04

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.8.21.30626/01
			Data de emissão: 24/06/2021
Nº do Processo: 0823859-34.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2021
Número da 200.2021.630626 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,11
Promovente DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da causa: R\$ 13.500,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 330,66 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 332,04
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 332,04

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.8.21.30626/01
			Data de emissão: 24/06/2021
Nº do Processo: 0823859-34.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2021
Número da 200.2021.630626 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,11
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 330,66 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente DELMIR BARBOSA MAXIMIANO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 13.500,00			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 332,04
866500000033 320409283183 520210630205 082130626011 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 332,04



Nº DA PARCELA		Nº DA CONTA JUDICIAL 0	
DATA DO DEPÓSITO 28/06/2021		AGÊNCIA (PREF / DV) 0	
TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL			
Nº DA GUIA 2002021630626		Nº DO PROCESSO 08238593420208152001	
UF/COMARCA PB		DEPOSITANTE RÉU	
VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 332,04			
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE DELMIR BARBOSA MAXIMIANO		CPF / CNPJ 06496359490	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 5AB1098B4182684B			
CÓDIGO DE BARRAS 86650000003 3 32040928318 3 52021063020 5 08213062601 1			





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n. 08238593420208152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA / PB

Processo n.º 08238593420208152001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 02/12/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, para condenar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento da quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso.

Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$1.000,00 (mil reais), a teor do art. 85, §8º do CPC/15.

Data vênica, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pretendia o Autor/Apelado com a demanda, o recebimento de indenização no importe de R\$ 13.500,00, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento de **R\$ 337,50 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Ressalta-se que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, logo, torna-se injustificável o patamar estipulado na r. sentença

Quanto ao isto, dispõe o parágrafo único do artigo 86, afirma que *“Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”*.

“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”.

No presente caso, o proveito econômico obtido corresponde a menos de 05% do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima da Apelada, o que NAO foi devidamente reconhecido pelo juízo.

Soma-se a isso, que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, bem como houve uma razoável duração do processo, de maneira que a sentença está em total dissonância com o que estabelece o CPC sobre o tema.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz *“a quo”*, dando provimento ao presente recurso, para:

Diante da sucumbência mínima da Apelante que os encargos fiquem apenas com a parte Apelada, caso não seja este o entendimento de V. Exas. que o valor seja minorado para 10% do valor da condenação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08238593420208152001.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Em consonância com o § 4º do art. 162 do CPC c/c o Provimento do CGJ nº 01/2006, publicado no DJ de 04.01.2006, e Provimento da CGJ nº 04/2014, publicado no DJ de 01.08.2014, abro vista do presente feito à parte adversa para, querendo, se manifestar acerca da Apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

Advogado: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO OAB: PB19496 Endereço: desconhecido

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

João Pessoa, 5 de julho de 2021

ROBSON JOSE DA FONSECA PINTO

Técnico Judiciário



Em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO(A). SENHOR(A). DOUTOR(A). JUIZ(A) DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL - PB.**

Processo 08238593420208152001

DELMIR BARBOSA MAXIMIANO, já devidamente qualificada nos autos da epigrafada, que lhe move em **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, por seu procurador, contrarrazoar a APELAÇÃO de ID nº 45193966.

Por conseguinte, vez que tempestivas as presentes contrarrazões, requer que sejam recebidas e, após o cumprimento das formalidades legais, restem os autos remetidos ao Egrégio TRF5, para apreciação e julgamento.

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa, 09 de agosto de 2021.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19.496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

APELADA: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
ORIGEM: 4ª Vara Cível da comarca da Capital
Proc. nº 08238593420208152001

EGRÉGIO TRIBUNAL

ILUSTRES DESEMBARGADORES

BREVES RELATOS

Culto Relator, a parte ré/apelante protocolizou apelação apenas no intuito de redução do quantum arbitrado a título de Honorários de Advogado, todavia ousa o recorrido a discordar.

Com efeito o juízo processante verificou atentamente o cuidado e o zelo do profissional, analisando ainda a técnica aplicada e o tempo dedicado ao processo em análise, visto ainda o cumprimento de todo o comando judicial.

Como se não bastasse tudo isso, teve ainda o advogado a preocupação desde ato administrativo, do qual resultou na ação em liça.

Ademais é pacífico em nossos tribunais a possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios quando o valor da ação for muito baixo, tudo de acordo com o que preconiza o CPC, senão vejamos:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

....

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Grifos nosso

No mesmo sentido são os julgados dos nossos mais altos pretórios:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO DO VALOR COM BASE NA EQUIDADE. A sucumbência recíproca, prevista no artigo 86 do CPC, se dá quando cada litigante for em parte vencedor e vencido, hipótese em que serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas, de acordo com o êxito obtido por cada parte na demanda. Ainda que haja condenação mensurada, a fixação dos honorários advocatícios não pode perder de vista a justa remuneração dos serviços de advocacia e a salvaguarda da dignidade da profissão, razão pela qual, se os percentuais do art. 85, § 2º, caput, do CPC não satisfizerem essas balizas, é legítima a fixação com base na equidade (§ 8º).

(TJ-MG - AC: 10000200388635001 MG, Relator: Fernando Caldeira Brant, Data de Julgamento: 03/06/2020, Data de Publicação: 04/06/2020)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - DEMONSTRAÇÃO - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - CRITÉRIO ARBITRAMENTO - QUANTUM - Conforme enunciado da Súmula 580, "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". Configurada a sucumbência recíproca, a distribuição do respectivo ônus de forma proporcional entre as partes é medida que se impõe. Nos termos do § 8º, do art. 85, do CPC, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





(TJ-MG - AC: 10000210657029001 MG, Relator: Mônica Libânio, Data de Julgamento: 16/06/2021, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/06/2021)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - ARBITRAMENTO. - Havendo sucumbência recíproca, a condenação das partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios deve se pautar pelo critério da proporcionalidade (art. 86, caput, CPC)-A fixação de honorários advocatícios deve levar em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para seu serviço -Os honorários advocatícios, no caso, devem ser arbitrados com observância nos critérios previstos nos §§ 2º e 8º, do artigo 85 do Código de Processo Civil.

(TJ-MG - AC: 10520140019370001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 08/05/2019, Data de Publicação: 14/05/2019)

Por todo o exposto, a Apelada requer que o presente recurso de apelação não seja conhecido e, quando de seu julgamento, não lhe seja dado provimento, devendo manter a respeitosa sentença pelos motivos de fato e de direito esculpidos em seus fundamentos.

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa, 09 de agosto de 2021.

Thiago José Menezes Cardoso
Advogado OAB/PB 19.496

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339
dibs.jp@gmail.com
thiago.jurista@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0823859-34.2020.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

R E M E S S A

Nessa data, faço remessa dos presentes autos para o Tribunal de Justiça da Paraíba.

João Pessoa, 10 de agosto de 2021

ROBSON JOSE DA FONSECA PINTO

Técnico Judiciário





Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0823859-34.2020.8.15.2001

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO
CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELADO: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CERTIDÃO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, em consulta ao Banco de Dados deste Poder, localizamos POSSÍVEL PREVENÇÃO para o Desembargador LUIZ SÍLVIO RAMALHO JUNIOR, integrante da 2ª Câmara Especializada Cível deste Tribunal, por ter sido Relator do AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0806641-79.2020.815.0000.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de agosto de 2021.

GERALDO LEITE DE AZEVEDO JUNIOR
Gerência de Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Processo nº: 0823859-34.2020.8.15.2001

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO
CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELADO: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

DESPACHO

Vistos, etc. Tendo em vista a Certidão de possível prevenção do processo em epígrafe para o Desembargador LUIZ SÍLVIO RAMALHO JUNIOR, integrante da 2ª Câmara Especializada Cível deste Tribunal, por ter sido Relator do AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0806641-79.2020.815.0000, Evento 12074987, determino a redistribuição dos presentes autos ao gabinete do Desembargador preventivo.

João Pessoa, 11 de agosto de 2021.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Relator





Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Processamento
Praça João Pessoa, S/N – Centro – CEP 58013-900 – João Pessoa – PB
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659
www.tjpb.jus.br

Processo nº: 0823859-34.2020.8.15.2001

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO
CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELADO: DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

CERTIDÃO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, em cumprimento ao despacho retro, foi procedida à
REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO do presente processo.

Gerência de Protocolo e Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 16 de agosto de 2021.

MARIA DE FATIMA RODRIGUES LEITE E LACERDA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Luiz Sílvia Ramalho Júnior

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0823859-34.2020.815.2001- 4ª Vara Cível da Capital

RELATOR : DR. CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA

APELANTE : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO : SUELIO MOREIRA TORRES - OAB/PB 15.477

APELADO : DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

ADVOGADO : THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO - OAB/PB 19.496

DESPACHO

Vistos, etc.

Peço dia para julgamento em sessão virtual.

João Pessoa, data e assinatura eletrônica.

Carlos Eduardo Leite Lisboa

Juiz Convocado/Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
PRESIDÊNCIA DA 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
DES. LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR

Vistos etc.

Designo para julgamento a primeira sessão que se realizará após 05 (cinco) dias úteis da publicação da pauta de julgamento do Diário da Justiça.

João Pessoa/PB, data registrada eletronicamente.

Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior
Presidente da 2ª Câmara Especializada Cível





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 3ª SESSÃO VIRTUAL SEGUNDA CÂMARA CÍVEL da 2ª Câmara Cível a realizar-se no dia 07-02-2022 às 14:00 até 14-02-2022.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 3ª SESSÃO VIRTUAL SEGUNDA CÂMARA CÍVEL da 2ª Câmara Cível a realizar-se no dia 07-02-2022 às 14:00 até 14-02-2022.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 3ª SESSÃO VIRTUAL SEGUNDA CÂMARA CÍVEL da 2ª Câmara Cível a realizar-se de 07/02/2022 às 14:00 até 14/02/2022.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, apreciando o Processo nº 0823859-34.2020.8.15.2001, da 3ª Sessão Virtual no período de 07 de fevereiro a 14 de fevereiro de 2022 assim decidiram:

“Deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, unânime”.

Participaram do julgamento o relator Dr. Carlos Eduardo Leite Lisboa juiz convocado com jurisdição conjunta com o Exmo Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior, o Exmo Des. José Aurélio da Cruz e o Exmo Des Abraham Lincoln da Cunha Ramos’.

ACOMPANHOU COMO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: *Dr. Valberto Cosme de Lira, Procurador de Justiça.*

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa 14 de fevereiro de 2022.

Dayse Feitosa Negócio Torres

SUPERVISORA DA 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

GABINETE DO DESEMBARGADOR LUIZ SÍLVIO RAMALHO JÚNIOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0823859-34.2020.815.2001- 4ª Vara Cível da Capital

RELATOR : DR. CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA

APELANTE : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO : SUELIO MOREIRA TORRES - OAB/PB 15.477

APELADO : DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

ADVOGADO : THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO - OAB/PB 19.496

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DEMANDA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA EM FAVOR DA SEGURADORA. ÔNUS SUCUMBENCIAL DO AUTOR. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO APELO.



- Considerando que a seguradora decaiu em parte mínima do pedido, deve o autor responder pela integralidade dos ônus de sucumbência.

VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, em que são partes as acima identificadas.

ACORDA a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, **dar provimento à apelação**, nos termos do voto do Relator.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A , em face de sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Capital, id. [12073453](#), que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança (DPVAT), ajuizada por **Delmir Barbosa Maxcimiano**, julgou, parcialmente, procedente, o pedido, nos seguintes termos:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, para condenar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento da quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$1.000,00 (mil reais), a teor do art. 85, §8º do CPC/15.”

Em suas razões, id. [12073456](#), a apelante afirma, em síntese, que a sucumbência mínima foi da parte apelante e não, da apelada, razão pela qual deve esta responder, integralmente, pela verba



honorária sucumbencial e, sucessivamente, em sendo mantida a condenação, pugnou pela minoração do valor atribuído aos honorários para 10% sobre o valor da condenação.

Contrarrazões, id. [12073459](#).

Não houve manifestação da Douta Procuradoria de Justiça.

É o relatório.

-VOTO- Dr. Carlos Eduardo Leite Lisboa (Juiz Convocado).

Extrai-se dos autos a parte autora postulou indenização do seguro DPVAT em decorrência do acidente automobilístico, no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este atribuído à causa.

Ao sentenciar, o juízo de 1º grau julgou, parcialmente, procedente, a demanda, condenando a seguradora ao pagamento do valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), fixando os honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais), a serem suportados, unicamente, pela parte promovida, em razão da sucumbência mínima da parte autora.

É contra esta decisão que a apelante insurge-se, requerendo que a promovente pague, *in totum*, os honorários, dada a configuração da sucumbência mínima, não da apelada, mas da apelante.



Para tanto, aduz que, considerando que o proveito econômico obtido correspondeu a menos de 0,5% do valor pleiteado, resta configurada a sucumbência mínima da parte Apelante, de modo que deve a parte demandante arcar com a integralidade do valor dos honorários. Caso não seja esse o entendimento, requer, como pleito sucessivo, a redução dos honorários para 10% sobre o valor da condenação.

Pois bem.

Diante do cenário da tutela jurisdicional acima delineado, verifica-se nitidamente que, no presente caso, apenas parte do pedido autoral foi procedente, não obtendo a demandante o valor máximo pretendido de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), restando, pois, autora e réu parcialmente vencedores e vencidos.

Outrossim, destaque-se que, tendo o autor requerido o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e somente ter sido reconhecido o direito a R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), uma média de 0,5% do valor inicialmente pleiteado, entendo que deve ser aplicada a sucumbência mínima em favor da promovida, ou seja, a parte autora deverá arcar com os honorários advocatícios na sua integralidade.

Acerca do assunto, vejamos o disposto no art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil:



“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.”

Em situação de reconhecimento do decaimento de parte mínima, em ações de seguro DPVAT, confira-se:

“AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro DPVAT. SENTENÇA de parcial procedência para condenar a ré a pagar para o autor indenização do seguro DPVAT na quantia de R\$ 843,75, arcando as partes com as custas e despesas processuais, na proporção de metade cada lado, além dos honorários advocatícios devidos ao Patrono da parte adversa, que foram arbitrados por equidade em R\$ 700,00, observada a gratuidade em relação à autora. APELAÇÃO da Seguradora ré, que visa à anulação da sentença no que tange à verba honorária sucumbencial, a pretexto de julgamento extra ou *ultra petita*, pugnando no mérito pela reforma do julgado para a inversão dos ônus sucumbenciais ante o reconhecimento de sua sucumbência mínima. EXAME: Nulidade não configurada, tendo em vista os limites do pedido inicial. **Condenação da ré ao pagamento de R\$ 843,75, quantia essa que representa menos de dez por cento (10%) do valor pleiteado na inicial (R\$ 13.500,00). Sucumbência mínima da ré configurada. Aplicação do artigo 86, parágrafo único, do CPC de 2015. Autora que deve arcar com as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que são arbitrados em dez por cento (10%) do valor atualizado da causa, observada a gratuidade concedida na origem.** Sentença parcialmente reformada. RECURSO PROVIDO.” (TJSP; AC 1026787-87.2016.8.26.0196; Ac. 13574934; Franca; Vigésima Sétima Câmara de Direito Privado; Rel^a Des^a Daise Fajardo Nogueira Jacot; Julg. 19/05/2020; DJESP 28/05/2020; Pág. 5090). Grifei.



Nesses termos, trata-se, nitidamente, de uma hipótese em que o acolhimento parcial da pretensão inicial resultou em decaimento em parte mínima do pedido pela ré, ensejando a responsabilização pelos ônus de sucumbência da parte autora.

Portanto, tenho que o Juízo de origem agiu, equivocadamente, em condenar a seguradora a arcar com o pagamento dos ônus da sucumbência, isso porque, restou comprovado que a apelante decaiu de parcela ínfima, ensejando a aplicação do art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, consequentemente, a condenação do autor ao pagamento integral das custas processuais e dos honorários de sucumbência.

Por tudo o que foi exposto, dou **provimento**, para reconhecer a sucumbência mínima da ré/apelante, ficando a autora/apelada condenada à obrigação de pagar a integralidade dos honorários advocatícios, que foram fixados na sentença, restando, no entanto, suspensa a exigibilidade, visto que, em relação aos honorários, a parte litiga sob o amparo da gratuidade processual. Mantida a sentença nos demais termos.

Com fulcro no § 11º do art. 85 do CPC, majoro o percentual dos honorários advocatícios para o patamar de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), no entanto, suspensa a exigibilidade, visto que a parte litiga sob o amparo da gratuidade processual, pelo menos quanto ao valor dos honorários, conforme decisão catalogada ao id. [12073203](#).

É como voto.

João Pessoa, data e assinatura eletrônica.

Carlos Eduardo Leite Lisboa



Juiz Convocado/Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

GABINETE DO DESEMBARGADOR LUIZ SÍLVIO RAMALHO JÚNIOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0823859-34.2020.815.2001- 4ª Vara Cível da Capital

RELATOR : DR. CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA

APELANTE : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO : SUELIO MOREIRA TORRES - OAB/PB 15.477

APELADO : DELMIR BARBOSA MAXIMIANO

ADVOGADO : THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO - OAB/PB 19.496

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DEMANDA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA EM FAVOR DA SEGURADORA. ÔNUS SUCUMBENCIAL DO AUTOR. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO APELO.

- Considerando que a seguradora decaiu em parte mínima do pedido, deve o autor responder pela integralidade dos ônus de sucumbência.



VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, em que são partes as acima identificadas.

ACORDA a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, **dar provimento à apelação**, nos termos do voto do Relator.



RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A , em face de sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Capital, id. [12073453](#), que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança (DPVAT), ajuizada por **Delmir Barbosa Maxcimiano**, julgou, parcialmente, procedente, o pedido, nos seguintes termos:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, para condenar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento da quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$1.000,00 (mil reais), a teor do art. 85, §8º do CPC/15.”

Em suas razões, id. [12073456](#), a apelante afirma, em síntese, que a sucumbência mínima foi da parte apelante e não, da apelada, razão pela qual deve esta responder, integralmente, pela verba honorária sucumbencial e, sucessivamente, em sendo mantida a condenação, pugnou pela minoração do valor atribuído aos honorários para 10% sobre o valor da condenação.

Contrarrazões, id. [12073459](#) .

Não houve manifestação da Douta Procuradoria de Justiça.



É o relatório.



-VOTO- Dr. Carlos Eduardo Leite Lisboa (Juiz Convocado).

Extrai-se dos autos a parte autora postulou indenização do seguro DPVAT em decorrência do acidente automobilístico, no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este atribuído à causa.

Ao sentenciar, o juízo de 1º grau julgou, parcialmente, procedente, a demanda, condenando a seguradora ao pagamento do valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), fixando os honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais), a serem suportados, unicamente, pela parte promovida, em razão da sucumbência mínima da parte autora.

É contra esta decisão que a apelante insurge-se, requerendo que a promovente pague, *in totum*, os honorários, dada a configuração da sucumbência mínima, não da apelada, mas da apelante.

Para tanto, aduz que, considerando que o proveito econômico obtido correspondeu a menos de 0,5% do valor pleiteado, resta configurada a sucumbência mínima da parte Apelante, de modo que deve a parte demandante arcar com a integralidade do valor dos honorários. Caso não seja esse o entendimento, requer, como pleito sucessivo, a redução dos honorários para 10% sobre o valor da condenação.

Pois bem.



Diante do cenário da tutela jurisdicional acima delineado, verifica-se nitidamente que, no presente caso, apenas parte do pedido autoral foi procedente, não obtendo a demandante o valor máximo pretendido de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), restando, pois, autora e réu parcialmente vencedores e vencidos.

Outrossim, destaque-se que, tendo o autor requerido o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e somente ter sido reconhecido o direito a R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), uma média de 0,5% do valor inicialmente pleiteado, entendo que deve ser aplicada a sucumbência mínima em favor da promovida, ou seja, a parte autora deverá arcar com os honorários advocatícios na sua integralidade.

Acerca do assunto, vejamos o disposto no art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil:

“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.”

Em situação de reconhecimento do decaimento de parte mínima, em ações de seguro DPVAT, confira-se:



“AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro DPVAT. SENTENÇA de parcial procedência para condenar a ré a pagar para o autor indenização do seguro DPVAT na quantia de R\$ 843,75, arcando as partes com as custas e despesas processuais, na proporção de metade cada lado, além dos honorários advocatícios devidos ao Patrono da parte adversa, que foram arbitrados por equidade em R\$ 700,00, observada a gratuidade em relação à autora. APELAÇÃO da Seguradora ré, que visa à anulação da sentença no que tange à verba honorária sucumbencial, a pretexto de julgamento extra ou *ultra petita*, pugnando no mérito pela reforma do julgado para a inversão dos ônus sucumbenciais ante o reconhecimento de sua sucumbência mínima. EXAME: Nulidade não configurada, tendo em vista os limites do pedido inicial. **Condenação da ré ao pagamento de R\$ 843,75, quantia essa que representa menos de dez por cento (10%) do valor pleiteado na inicial (R\$ 13.500,00). Sucumbência mínima da ré configurada. Aplicação do artigo 86, parágrafo único, do CPC de 2015. Autora que deve arcar com as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que são arbitrados em dez por cento (10%) do valor atualizado da causa, observada a gratuidade concedida na origem.** Sentença parcialmente reformada. RECURSO PROVIDO.” (TJSP; AC 1026787-87.2016.8.26.0196; Ac. 13574934; Franca; Vigésima Sétima Câmara de Direito Privado; Rel^a Des^a Daise Fajardo Nogueira Jacot; Julg. 19/05/2020; DJESP 28/05/2020; Pág. 5090). Grifei.

Nesses termos, trata-se, nitidamente, de uma hipótese em que o acolhimento parcial da pretensão inicial resultou em decaimento em parte mínima do pedido pela ré, ensejando a responsabilização pelos ônus de sucumbência da parte autora.

Portanto, tenho que o Juízo de origem agiu, equivocadamente, em condenar a seguradora a arcar com o pagamento dos ônus da sucumbência, isso porque, restou comprovado que a apelante decaiu de parcela ínfima, ensejando a aplicação do art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, consequentemente, a condenação do autor ao pagamento integral das custas processuais e dos honorários de sucumbência.

Por tudo o que foi exposto, dou **providimento**, para reconhecer a sucumbência mínima da ré/apelante, ficando a autora/apelada condenada à obrigação de pagar a integralidade dos honorários advocatícios, que foram fixados na sentença, restando, no entanto, suspensa a exigibilidade, visto que, em



relação aos honorários, a parte litiga sob o amparo da gratuidade processual. Mantida a sentença nos demais termos.

Com fulcro no § 11º do art. 85 do CPC, majoro o percentual dos honorários advocatícios para o patamar de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), no entanto, suspensa a exigibilidade, visto que a parte litiga sob o amparo da gratuidade processual, pelo menos quanto ao valor dos honorários, conforme decisão catalogada ao id. [12073203](#).

É como voto.

João Pessoa, data e assinatura eletrônica.

Carlos Eduardo Leite Lisboa

Juiz Convocado/Relator



Intimo as partes para conhecimento da Decisão / Acórdão proferida(o) neste caderno processual virtual, constante no expediente retro.



CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais, que a Decisão Monocrática/Acórdão transitou em julgado no dia 24/03/2022 sem interposição de recurso pela(s) parte(s) interessada(s). Dou fé.



EM ANEXO





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 337,50
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Outubro/2019 a Janeiro/2022
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	13/07/2020 a 18/03/2022

Dados calculados	
Fator de correção do período	823 dias 1,182603
Percentual correspondente	823 dias 18,260332 %
Valor corrigido para 01/01/2022	(=) R\$ 399,13
Juros(613 dias-20,00000%)	(+) R\$ 79,83
Sub Total	(=) R\$ 478,96
Valor total	(=) R\$ 478,96

Retornar Imprimir





			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			3700131057092	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		29/03/2022	1618	ESTADUAL
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL
28/03/2022		2737071	08238593420208152001	TRIBUNAL DE JUSTICA
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
JOAO PESSOA		4 VARA CIVEL	RÉU	478,96
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
			Jurídico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
DELMIR BARBOSA MAXIMIANO			Física	06496359490
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
4E4DD2AD85FB783C				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08238593420208152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DELMIR BARBOSA MAXIMIANO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer o desarquivamento dos autos e a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 5 de maio de 2022.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~

